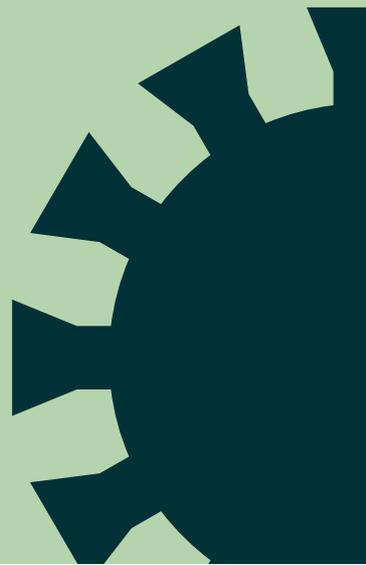
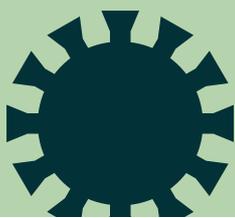


Relatório de Pesquisa

**DIAGNÓSTICO DOS  
IMPACTOS DA COVID-19  
NAS REGIÕES DE  
ATUAÇÃO DO**

**FUNDO DEMA**

Publicação do Fundo Dema | Ano 1 |  
Belém -PA | Dezembro de 2022



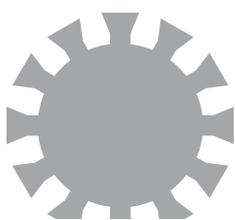


Relatório de Pesquisa

***DIAGNÓSTICO DOS  
IMPACTOS DA COVID-19  
NAS REGIÕES DE  
ATUAÇÃO DO***

**FUNDO DEMA**

Publicação do Fundo Dema | Ano 1 |  
Belém -PA | Dezembro de 2022



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE  
FUNDO DEMA (www.fundodema.org.br)

**Texto:** Sabrina Mesquita

**Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustração:** Fernanda Damasceno com  
assistência de Ismael Souza

**Apoio:** CLUA – Climate And Use Alliance

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório de pesquisa [livro eletrônico] :  
diagnóstico dos impactos da COVID-19 nas  
regiões de atuação do Fundo Dema. --  
Rio de Janeiro : Fase, 2022.  
PDF

Bibliografia.  
ISBN 978-65-87197-10-4

1. Brasil, Região Norte 2. Ciências sociais  
3. Comunidades tradicionais 4. Coronavírus  
(COVID-19) - Aspectos sociais 5. Desigualdades  
sociais 6. Indicadores sociais.

23-174380 CDD-304.62

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Coronavírus : COVID-19 : Aspectos sociais :  
Sociologia 304.62

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Realização:



Apoio:



Comitê Gestor:



ARTICULAÇÃO  
INDÍGENA  
DO MÉDIO  
XINGU

# EXPEDIENTE

## COMITÊ GESTOR DO FUNDO DEMA

### **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**

Graça Costa  
Presidenta do Comitê Gestor

Sara Pereira  
Coordenadora da FASE Programa Amazônia

### **| REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA**

**Fundação Viver, Produzir e Preservar**  
Antônia Martins

**Prelazia do Xingu**  
Ir. Marialva Oliveira  
Edizângela Barros

### **| REGIÃO DA BR 163**

**Comissão Pastoral da Terra –  
Prelazia de Itaituba**  
Raione Lima  
Ana Flávia Souza

**Sindicato dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais de Itaituba**  
Isaías Soares de Oliveira

**Sindicato dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais de Trairão**  
Marcelo Stabnow

### **| REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS**

**Sindicato dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais de Santarém**  
Ivete Bastos

**Conselho Indígena Tapajós Arapiuns**  
Anderson Tapuia

### **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**

Jaqueline Alcântara  
Valéria Carneiro

**| Fundo Luzia Dorothy do Espírito Santo**  
Marta Campos

**| Articulação Indígena do Médio Xingu**  
Ney Kwazady Xipaya  
Kangroti Kore Kayapó

**| Fundo Socioambiental Barcarena e  
Abaetetuba**

**FASE**  
João Gomes

**Movimento de Mulheres Campo e Cidade**  
Maria de Lourdes do Nascimento

**Sindicato de Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais de Barcarena**  
Matheus Maciel

**Cáritas Abaetetuba**  
Antônia Botelho

**| Comitê Gestor do Fundo Quilombola  
Mizizi Dudu**

**FASE**  
Simy Corrêa

**MALUNGU**  
Valéria Carneiro

**Rede Bragantina**  
Nazaré Ghirard

**Centro de Estudos e Defesa do Negro do  
Pará (Cedenpa)**  
Maria Malcher



## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** – Regiões de atuação do Fundo Dema e respectivos municípios

**Quadro 2** – Municípios mais desmatados no Pará no ano de 2021

**Quadro 3** – Calendário de entrevistas realizadas com o Comitê Gestor

**Quadro 4** – Entrevista aplicada ao Comitê Gestor do Fundo Dema

**Quadro 5** – Entrevistas realizadas na 2ª etapa da pesquisa

**Quadro 6** – Entrevista aplicada a lideranças e organizações comunitárias

**Quadro 7** – Questionário de Múltipla Escolha Pandemia nos Territórios

**Quadro 8** – Síntese dos temas abordados pelos entrevistados

**Quadro 9** – Municípios mais desmatados na região da Transamazônica/Xingu

**Quadro 10** – Terras Indígenas mais desmatadas no período da pandemia

**Quadro 11** – Possíveis linhas de atuação com base nas entrevistas

## LISTA DE FIGURAS

**Foto** - Vacina contra o vírus da Covid-19. Por Raphael Alves/Amazônia Real.

**Foto** - Vista do rio Amazonas. Foto de Getty Images.

**Foto** - Profissional da saúde aplicando a vacina contra o vírus da Covid-19. Por Raphael Alves/Amazônia Real.

**Foto** - Mulher com vários cachos de pupunha. Foto de Pixabay.

**Foto** - Mulher usando máscara. Foto de Pixabay.

**Foto** - Família pescando no rio Madeira. Foto de Getty Images.

**Foto** - Pessoa batendo açai pescando no rio Madeira. Foto de Christina M. para Getty Images.

**Gráfico 1** – Quais problemas surgiram ou se agravaram em decorrência da Covid-19 no seu território?

**Fotos** – Destruição do garimpo ilegal na TI Kayapó/PA.

**Fotos** - Vista do rio Amazonas por Adam Slama para Getty Images. Protestos contra o uso indiscriminado de agrotóxicos por Greenpeace. Família atravessando rio em barco, por Raphael Alves/ Amazônia Real. Avião utilizado para agricultura de Aika Puxels para Getty Images.

**Fotos** - Cemitério improvisado para receber mortos pela pandemia de covid-19, por Raphael Alves/Amazônia Real. Família recebendo a notícia de um ente querido morto por covid-19, por Paulo Desana Dabakuri para Amazônia Real.

**Fotos** - Placa de demarcação de Terras Indígenas, feita por Lidiane Barros para o Ibama. Indígenas protestam contra a construção do Ferrogão, por Tommaso Protti. Placa sinalizando uma ferrovia, de Secom MT.

**Foto** – Trabalho coletivo de produção de farinha e outros produtos da mandioca na comunidade quilombola do Poacê, Moju/PA.

## LISTA DE FIGURAS

**Imagem** – Boletim Covid-19 nos quilombos do Pará. Abr/2021.

**Foto** – Mulheres protestado contra violência em Abaetetuba, por Fernanda Damasceno.

**Fotos** - Comunidade quilombola em foto do governo de Goiás. Ribeirinho olhando pela janela, por Raphael Alves/ Amazônia Real.

**Fotos** - Alessandra Munduruku andando de barco, foto divulgação para o prêmio Goldman Environmental Prize. Placa de autodemarcação do território Munduruku, em foto feita pelo próprio povo.

**Foto** – Invasão do STTR Santarém, maio/2020.

**Foto** – Madeira apreendida pela Polícia Federal em Cachoeira do Aruã, Rio Arapiuns, Santarém/PA.

**Imagem** – Evolução da pluma de sedimentos no Tapajós em julho de 2019, 2020 e 2021.

**Foto** – Campo semeado de soja dentro do PDS Terra Nossa.

**Fotos** – Destruição dos garimpos nas Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza, 2021.

**Foto** - Barco navegando pelo rio Amazonas, foto por Fernanda Damasceno.

**Foto** - Vitórias régias na natureza, por Getty Images.

**Fotos** - Barco parado na seca, por Valter Calheiros para Amazonia real. Protesto do MAB contra a instalação de Belo Sun e contra o crime da Vale, em Brumadinho, de arquivo do MAB. Fábrica, por Pixabay.

**Foto** - Floresta Amazônica vista de cima, por Victor Sotorilli disponível em Getty Images.

## **LISTA DE SIGLAS**

AMABELA - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra

AMTR - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém

ASAFAB - Associação dos Agricultores Familiares da Batata

CEAPAC - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLUA - Climate and Land Use Alliance

CPT - Comissão Pastoral da Terra

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FEAGLE - Federação do PAE Lago Grande

FEPASA - Ferrovia Paraense

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

MALUNGU - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMU - Movimento de Mulheres de Uruará

OC - Observatório do Clima

OIT - Organização Internacional do Trabalho

REPAM - Rede Eclesial Pan-Amazônica

RESEX - Reserva Extrativista

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa

STF - Supremo Tribunal Federal

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UC - Unidades de Conservação

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

WWF - World Wide Found for Nature

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1 - INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 - METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	<b>18</b>
2.1 Fase 1 - Entrevistas semi-estruturadas com o Comitê Gestor do Fundo Dema	<b>20</b>
2.2 Fase 2 - Entrevistas semi-estruturadas com o lideranças e representantes de grupos e organização políticas indicados pelo Comitê Gestor do Fundo Dema	<b>24</b>
2.3 Aplicação de questionários online no Google Forms	<b>26</b>
2.4 Sistematização das entrevistas e questionários	<b>31</b>
<b>3 - RESULTADOS DA PESQUISA: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS REGIÕES DE ATUAÇÃO DO FUNDO DEMA</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Região Transamazônica/Xingu</b>	<b>35</b>
3.1.1 Avaliação da situação geral da região da Transamazônica/Xingu pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios	<b>36</b>
3.1.2 Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios	<b>43</b>
3.1.3 Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios da Transamazônica/Xingu	<b>44</b>
3.1.4 Os impactos da pandemia na saúde das comunidades	<b>46</b>
<b>3.2 Região Nordeste/Baixo Tocantins</b>	<b>50</b>
3.2.1 Avaliação da situação geral da região Nordeste/Baixo Tocantins pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios	<b>50</b>
3.2.2 Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios	<b>54</b>
3.2.3 Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios do Nordeste/Baixo Tocantins	<b>57</b>

# SUMÁRIO

3.2.4 <i>Os impactos da pandemia na saúde das comunidades quilombolas e ribeirinhas</i> .....	<b>59</b>
<b>3.3 Região do Baixo Amazonas</b> .....	<b>62</b>
3.3.1 <i>Avaliação da situação geral da região do Baixo Amazonas pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios</i> .....	<b>62</b>
3.3.2 <i>Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios</i> .....	<b>66</b>
3.3.3 <i>Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios do Baixo Amazonas</i> .....	<b>67</b>
3.3.4 <i>Os impactos da pandemia na saúde das comunidades</i> .....	<b>68</b>
<b>3.4 Região BR-163/Tapajós</b> .....	<b>70</b>
3.4.1 <i>Avaliação da situação geral da região da BR-163/ Tapajós pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios</i> .....	<b>70</b>
3.4.2 <i>Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios</i> .....	<b>75</b>
3.4.3 <i>Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios da BR-13/ Tapajós</i> .....	<b>79</b>
3.4.4. <i>Os impactos da pandemia na saúde das comunidades</i> .....	<b>81</b>
<b>4 - BREVES REFLEXÕES SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS A PARTIR DAS ATUAIS ALTERAÇÕES AMBIENTAIS NAS REGIÕES DE ATUAÇÃO DO FUNDO DEMA</b> .....	<b>85</b>
4.1 <i>Como os efeitos da crise climática são sentidos nos territórios?</i> .....	<b>87</b>
<b>5 - INDICAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS</b> .....	<b>90</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>95</b>



## APRESENTAÇÃO

Este diagnóstico é parte integrante do projeto Clua - territórios da vida, uma parceria da **CLUA (Climate and Land Use Alliance)** com o Fundo Dema/FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), que teve como objetivo construir subsídios para melhor atender às emergências da pandemia de Sars-Cov-2 nas 4 regiões de atuação do Fundo Dema. A pesquisa foi realizada entre maio de junho de 2021, de forma integralmente remota e os resultados estão sintetizados neste relatório, que constitui-se como um panorama geral dos impactos e problemas causados (ou potencializados) pela pandemia nos territórios e comunidades apoiadas pelo Fundo Dema.



# Introdução

O presente diagnóstico traz os resultados de uma investigação preliminar que teve como objetivo montar um quadro geral dos impactos e problemas causados pela pandemia de Sars-Cov-2 (Covid-19) nos territórios e comunidades das 4 regiões de atuação do Fundo Dema, estado do Pará (quadro 1).

Quadro 1 – Regiões de atuação do Fundo Dema e respectivos municípios

Regiões	Municípios
1) Baixo Amazonas	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém.
2) BR-163 (Rodovia Cuiabá-Santarém)	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.
3) Transamazônica/Xingu	Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Portel, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará.
4) Nordeste Paraense/ Baixo Tocantins (Territórios Quilombolas)	Abaetetuba, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu.

Fonte – FASE/ Fundo Dema.

Tendo em vista que a pandemia revelou, definitivamente, a força das desigualdades sociais e regionais no Brasil, que vem acentuando cada vez mais situações já críticas de exclusão, violência e degradação ambiental, o presente diagnóstico aponta as várias camadas de efeitos da pandemia enquanto um processo de opressão de uma diversidade de grupos sociais na Amazônia paraense. Neste processo **“emerge com realce a situação crítica de exclusão e marginalização dos povos e comunidades tradicionais”** (COSTA, 2020, p. 31), por isso, a pesquisa buscou identificar e analisar as ameaças da pandemia associando-as ao avanço das frentes de exploração econômica sobre áreas protegidas e territórios tradicionalmente ocupados nas regiões de atuação do Fundo Dema.

A relação de tais problemas com a condução criminosa das políticas ambientais e territoriais pelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022) mostrou-se bastante evidente nas falas das pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa, sendo agravados pela crise sanitária. Nesse sentido, o governo transformou a pandemia no “momento propício” para a

falas das pessoas que foram entrevistadas durante a pesquisa, sendo agravados pela crise sanitária. Nesse sentido, o governo transformou a pandemia no “momento propício” para a aceleração do desmonte da governança socioambiental e territorial no Brasil, que já vinha sendo intensificado desde o início do governo em 2019, com cortes de orçamento do Ministério do Meio Ambiente, a mordada e a perseguição a servidores do Ibama e do ICMBio, a pressão pela aprovação da tese do Marco Temporal no STF e Congresso Nacional, os ataques ao Inpe, o apagão nas multas ambientais e a criminalização de ativistas, servidores, indígenas e lideranças comunitárias, que vem resultando em recordes históricos de desmatamento, queimadas, grilagem de terras e violência no campo.<sup>1</sup>

Com a chegada da pandemia a partir de março de 2020, esse desmonte ganhou proporções ainda maiores, pois representou a “oportunidade” para “passar a boiada”, expressão dita pelo ex-ministro do Meio-Ambiente Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril de 2020,<sup>2</sup> que refere-se ao projeto de acelerar a desregulação da proteção ambiental no Brasil, com mudanças no regramento, simplificação de normas ambientais e enfraquecimento de instrumentos de controle e combate a crimes ambientais.

O desmonte promovido pelo Governo Bolsonaro teve reflexos imediatos. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, a área desmatada na Amazônia foi de 11.088 km<sup>2</sup>, conforme mostram os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe. Isso representa um aumento de 9,5% em relação ao período anterior (agosto de 2018 a julho de 2019), que registrou 10.129 km<sup>2</sup> de área desmatada. Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia responderam por 80% do total desmatado. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2020) identificou que 50% dos focos de calor do 1º semestre de 2020 foram registrados em imóveis rurais médios e grandes com atividades agropecuárias.

A ocorrência de garimpo ilegal também representa um importante vetor de pressão que pode resultar em desmatamento, fogo e destruição (IPAM, 2021, p. 10) e tem se expandido sobre as Terras Indígenas e outras áreas protegidas sob a forma de uma violência extrema e sem precedentes contra os povos da floresta na Amazônia.

Em 2021, novamente houve uma elevação do desmatamento na Amazônia em grandes proporções. Segundo o Inpe, a área total desmatada foi de 13.235 km<sup>2</sup>, a maior desde o ano de 2006. O Pará encabeça a lista de estados mais desmatados, com 5.023,83 km<sup>2</sup>, seguido do Amazonas com 2.063,38 km<sup>2</sup> e do Mato Grosso com perda de uma área de 1.907,13 km<sup>2</sup>.

Os municípios paraenses mais afetados em 2021 pertencem às regiões da Transamazônica/Xingu e BR-163 (quadro 2), porém todas as regiões, sem restrições, vem sendo afetadas por algum tipo de atividade predatória, conforme veremos ao longo do relatório. O desmatamento é apenas uma das vias em que essa degradação ambiental pode ser notada, mas está diretamente relacionado a todas as outras frentes de exploração.

1 Sinal de Fumaça, Monitor Socioambiental, 2021

2 Disse o ex-ministro na referida reunião: “[...] precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De Iphan, de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação, é de regulatório que nós precisamos, em todos os aspectos” (Ricardo Salles, reunião ministerial de 22 de abril de 2020).

## AUMENTO DE 9,5%



Fonte Inpe

## Total de 13.235 km<sup>2</sup> de área desmatada no Brasil em 2021



Fonte: Inpe

Quadro 2 – Municípios mais desmatados no Pará no ano de 2021.

<b>Regiões</b>	<b>Município</b>	<b>Área desmatada em 2021/Km<sup>2</sup></b>
<b>Transamazônica/ Xingu</b>	<b>Altamira</b>	<b>765,56</b>
	<b>São Félix do Xingu</b>	<b>576,70</b>
	<b>Pacajá</b>	<b>258,33</b>
	<b>Portel</b>	<b>239,74</b>
	<b>Anapu</b>	<b>134,53</b>
<b>BR-163</b>	<b>Novo Progresso</b>	<b>414,29</b>
	<b>Itaituba</b>	<b>355,59</b>

Fonte – Inpe, 2021.

O avanço vertiginoso da destruição ambiental da Amazônia promovido pelo governo federal também colocou o Brasil na completa contramão das tratativas internacionais sobre a emergência climática, cenário no qual a Amazônia tem papel central, inclusive quanto ao controle sobre o surgimento de novas doenças. O Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima (OC) informou que, no ano de 2020, em plena pandemia, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa subiram 9,5%, sendo o maior montante de emissões desde o ano de 2006.

Ao todo, 46% das emissões brutas brasileiras foi causada pelo forte aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, seguido do setor da agropecuária, que está diretamente ligado ao desmatamento e foi responsável por 27% das emissões. De acordo com o OC, a produção de bovinos domina as emissões do agro: a criação de bois e vacas responde por nada menos que 75% das 577 milhões de toneladas emitidas pelo setor (OC, 2021, p. 14). Somadas, as emissões por desmatamento e agropecuária responderam juntas por 73% do total emissões no Brasil em 2020. Ou seja, as mudanças no uso da terra e a destruição das florestas, com a expulsão de povos tradicionais, impacta diretamente na questão climática global hoje, o que tornou Bolsonaro em uma ameaça planetária.

Também são assustadores os índices de violência na Amazônia desde o início do Governo Bolsonaro, que está diretamente associada ao avanço das mais diversas frentes de exploração predatória. Sob Bolsonaro, a média de ocorrências de conflitos já é a maior da

história, conforme informa Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com os dados, em 2021, a Amazônia registrou 52% do total de conflitos por terra no Brasil, e 61% do número de famílias envolvidas também concentra-se nesta região (CPT, 2021). Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, são mais de 71 milhões de hectares em situação de conflito na Amazônia, o equivalente a 8,35% de todo o território nacional.

Ele informa, com base nos dados da própria CPT, que “as Terras Indígenas constituem a maioria esmagadora das terras que sofreram ações agressivas de esbulho e de intrusamentos com violência, correspondendo a 81% das áreas em situação de tensão social e conflito” (ALMEIDA, 2021, p. 2).

Também no ano de 2021 foram registrados 35 assassinatos no campo no Brasil, dos quais a imensa maioria somente na Amazônia, com 29 pessoas assassinadas. Em relação ao número de famílias implicadas em conflitos por terra nos últimos dez anos, a CPT destaca que, entre 2019 e 2021, observou-se um aumento de 206% em relação a 2018. No mesmo período, houve também o aumento vertiginoso de 135% do número de famílias que sofreu violência por meio de grilagem. Ao todo, as ações de invasão e grilagem, juntas, totalizaram 333 ocorrências em 2021, o que representa aproximadamente 27% das ocorrências de conflito no campo (CPT, 2021).

Ainda de acordo com a CPT, a Amazônia concentra também: 64,5% das ameaças de expulsão, 63% das contaminações por agrotóxico, 78% dos desmatamentos ilegais, 87% das expulsões, 81% das

grilagens, 82% das invasões, 69% das pistolagens, 73% das omissões/conivências do Estado e 70% das violações nas condições de existência.

Nesse contexto, pertencentes aos territórios que vem sendo arrasados com a invasão das terras por grupos de madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, grileiros, sojeiros e grandes projetos, os povos da Amazônia vem-se confrontados pelo agravamento da violência no Governo Bolsonaro, aos quais somaram-se também os impactos da pandemia de Covid-19.

Por isso, este diagnóstico parte do contexto da atual devastação ambiental na Amazônia e avalia como esse conjunto de acontecimentos associado à crise sanitária afetou as populações das 4 regiões de atuação do Fundo Dema, sua saúde, seus modos de vida, suas atividades produtivas e econômicas, e os processos políticos que envolvem a defesa dos seus territórios. Além disso, também são considerados os efeitos socioambientais e climáticos do avanço da devastação da Amazônia, sentidos nos territórios por meio das alterações nos regimes de chuva, no aumento do calor e dos períodos de estiagem, e que vem afetando severamente a agricultura e outras atividades.

O diagnóstico geral desse quadro serviu de suporte para a definição das linhas temáticas de atuação do Fundo Dema e da CLUA visando o enfrentamento à crise da pandemia nos territórios e o fortalecimento das comunidades.

Entre outras ações, está prevista a realização de um edital com proposta inicial de potencializar a recuperação

econômica das comunidades afetadas pela pandemia, e que deve ser ampliado a partir do diagnóstico para atender as outras dimensões dos danos que foram identificadas. O diagnóstico indica, ainda, os esforços e ações que precisam ser fortalecidos no enfrentamento à crise da pandemia, incluindo as ações comunitárias de justiça socioambiental, agroecologia, segurança alimentar e defesa dos territórios.

Nas regiões de atuação do Fundo Dema, esse processo é observado de formas diferenciadas, com transformações que são impostas tanto pela ação predatória direta quanto pelas alterações socioambientais que são sentidas nos territórios. Ou seja, as várias camadas de danos que foram observadas na pesquisa tem imposto a grupos sociais e comunidades a perda de seus territórios, a destruição de seus modos de vida em várias dimensões e a destruição da autonomia produtiva e da segurança alimentar e nutricional das comunidades. Essas rupturas que são associadas aos processos de expropriação e desterritorialização do modelo de desenvolvimento econômico tiveram um momento decisivo de agravamento diante da pandemia de Covid-19 no Brasil e é o que observaremos a partir da realidade específica de cada uma das regiões de atuação do Fundo Dema.

Além desta introdução, o relatório conta com um capítulo explicativo da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa e, em seguida, no capítulo 3, são apresentados e discutidos os resultados por região. O capítulo 4 propõe um debate sobre a emergência climática no contexto da pandemia de Covid-19 nos territórios amazônicos e, por fim, são sistematizadas as principais ações e propostas para proteção e fortalecimento das comunidades e territórios face à pandemia.





# Metodologia de Pesquisa

Tendo em vista o contexto e a urgência da demanda, a pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2021, de forma inteiramente remota. As estratégias metodológicas e analíticas aqui apresentadas foram pensadas para superar a impossibilidade de realizar pesquisas de campo e, mesmo assim, obter um panorama expressivo dos vários problemas provocados pela crise pandêmica nas regiões de atuação do Fundo Dema. As soluções instrumentais desenvolvidas na pesquisa visaram superar esses limites, contemplando um universo amostral significativo dos diferentes grupos sociais presentes em cada uma das 4 regiões de atuação do Fundo Dema, que são, entre outros, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades agroextrativistas, assentados, trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores/as familiares, populações ribeirinhas, moradores de Unidades de Conservação, e suas respectivas representações políticas, como associações, sindicatos, cooperativas e movimentos sociais.

Diante de um quadro diverso e complexo como o que se apresentou para a pesquisa, a grande questão metodológica era como se obter um entendimento satisfatório sobre um acontecimento das dimensões da pandemia nos territórios sem realizar pesquisas de campo e com uma abordagem inteiramente remota? Como poderia ser feita essa abordagem com as organizações nesse momento diante de um problema tão complexo e com tantas facetas a serem observadas? E como definir um escopo estratégico de grupos sociais e suas representações para se obter resultados relevantes nessa abordagem?

Para dar conta destas questões e em se tratando da urgência de se realizar pesquisas sobre os efeitos da pandemia em curso, foi traçada uma proposta de trabalho cujo ponto de partida foi o Comitê Gestor do Fundo Dema (CG), formado por organizações representantes de cada região, a partir do qual definiram-se os problemas chave a serem melhor destacados no diagnóstico. O instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada que elencou alguns pontos de introdução aos temas para que o CG pudesse contribuir com uma avaliação mais geral da situação nas regiões de atuação do Fundo Dema, indicando quais populações/territórios encontram-se mais ameaçadas dentro do contexto da pandemia e diante do quadro de desmonte socioambiental no país. O CG também indicou e mediou o contato com os demais sujeitos sociais que contribuíram com o aprofundamento das informações obtidas, de forma a compreender os processos referentes à pandemia desde as várias perspectivas encontradas nos territórios.

Dessa forma, foram realizadas duas etapas de entrevistas: a primeira, com os membros do Comitê Gestor de cada região; e a segunda, com as indicações que foram repassadas e mediadas pelo CG nas primeiras entrevistas. No geral, compreendem lideranças e representantes de associações comunitárias. Além disso, foi aplicado também um questionário online no *Google Forms*, este de caráter complementar e formato mais objetivo que visou ampliar o universo da pesquisa e chegar a mais sujeitos sociais dentro de cada região pesquisada.

<sup>3</sup> O Comitê Gestor do Fundo Dema é formado por representantes da FASE/Fundo Dema, do coletivo de organizações sociais que o compõem, localizadas nas respectivas regiões de atuação (Transamazônica, BR 163 e Baixo Amazonas) e por representantes da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – Malungu.

Todas as questões que foram apontadas serão complementadas ou reforçadas com os informações dadas por outras fontes e dados produzidos por pesquisas realizadas nos últimos anos, desde o início do governo Bolsonaro (2019) e da pandemia de Covid-19 no Brasil (2020 e 2021).

## 2.1 - Fase 1: Entrevistas semi-estruturadas com o Comitê Gestor do Fundo Dema

A primeira etapa da pesquisa com aplicação de entrevistas junto ao Comitê Gestor foi desenvolvida no seguinte calendário:

Quadro 3 – Calendário de entrevistas realizadas com o Comitê Gestor

<b>Região</b>	<b>Representação entrevistada</b>	<b>Data da entrevista</b>
<b>Representação da região da Transamazônica/Xingu</b>	<b>Maria Piloneto - Movimento Mulheres Uruará</b>	<b>04/05/2021</b>
	<b>Ir. Marialva Vieira - Prelazia do Xingu</b>	<b>03/05/2021</b>
<b>Representação da região da BR-163/Tapajós</b>	<b>Raione Lima - Comissão Pastoral da Terra (CPT - Itaituba)</b>	<b>05/05/2021</b>
<b>Representação da região do Baixo Amazonas</b>	<b>Marilene Rocha - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR-Santarém)</b>	<b>03/05/2021</b>
	<b>Rosa Godinho - Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC)</b>	<b>03/05/2021</b>
	<b>Marta Campos Rêgo - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém/Fundo de Mulheres</b>	<b>06/05/2021</b>
	<b>Selma Ferreira - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra/Fundo de Mulheres</b>	<b>06/05/2021</b>

Quadro 3 – Calendário de entrevistas realizadas com o Comitê Gestor

<p><b>Representação da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu)/Região Nordeste/ Baixo Tocantins</b></p>	<p><b>Jaqueline Alcântara da Conceição - Malungu</b></p>	<p><b>05/05/2021</b></p>
<p><b>Representação do Fundo Indígena do Xingu</b></p>	<p><b>Ney Kwazady Xipaia Mendes</b></p>	<p><b>06/05/2021</b></p>
	<p><b>Kagroti Kore Kayapó</b></p>	<p><b>10/06/2021</b></p>

Relatório de pesquisa, 2021.

Ao todo foram realizadas 10 entrevistas nessa etapa, contemplando todas as regiões de atuação do Fundo Dema. Da previsão inicial, não puderam ser realizadas as entrevistas com os membros José Ribamar Ripardo, da Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP (Região Transamazônica e Xingu), e com Waléria Carneiro, da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU, em razão de entraves encontrados na comunicação, haja vista, entre outros fatores, as dificuldades de acesso à boa internet para realização das entrevistas online, além de outras impossibilidades pessoais.

As entrevistas elaboradas seguiram o formato semi-estruturado e foram organizadas em torno de questões centrais que serviram como pontos de introdução para que o CG pudesse desenvolver uma avaliação mais geral da situação da pandemia e problemas associados nas regiões de atuação do Fundo Dema, e indicar os grupos, territórios ou comunidades que encontram-se mais ameaçadas e quais são essas ameaças (quadro 4). As conversas ocorreram via plataforma de reunião online (google meets) e também por meio de chamada de vídeo via WhatsApp, quando necessário. Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição, sistematização e análise. A Equipe do Fundo Dema/FASE participou ativamente na elaboração das entrevistas.

Ao longo da realização desta primeira etapa de entrevistas foram realizadas algumas alterações na proposta original apresentada no Plano de Trabalho. As questões que tinham temas próximos foram aglutinadas de forma a dar melhor fluidez às entrevistas. Além disso, algumas questões que se destacaram nas falas dos membros do CG foram também incorporadas às entrevistas na medida em que eram realizadas.

Nesse sentido, pela grande recorrência do tema, foi inserida uma questão exclusiva sobre como a pandemia afetou as organizações e mobilizações políticas nos territórios, haja vista que isso foi considerado pelos/as entrevistados/as como um ponto crucial ao avanço das frentes de exploração predatória do meio-ambiente durante a pandemia (questão 6). O debate sobre os problemas de acesso à internet enfrentados pelas comunidades para adaptação aos novos formatos de reunião e mobilização também foram incorporados por essa questão.

## **Quadro 4 - Entrevista aplicada ao Comitê Gestor do Fundo Dema**

**Região:**

**Organização:**

**Representante:**

**Data:**

**1) Faça uma avaliação da situação geral da sua região de atuação pós-chegada da Covid-19 e indique: quais os principais danos sentidos na região e quais grupos tem sido mais afetados pela pandemia?**

*Objetivos: identificar os principais problemas que surgiram ou se agravaram em decorrência da Covid-19 no âmbito da saúde, as perdas e adoecimentos que afetaram as comunidades, os impactos da pandemia na economia e nas atividades produtivas dos grupos sociais e famílias e o aumento da violência;*

**2) Os problemas decorrentes de atividades de exploração ou crimes ambientais que já vinham avançando desde 2019 com o início do Gov. Bolsonaro se agravaram nessa região durante a pandemia? Como?**

*Objetivo: verificar como a atual condução de uma política anti-ambiental pelo governo Bolsonaro foi favorecida pela pandemia e quais as principais consequências disso observadas nos territórios. Houve aumento de violações de Direitos Humanos/ Invasões de terra/ queimadas/ incêndios criminosos/ desmatamento ilegal ou outros crimes ambientais?*

**3) Quais as principais alterações ambientais e climáticas tem sido mais evidentes diante desse contexto de agravamento da destruição do meio ambiente na sua região?**

*Objetivo: verificar de que forma as mudanças climáticas são percebidas no território; compreender a noção que se tem sobre as mudanças climáticas e a relação das questões ambientais com a pandemia.*

## Quadro 4 - Entrevista aplicada ao Comitê Gestor do Fundo Dema

**4) Quais as principais alterações ambientais e climáticas tem sido mais evidentes diante desse contexto de agravamento da destruição do meio ambiente na sua região?**

*Objetivo: avaliar a conduta dos governos na condução das políticas de enfrentamento à pandemia; indicar se houve negligência e de forma isso agravou a vulnerabilidade das comunidades.*

**5) Quais os principais impactos econômicos da pandemia sobre a vida da comunidade?**

*Objetivo: verificar como as produções locais e a economia das comunidades foram afetadas pela pandemia e pela falta de apoio dos governos para sua sustentabilidade.*

**6) Como a pandemia afetou a organização política de grupos e comunidades na região?**

*Objetivo: identificar as principais dificuldades enfrentadas para desenvolvimento das atividades políticas; quais os empecilhos referentes à mobilização e comunicação, incluindo o acesso à internet? Obs. Essa questão foi inserida após a realização das primeiras entrevistas ao se perceber que se tratava de um dos problemas mais centrais apresentados nas falas do Comitê Gestor.*

**7) Como tem sido a condução do enfrentamento à pandemia e aos problemas que decorrem dela nos territórios? Que tipo de ações são mais urgentes nesse momento?**

*Objetivo: destacar as ações de enfrentamento, que indicam possíveis linhas de atuação a serem definidas no edital; identificar ações políticas de defesa dos territórios que tem sido construídas pelas comunidades, além de ações emergenciais de solidariedade.*

Relatório de pesquisa, 2021.

As entrevistas foram sistematizadas em grupos de temas que foram apontados nas respostas correspondentes a cada questão. Dessa forma, foi possível obter um panorama sobre a situação de cada uma das regiões, a partir do qual foi desenvolvida a segunda etapa da pesquisa.

## 2.2 Fase 2: Entrevistas semi-estruturadas com o lideranças e representantes de grupos e organização políticas indicados pelo Comitê Gestor do Fundo Dema

A segunda etapa da pesquisa abordou lideranças e representantes de comunidades e organizações políticas indicadas pelo Comitê Gestor com o objetivo de ampliar as percepções sobre os efeitos da pandemia nos territórios a partir dos grupos sociais presentes nas regiões de atuação do Fundo Dema. Afora as impossibilidades apresentadas por parte de algumas pessoas indicadas pelo CG, ao todo foram realizadas 17 entrevistas, conforme indica o quadro a seguir.

Quadro 5 - Entrevistas realizadas na 2ª etapa da pesquisa, por região

Região	Nomes indicados pelo CG
Transamazônica/Xingu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maria Lucia Coelho da Silva - Vicinal170 Norte/Movimento de Mulheres de Uruará</li> <li>• Rodrigo Vandrê Faleiro - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Placas</li> <li>• Cliciane - Jovem agricultora de Medicilândia.</li> <li>• Naldo Lima - Altamira, Rede Xingu+</li> </ul>
Baixo Amazonas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Neida Maria Pereira Rego - Casa Familiar Rural do PAE Lago Grande</li> <li>• Manuel Delfim Campos Rêgo - Distrito de Arapixuna, professor e coordenador do conselho comunitário;</li> <li>• Antonio Oliveira Andrade - Federação do PAE Lago Grande FEAGLE;</li> <li>• Marcos Vinicius Paulino da Silva - Almeirim, APROMOVA.</li> </ul>
Região Nordeste/ Baixo Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Magno Nascimento - Comunidade Quilombola África, coordenador de projetos da MALUNGU</li> <li>• Salomão - Comitê Quilombola de Enfrentamento a Covid-19 - MALUNGU</li> </ul>
Região da BR-163/Tapajós	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ageu Lobo Pereira - Liderança no território de Montanha e Mangabal, Itaituba</li> <li>• Sandra - Agricultora da Associação da Batata, Trairão.</li> <li>• Padre José Boeing - Advogado de questões fundiárias, presta assessoria jurídica comunitária a grupos da Transamazônica, Santarém-Cuiabá e Santarém.</li> </ul>

As questões colocadas nessa fase da pesquisa tiveram como objetivo aprofundar os temas abordados pelo Comitê Gestor, incluindo observações microssociológicas sobre a Covid-19 nos territórios. Da mesma forma, foram inseridas questões sobre os impactos da pandemia na organização política das comunidades e as limitações apresentadas para a realização de atividades e mobilizações no formato online. O quadro a seguir traz o esquema seguido nas entrevistas. Este roteiro também foi construído com a colaboração direta da equipe do Fundo Dema/FASE

## **Quadro 6 - Entrevista aplicada a lideranças e organizações comunitárias**

**Nome:**

**Organização:**

**Comunidade/Região:**

**Data:**

- 1) Como foi a chegada da Covid-19 em sua comunidade e quais foram os principais impactos vividos na região?
- 2) Foram feitas barreiras e fechamento de fronteiras pela própria comunidade?
- 3) A contaminação da sua comunidade foi muito elevada? Houve mortes?
- 4) Destacaria a perda de alguém pela Covid-19 que levou consigo conhecimentos tradicionais e/ou práticas ancestrais que não são mais compartilhadas por outros/as comunitários/os?
- 5) Há alguma forma de registrar e manter vivos os conhecimentos ameaçados de extinção pela Covid-19 e outras formas de ameaça à vida na comunidade?
- 6) Sua comunidade já foi vacinada?
- 7) Como a pandemia afetou a organização política de sua comunidade?
- 8) Como avalia a atuação dos governos no combate à pandemia nos territórios? O que considera que poderia ter sido feito e não foi?
- 9) Que tipos de ações e projetos podem ser fortalecidos nas comunidades diante das urgências da pandemia?
- 10) De que forma a comunidade vem sentindo as alterações ambientais provocadas pela devastação? Entende como efeitos das mudanças climáticas?

## 2.3 Aplicação de questionários online no Google Forms

O objetivo de aplicação de questionários online foi ampliar o universo dos agentes sociais entrevistados e abranger um número maior de pessoas de forma a reforçar as percepções do diagnóstico sobre as desigualdades e injustiças sociais que surgiram ou se agravaram nestes tempos de pandemia, relacionadas diretamente às questões ambientais e climáticas na Amazônia. Teve, portanto, caráter complementar às informações que foram abordadas nas entrevistas e foi constituído também a partir das próprias indicações da equipe do Fundo Dema/FASE, que desenvolvem ações diretamente junto às comunidades e territórios que estão confrontadas pelos problemas identificados.

O questionário foi composto por questões com respostas objetivas divididas em duas partes: a primeira abordou os problemas que foram aprofundados pela pandemia (como aumento do desmatamento, invasões de terras indígenas e outros territórios tradicionais por garimpos e outras atividades ilegais de exploração de recursos, violações de direitos humanos etc); e a segunda abordou os diferentes níveis de afetação da pandemia nos territórios no que tange dimensões como a saúde e as atividades econômicas e produtivas das comunidades. Também foram inseridas questões direcionadas a encontrar indicativos de ações comunitárias de combate à pandemia, que estão diretamente relacionadas às frentes de justiça socioambiental, agroecologia e defesa dos territórios, e que embasaram a construção das linhas temáticas de ação do Fundo Dema/CLUA.

### Quadro 7 - Questionário de Múltipla Escolha Pandemia nos Territórios

**Nome:**

**Comunidade/Região:**

**Contato de e-mail ou telefone:**

**Indique o grupo do qual faz parte \***

*Povos Indígenas*

*Povos Quilombolas*

*Trabalhadoras e trabalhadores rurais*

*Morador(a) de Assentamento de Reforma Agrária*

*Morador(a) de Assentamento Agroextrativista*

*Moradores de Unidades de Conservação (RESEX, FLONA, APA)*

*População Ribeirinha*

*Mulheres*

*Outro:*

**Se faz parte de alguma organização, indique o nome:**

### **Quais problemas surgiram ou se agravaram em decorrência da Covid-19 no seu território? \***

- *Violação de Direitos Humanos Coletivos*
- *Invasão de Territórios*
- *Queimadas*
- *Desmatamento ilegal*
- *Grilagem de terras*
- *Mineração de Empresas*
- *Garimpo ilegal*
- *Pesca Ilegal*
- *Assédio de empresas e grandes projetos*
- *Violação do direito à consulta prévia, livre e informada*
- *Agravamento das desigualdades sociais/ empobrecimento da população*
- *Aumento do desemprego*
- *Fome e insegurança alimentar*
- *Remoções compulsórias*
- *Desmobilização política*
- *Ameaças de lideranças*
- *Assassinatos de lideranças*
- *Violência contra as mulheres*
- *Outro:*

### **Em relação à atuação dos governos no combate à pandemia nos territórios, quais problemas podem ser indicados?**

- *Negligência no acesso ao sistema de saúde*
- *Carência de hospitais, postos de saúde e ações itinerantes nas comunidades*
- *Não cumprimento do Plano Emergencial de Enfrentamento à Covid em comunidades tradicionais*
- *Falta de apoio às medidas de proteção das comunidades*
- *Ausência de testes e registros de contaminação*
- *Liberação de obras nos territórios durante a pandemia*
- *Negacionismo*
- *Outro:*

### **Considera que grandes projetos, mineração, garimpo ou agronegócio agravaram as condições sanitárias e a vulnerabilidade da comunidade diante da pandemia?**

- *Sim*
- *Não*

**Considera que a pandemia tem relação com as mudanças climáticas?**

- *Sim*
- *Não*

**Quais os principais efeitos associados às mudanças climáticas que a comunidade vem sentindo ao longo dos anos?**

- *Perda da biodiversidade*
- *Escassez de água*
- *Aumento do calor*
- *Maior ocorrência de tempestades*
- *Morte de plantações*
- *Surgimento de doenças*

## **PARTE 2**

**A comunidade teve acesso a algum auxílio emergencial durante a pandemia?**

- *Sim*
- *Não*

**Perdeu parentes, amigos, ou pessoas de referência para a Covid-19?**

- *Sim*
- *Não*

**Houve aumento da violência contra as mulheres da comunidade durante a pandemia?**

- *Sim*
- *Não*

**Houve disseminação de notícias falsas sobre tratamentos para Covid-19 ou vacinas?**

- *Sim*
- *Não*
- *Não sabe dizer*

**Em relação à saúde mental, desenvolveu algum desses problemas?**

- *Ansiedade*
- *Depressão*
- *Transtornos alimentares*
- *Dependência química/ Alcoolismo*
- *Nenhum*

### **Teve dificuldades financeiras e materiais durante a pandemia?**

- *Sim*
- *Não*

### **Quais foram as atividades econômicas mais afetadas pela pandemia na sua comunidade? \***

- *Agricultura*
- *Comércio e Serviços*
- *Extrativismo*
- *Produção de farinha e outros derivados da mandioca*
- *Pesca*
- *Turismo*
- *Outro:*

### **Quais iniciativas foram tomadas para reduzir os impactos econômicos da pandemia no território?**

- *Autogestão na circulação de produtos agrícolas e extrativos*
- *Comercialização de alimentos produzidos localmente via PNAE*
- *Organização da produção/aumento da produção*
- *Utilização de redes sociais e WhatsApp para divulgação e venda de produtos*
- *Arrecadação de cestas básicas para distribuição na comunidade*
- *Trocas entre vizinhos/comunidades*
- *Organização da produção/aumento da produção*
- *Ampliação do plantio de árvores e Sistemas Agroflorestais (SAFs)*
- *Outro:*

### **Indique quais mecanismos de enfrentamento à pandemia foram executados pela comunidade \***

- *Controle e Vigilância do acesso à comunidade*
- *Campanhas de prevenção ao Corona Vírus*
- *Produção de Boletins Epidemiológicos*
- *Doações de alimentos agroecológicos*
- *Doações de materiais de higiene (sabão, álcool 70)*
- *Doações e utilização de produtos homeopáticos*
- *Recomendações, ações no STF e outros instrumentos jurídicos para garantia de direitos*
- *Vakinhas para aquisição de máscaras, remédios e alimentos*
- *Instalação de cercas ou portões na comunidade*
- *Normas internas para proibição de aglomerações*
- *Criação de normas internas para proibição de aglomerações*
- *Pressão pela vacinação*
- *Outros:*

**Há alguma ação ou projeto de defesa do território sendo realizada na comunidade?**

- *Sim*
- *Não*

**Há alguma ação ou projeto de defesa do território sendo realizada na comunidade?**

- *Sim*
- *Não*

**Sua comunidade já teve acesso à vacina?**

- *Sim*
- *Não*
- *Apenas uma parte da população*

**Quais os principais mecanismos de comunicação utilizados pela comunidade durante a pandemia?**

- *Telefone*
- *WhatsApp*
- *Rádios Comunitárias*
- *Redes Sociais (instagram, Twitter, Facebook)*
- *Lives*
- *Atos coletivos virtuais*
- *Outro:*

**Que tipo de iniciativa ou projeto considera indispensável para o fortalecimento da comunidade nesse momento?**

Os questionários ficaram abertos para respostas entre 15 de maio e 15 de junho de 2021 e, dentro deste período, foram submetidas 23 respostas no total.

Algumas das questões colocadas foram de múltipla escolha, podendo o respondente assinalar mais de uma opção por pergunta. Isto foi necessário haja vista que as comunidades e regiões tem enfrentado uma serie de ofensivas e, não maioria das vezes, não é possível assinalar apenas uma opção por pergunta. Outras tiveram caráter mais direto e sugerem apenas respostas afirmativas ou negativas (sim/não).

## 2.4 - Sistematização das entrevistas e questionários



As entrevistas realizadas nos dois momentos da pesquisa foram gravadas e transcritas, e delas foram extraídas questões centrais orientadas pelas perguntas que foram realizadas. Como o roteiro de entrevista diferenciava de um grupo para outro, os resultados foram divididos em dois grandes campos:

1) Relativo ao Comitê Gestor: tirou-se uma avaliação mais geral da situação nas regiões de atuação do Fundo Dema, indicando os problemas que se aprofundaram com a chegada na pandemia referentes às questões ambientais e territoriais, e de saúde das populações.

2) Relativo às lideranças das comunidades e representações de organizações políticas: objetivou-se apurar mais a fundo as questões indicadas pelo Comitê Gestor, a partir das vivências de dentro dos territórios afetados. Procedeu-se, também, com uma avaliação de ordem mais microssociológica sobre a Covid-19 nos territórios, considerando os impactos da pandemia na saúde e nas atividades produtivas e cotidianas das pessoas das comunidades.

As entrevistas com esse grupo também tinham como objetivo obter indicações de ações políticas de combate à pandemia e as limitações enfrentadas pelas organizações políticas das comunidades face a pandemia e ao avanço das frentes de exploração sobre seus territórios.

Conforme já fora explicado, ambos os conjuntos de entrevistas serão complementados pelas informações que foram extraídas do questionário aplicado por meio do Google Forms e pelas demais fontes de dados relativos aos problemas apresentados em cada região.



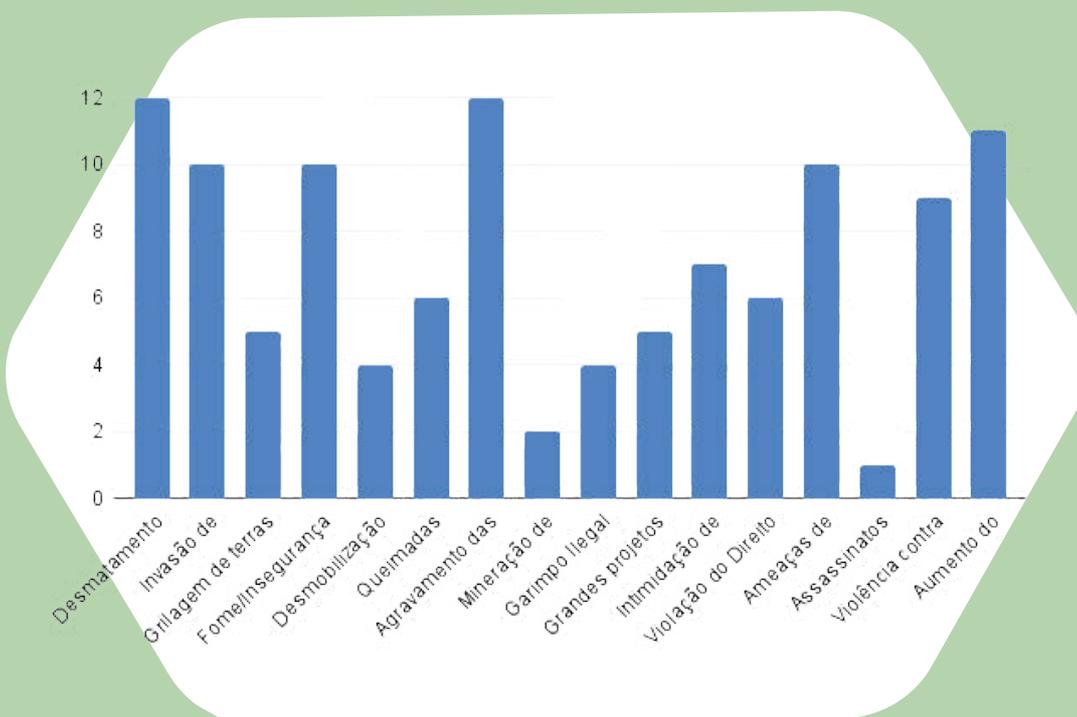
**RESULTADOS DA  
PESQUISA:  
Os impactos da  
pandemia de  
Covid-19 da  
pandemia nas 4  
Regiões de atuação  
do Fundo Dema**

A partir da síntese das entrevistas realizadas e da aplicação do questionário online, foi possível construir um quadro geral sobre como a pandemia de Covid-19 afetou cada uma das regiões de atuação do Fundo Dema em sua grande diversidade socioambiental. Os resultados abrangem as dimensões ambientais e territoriais, apontando os problemas que se aprofundaram com a chegada da pandemia, considerando-se a contribuição direta do desmonte ambiental promovido pelo Governo Bolsonaro para o avanço de frentes predatórias na Amazônia. Dialoga com os impactos da pandemia sobre a organização política nas regiões e observa como isso afetou a defesa dos territórios durante estes dois últimos anos. Esse enfraquecimento das comunidades deve ser compreendido levando-se em conta as dimensões de saúde, os impactos do luto na vida das pessoas e os efeitos econômicos que a pandemia acarretou, com o comprometimento da renda das famílias e das comunidades e o aumento da desigualdade.

As respostas que foram mais sinalizadas na primeira questão do formulário online, que visava abranger o máximo de problemas identificados, apresentou os seguintes resultados (vale lembrar que cada respondente poderia marcar mais de uma opção por questão):

**Gráfico 1 – Quais problemas surgiram ou se agravaram em decorrência da Covid-19 no seu território?**

- *Desmatamento ilegal*
  - *Invasão de Territórios*
  - *Grilagem de terras*
  - *Fome e insegurança alimentar*
  - *Desmobilização política*
  - *Queimadas*
  - *Agravamento das desigualdades*
  - *Mineração de Empresas*
  - *Garimpo ilegal*
- *Grandes projetos*
  - *Intimidação de Movimentos Sociais*
  - *Violação do Direito à Consulta Prévia*
  - *Ameaças de Lideranças*
  - *Assassinatos de Lideranças*
  - *Violência contra mulheres*
  - *Aumento do Desemprego*



A partir das entrevistas foi possível observar a concretude desses problemas em cada uma das regiões pesquisadas. Os temas foram desdobrados de forma a organizar todos os pontos levantados pelos entrevistados. Desta forma, tem-se como síntese geral:

Quadro 8 – Síntese dos temas abordados pelos entrevistados.

Dimensão do impacto	Problemas apontados
<b>Ambiental/Territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmatamento</li> <li>• Exploração ilegal de madeira</li> <li>• Garimpo ilegal de ouro em Unidades de Conservação e Terras Indígenas</li> <li>• Diminuição das fiscalizações de crimes ambientais por órgãos responsáveis</li> <li>• Invasão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas</li> <li>• Aumento do uso de agrotóxicos e contaminação das águas, solos e pessoas</li> <li>• Contaminação dos SAFs (Sistemas Agroflorestais)</li> <li>• Grilagem de terras</li> <li>• Avanço da Pecuária</li> <li>• Aumento de conflitos fundiários</li> <li>• Assoreamento dos rios / Desmatamento em áreas de nascentes</li> <li>• Mudanças climáticas</li> <li>• Avanço de grandes projetos de infraestrutura logística</li> <li>• Violação do Direito à Consulta Prévia, Livre e Informada</li> </ul>
<b>Organização política</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Violência armada contra as populações</li> <li>• Ameaças às organizações políticas e lideranças</li> <li>• Enfraquecimento das escolas rurais</li> <li>• Impossibilidade de se reunir e mobilizar</li> <li>• Aumento do número de pessoas ameaçadas de morte</li> <li>• Paralisação das atividades e ações de campo presenciais</li> <li>• Redução de financiamentos</li> <li>• Enfraquecimento institucional</li> <li>• Paralisação do trabalho coletivo de produção</li> <li>• Acesso precário à internet para realização de atividades remotas</li> </ul>
<b>Economia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empobrecimento da população</li> <li>• Dificuldade no acesso ao crédito rural</li> </ul>

<p><b>Economia</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impossibilidades de circulação e escoamento de produção</li> <li>• Insuficiência do auxílio emergencial</li> <li>• Dependência de doações</li> <li>• Perda de produção</li> <li>• Aumento do endividamento das famílias</li> <li>• Aumento dos preços dos alimentos, gás e combustíveis</li> <li>• Enfraquecimento do PNAE</li> </ul>
<p><b>Saúde</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fome/insegurança alimentar</li> <li>• Depressão/ Ansiedade/ Estresse</li> <li>• Estresse infantil</li> <li>• Subnutrição infantil</li> <li>• Negacionismo</li> <li>• Impactos do luto</li> <li>• Violação do direito ao isolamento social</li> <li>• Problemas no acesso aos sistemas de saúde</li> </ul>

Relatório de pesquisa, 2021.

Observamos pelas entrevistas que cada região apresenta vários desses problemas ao mesmo tempo, o que mostra que eles estão necessariamente encadeados pela pandemia de Covid-19 enquanto um processo com muitos desdobramentos que irão variar de região para região. As entrevistas também ajudaram a revelar quais as relações entre a pandemia, o governo de Jair Messias Bolsonaro e a atual situação enfrentada pelas populações da Amazônia paraense. Entendido como um quadro crítico, o diagnóstico mostra as principais dimensões que foram indicadas pelas pessoas entrevistadas e faz a discussão desses pontos a seguir.

### 3.1 - Região Transamazônica/Xingu

A região da Transamazônica abrange os municípios Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Portel, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará. A representante da Região no Comitê Gestor é a Irmã Ir. Marialva Vieira, missionária da Prelazia do Xingu, que atua em Placas. Desta região também foi entrevistado o Representante do Fundo Indígena do Xingu, Ney Xipaia, que nos deu um panorama sobre a situação dos povos indígenas do Médio Xingu face à pandemia, e Maria Piloneto, do Movimento Mulheres de Uruará.

Na segunda etapa, com as indicações do Comitê Gestor foram realizadas entrevistas com: Maria Lucia Coelho da Silva, da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Km170 Norte, do Movimento de Mulheres de Uruará; Rodrigo Vandrê Faleiro, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Placas (STTR/Placas); Cliciane, jovem agricultora de Medicilândia, da Comunidade Agrovila Tiradentes; e Naldo Lima, da Rede Xingu+, Altamira.

### 3.1.1 - Avaliação da situação geral da região da Transamazônica/Xingu pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios

Segundo dados Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) dos últimos 3 anos, a região da Transamazônica/Xingu foi uma das mais atingidas pelo avanço do desmatamento, incluindo as cidades que alcançaram os maiores índices em toda a Amazônia Legal. Do total de 13.235 km<sup>2</sup> de área desmatada na região no ano de 2021, 5.023,83 km<sup>2</sup> foram registrados só no Pará, que encabeça a lista de estados mais desmatados do Brasil. Os municípios mais afetados na região foram:

Quadro 9 – Municípios mais desmatados na região da Transamazônica/Xingu

Município	Área total desmatada em 2021 (km <sup>2</sup> )
<b>Altamira</b>	<b>765,56</b>
<b>São Félix do Xingu</b>	<b>576,70</b>
<b>Pacajá</b>	<b>258,33</b>
<b>Portel</b>	<b>239,74</b>

Fonte – Inpe, 2021.

Ney Xipaya, do Comitê Gestor do Fundo Dema e do Fundo Indígena do Xingu, avaliou em sua fala que, nos últimos anos, a região da Transamazônica/Xingu vem sofrendo uma pressão muito forte por parte de grupos de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros (agropecuária), quadro que se agravou bastante durante a pandemia e o governo Bolsonaro. De fato, há uma rede do desmatamento e conflitos agrários que avança na região desde a década de 1970 ao longo da Transamazônica.

Segundo o MapBiomas<sup>4</sup>, a maior parte do desmatamento nessa região ocorreu em áreas da União, em terras públicas ainda não destinadas – seja à conservação, a populações tradicionais ou indígenas, ou mesmo à produção agropecuária e outros usos econômicos.

O entrevistado explicou que o enfraquecimento da fiscalização e a inoperância dos órgãos ambientais (que vem sendo bastante atacados durante o Governo Bolsonaro) favoreceram o avanço da destruição do meio-ambiente na região, cenário que se agravou consideravelmente durante a pandemia, conforme pontuou Ney em sua entrevista. Ele

4 O Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas) é uma iniciativa que envolve uma rede colaborativa com especialistas nos biomas, usos da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação, que utiliza processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine com o objetivo de gerar uma série histórica de mapas anuais de uso e cobertura da terra do Brasil <<https://mapbiomas.org/>>.

relatou que, mesmo sem muito apoio nos últimos anos, antes da pandemia as instituições eram mais ativas quanto à fiscalização de crimes ambientais e atividades ilegais, inclusive a própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que tinha há alguns anos um corpo mais completo para atuar no monitoramento das Terras Indígenas daquela região.

O resultado disso é que as duas Terras Indígenas mais desmatadas na Amazônia nos últimos dois anos estão na região da Transamazônica/Xingu, conforme apontam os dados do PRODES/INPE (2021):

Quadro 10 – Terras Indígenas mais desmatadas no Brasil, 2019/2020

<b>Terra Indígena</b>	<b>Extensão do desmatamento em 2019/2020 (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Extensão do desmatamento em 2020/2021 (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Comparação %</b>
<b>TI Apyterewa</b>	<b>63,3</b>	<b>68,5</b>	<b>+ 8,21%</b>
<b>TI Trincheira Bacajá</b>	<b>23,5</b>	<b>35,7</b>	<b>+ 51,91%</b>

Fonte – PRODES/INPE (2021).

A Terra Indígena (TI) Apyterewa, do povo indígena Parakanã, em São Félix do Xingu, concentra grupos de pressão que visam a redução da Terra Indígena para fins de expansão da exploração madeireira, agropecuária e garimpeira, todas desenvolvidas ilegalmente no interior da TI. A prática de crimes ambientais tem confrontado ações de fiscalização resultando no aumento das tensões de violência contra os povos indígenas e contra os servidores públicos que atuam para coibir ações predatórias e ilegais contra o meio-ambiente. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI, 2021), o aumento da garimpagem ilegal tanto na TI Apyterewa quanto na Trincheira Bacajá tem sido a atividade mais predatória, e principal responsável pelo aumento do desmatamento nas duas Terras Indígenas.<sup>5</sup>

Um estudo do Instituto Socioambiental e da Rede Xingu + revelou que está em curso uma nova onda de garimpos ilegais em Áreas Protegidas na bacia do Xingu. Ao todo já foram desmatadas aproximadamente 22 mil hectares de floresta por conta do garimpo em áreas que se consolidaram ao longo dos anos de 2019 e 2020. A Terra Indígena Kayapó foi uma das mais impactadas da região, com 684 hectares desmatados somente nos primeiros cinco meses de 2020 (foto 1). Segundo a Rede Xingu +, foram identificados pelo menos 918 quilômetros de estradas ilegais associadas ao garimpo e pelo menos seis pistas de pouso no interior da TI. Desde 2020, foram constatadas ainda novas áreas de garimpo em afluentes

<sup>5</sup> Fonte <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/11/19/terra-indigena-no-para-que-teve-agentes-federais-cercados-e-a-mais-desmatada-do-brasil-no-ultimo-ano.ghtml>>

do rio Fresco e a abertura de novas pistas. Relacionado ao maior nível de intrusão sofrido, a TI Kayapó foi também a que teve o maior número de casos de contágio e mortes por Covid-19.

Na TI Apyterewa, do povo Pakaranã, foram detectados pelo menos dois garimpos ativos. Entre 2018 e junho de 2020, o desmatamento na TI atingiu a marca de 146,4 hectares.

### **Fotos – Destruição do garimpo ilegal na TI Kayapó/PA**



**Fonte – Instituto Socioambiental, 2020**

Quanto às demais Terras Indígenas do Médio Xingu, Ney Xipaya avalia que as pressões pela invasão dessas terras tem se avolumado muito nos últimos anos. Ele menciona a TI Xipaya que, além das ameaças diretas ao seu território, tem ainda as áreas vizinhas sob ameaça, como a Floresta Nacional (FLONA) de Altamira e a Reserva Extrativista (RESEX) do Riozinho do Anfrísio, onde a atividade garimpeira voltou a funcionar após uma paralisação de 14 anos, desde a criação da RESEX. Ney ainda menciona que há uma forte pressão partindo da Flona do Jamanxim (região da BR-163), com áreas que vem sendo invadidas também por garimpeiros e madeireiros, além do avanço das áreas de soja.

Segundo Ney, o ICMBio e o Ibama não conseguem operar a fiscalização para conter as invasões e os crimes ambientais nas áreas protegidas, e a FUNAI na região teve todas as suas bases paralisadas em razão da pandemia, mas principalmente, por conta da falta de recursos cada vez mais reduzidos pelo Governo Federal. Isso também acabou interferindo no controle da Covid-19 uma vez que, junto com os invasores, vem o vírus e, quanto maior a intrusão sofrida pela área, maior é a disseminação da doença. Nesse sentido, o entrevistado relata que a restrição da vigilância do Distrito Sanitário de Saúde não é capaz de impedir que as terras sejam invadidas por grupos que exploram madeira e garimpo nessa região:

Se essas normas valessem pra todo mundo, a gente poderia se sentir nesse período de pandemia mais protegidos de certa parte porque ia ter a certeza que ninguém ia entrar. Mas ai a gente não tem isso, o que ta acontecendo na verdade é o oposto, os órgãos fiscalizadores e as próprias comunidades ficam impossibilitadas de fazer o monitoramento, de fazer a vigilância, enquanto os madeireiros e os garimpeiros entram, a gente ta tendo uma pressão muito grande [...] Então, assim, pra contexto de pandemia, em relação à proteção territorial a gente ta muito vulnerável (Ney Xipaya, TI Xipaya. Trecho de entrevista concedida em 06/05/2021).

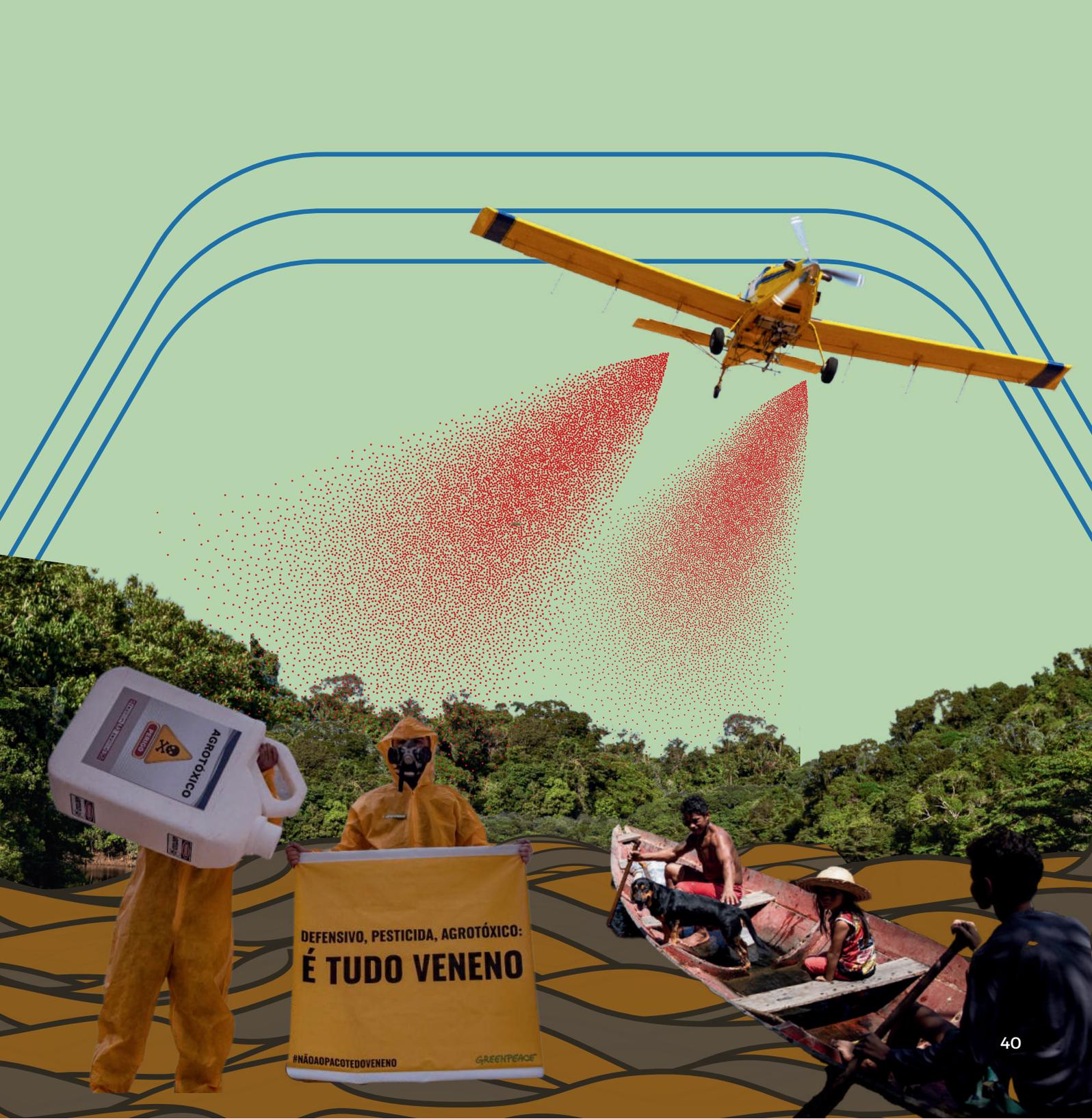
A Irmã Marialva Vieira, da Prelazia do Xingu, informa que, enquanto o país acompanha as trágicas notícias da pandemia, os caminhões com madeira não param de passar na Transamazônica:

Aqui onde eu estou tem uma estrada que ela está na linha vermelha da Cachoeira Seca, que é uma reserva indígena, Placas faz fundo com a reserva indígena dos Arara, enfim, e a gente ta vendo que esses caminhões não param de passar, ou com toras, ou com madeira beneficiada, e estão passando livremente. Agora eles não passam mais só de noite, eles passam a qualquer hora. Pra mim, isso aqui é um reflexo muito forte que a gente não ta prestando muita atenção nisso, sabe? (Irmã Marialva Vieira, Missionária, Comitê Gestor do Fundo Dema. Trecho de entrevista concedida em 03/05/2021).

Outra questão que a Irmã observa que vem ocorrendo na região é o aumento do uso dos agrotóxicos nas lavouras de forma descontrolada. Segundo ela, os grandes fazendeiros tem utilizado aviões para espalhar o agrotóxico e isso tem causado muitos danos à saúde dos moradores da região e tem afetado os pequenos produtores, porque suas terras são diretamente atingidas já que esse método dissemina o veneno de forma ampla. A Irmã afirmou que isso tem levado à contaminação de consórcios que trabalham coletivamente em Sistemas Agroflorestais (SAFs) da região da Transamazônica/Xingu. Ela diz que, com isso, o

meio-ambiente também está sofrendo muito com consequências diretas nas águas e nos plantios comunitários, além de haver muitas pessoas intoxicadas. A entrevista com Rodrigo Faleiro, STTR/Placas, reforçou essa informação. Ele afirma que, embora o uso dos agrotóxicos seja um problema até antigo da região, desde o ano passado isso tem se agravado bastante. Vale lembrar que, desde o início do mandato, o governo Bolsonaro publicou a aprovação de nada menos do 1.682 novos produtos agrotóxicos. Atualmente, são 3.748 produtos agrotóxicos sendo comercializados em todo o Brasil.<sup>6</sup>

6 Dados Repórter Brasil e Agência Pública.



Em relação às questões ambientais, Rodrigo também fez um destaque à situação da TI Cachoeira Seca que vem sendo bastante invadida e explorada por madeireiros e pecuaristas, onde tem ocorrido, segundo o entrevistado, “grandes derrubadas florestais”. Os Projetos de Assentamento, que é um dos focos que mais concentram conflitos fundiários na região, também tem passado pelos mesmos problemas de invasão e grilagem. Ele avalia que, neste momento, há um movimento migratório muito forte vindo do Sul do Pará e que essas frentes tem sido responsáveis por essas invasões e pelo aumento do desmatamento na região.

Segundo Rodrigo, essas pessoas utilizam grandes maquinários para desmatar, com uso de esteira e correntão.

A atual situação das Unidades de Conservação da região foi detalhada na entrevista de Naldo Lima, assessor comunitário da Rede Xingu+, que atua diretamente nas RESEX Rio Xingu, Rio Iriri, Riozinho do Anfrísio e a Maribel. Ele explica que o início do governo Bolsonaro foi muito negativo para as Unidades de Conservação, o que, somado à pandemia, gerou um ambiente bastante favorável para o retorno de atividades ilícitas que já tinham certo controle no interior dessas UC.

Então, hoje, nós estamos numa situação no território muito conflituosa, vários pontos de garimpos que não tinha até 2020, hoje nós temos vários pontos de garimpos, retomada da grilagem, ou seja, algumas pessoas que se diziam donos de áreas dentro das Unidades estão retornando, colocando gado, e o desmatamento, o roubo de madeira, principalmente na Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio. Então, está um caos, hoje, as unidades (Naldo Lima, Rede Xingu+. Entrevista concedida em 19/05/2021).

Ele explica que a situação é muito difícil porque, como a pandemia impactou na produção local e na geração de renda das famílias das RESEX, muitas pessoas das comunidades acabaram se envolvendo com atividades ilícitas como o garimpo, a grilagem e o roubo de madeira, pela promessa de “dinheiro fácil”. Ele resume que foi constatada a presença de garimpos nas RESEX Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio, nas Terras Indígenas do Curuá e no Parque Nacional Serra do Pardo.

De acordo com a Rede Xingu+, em 2020 foram abertos 562 hectares associados à exploração garimpeira em Terras Indígenas e Unidades de Conservação, comprometendo a qualidade das águas em 20 sub-bacias do Rio Xingu. Com a disseminação da Covid-19 pelo país, a invasão de garimpeiros representa uma dupla ameaça: o contágio dos povos indígenas e populações tradicionais e a destruição da floresta (Rede Xingu+, 2020). Quanto ao roubo de madeira, o problema está mais concentrado na Riozinho do Anfrísio; e a grilagem de terra pode ser constatada com mais ênfase também no afluente Iriri.

Ney Xipaya informou ainda que o monitoramento da região tem sido muito difícil porque o nível de violência é muito grande por parte de madeireiros e garimpeiros, que, como ele mesmo definiu, “são terroristas”, pois ameaçam a vida de quem se propõe a fazer vigilância e fiscalização, e atuam armados, aumentando a insegurança das populações que vivem nas áreas que vem sendo invadidas para exploração. Logo, para se propor quaisquer ações

nesse sentido é preciso estar ciente de que a possibilidade de confronto tem sido muito grande nessa região. O recuo parte dos povos, portanto, uma vez que as comunidades não seguem essa política de uso de armamento.

Contudo, ainda com tantas dificuldades, Ney afirma que os povos indígenas tem feito um monitoramento parcial das TIs até onde não se observa a pressão nem de garimpeiros, nem de madeireiros, para se evitar que ocorram conflitos. Mas, por conta das deficiências atuais dos órgãos fiscalizadores e a suspensão de recursos, a vulnerabilidade das populações do Xingu é muito grande. Rodrigo Faleiro (STTR/Placas) destaca que o atual governo é responsável por estimular o avanço de ações predatórias sobre a Amazônia:

[...] as pessoas vem muito cheias da razão pra cima da gente, que defende esse tipo de trabalho, eu converso com gente aqui que fala que nós temos que nessa área da Transamazônica, do município, tem que ser toda desmatada, que o governo tem que liberar, que o governo tem que produzir soja, tem que produzir isso... então, dentro de uma visão de que o agricultor tem que vender mesmo, e o governo federal prega muito forte isso, prega muito forte (Rodrigo Vandrê Faleiro, STTR/Placas. Trecho de entrevista concedida em 08/06/2021).

Além de tudo, especificamente para a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a conduta de Bolsonaro foi extremamente negativa por enfraquecer instrumentos importantes como o PNAE e também criar barreiras para o acesso ao crédito rural, dificultando a sustentabilidade desses trabalhadores e trabalhadoras mediante a pandemia.

As críticas se estendem diante da postura “comedida” do governo do estado do Pará, na figura de Helder Barbalho, em propor uma resolução efetiva para os problemas que a região vem enfrentando. E ao governo municipal: “[...] como na pandemia tudo gera recurso federal, as emendas parlamentares vem pro município, então tudo tem uma justificativa da pandemia e o que você vê no dia-a-dia das ações são muito pequenas dentro das secretarias municipais, das prefeituras” (Idem). Outro destaque importante que Rodrigo fez no contexto pandêmico é que foram enfraquecidas as escolas rurais afetando muitos filhos de agricultores da área rural. Como última consequência, isso impossibilita a permanência desses jovens nas comunidades, o que, certamente, compromete a defesa dos territórios e favorece o avanço de atividades predatórias.

Os impactos do agravamento da devastação ambiental nessa região também têm resultado no assoreamento dos rios, que sofrem ainda com o desmatamento em áreas de nascentes. Segundo Rodrigo, nos dois rios grandes que passam por Placas, o Curuá-Una e o Curuatinga, é notável a dimensão das alterações que vem ocorrendo no fluxo das águas pela diminuição da profundidade, além da contaminação por agrotóxicos e pelos garimpos, que também vem afetando os cursos d’água na região.

### **3.1.2 - Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios**

Maria Piloneto, do Movimento de Mulheres de Uruará (MMU), explicou que o atual contexto de pandemia é de desespero e desânimo diante da impossibilidade de se reunir para discutir, debater e achar soluções para os vários problemas que se apresentam, sobretudo quanto ao avanço de atividades ilegais e predatórias. Segundo Rodrigo Faleiro, os Movimentos Sociais da região foram importantes para a orientação das políticas de proteção, e isso passava, necessariamente pelo cumprimento das medidas de isolamento social e pela paralisação das atividades e trabalhos de campo das organizações. Contudo, enquanto os movimentos e organizações pararam, as atividades ilegais seguiram. Houve também setores econômicos que resistiram às medidas restritivas, sobretudo ao fechamento total das atividades.

Segundo Rodrigo, existe uma tensão muito forte nas divergências políticas atualmente, com um desrespeito muito grande em relação às identidades políticas, mas também a tudo o que contraria a visão do Governo Bolsonaro.

Um das coisas que a gente fala também no cenário que o atual governo tá, ele também incentiva tudo isso, a gente também, não adianta se expor muito porque não vai ser resolvido, não tem diálogo, não tem muita coisa, então você vai pra um conflito aonde você sabe que essa turma não tem medo de matar, não tem medo de nada e você muitas vezes vai perder um companheiro e não vai conseguir... (Rodrigo Vandrê Faleiro, STTR/Placas. Trecho de entrevista concedida em 08/06/2021).

A questão da segurança é ressaltada por Rodrigo em razão do processo de armamento mais amplo da população possibilitada pela afrouxamento do controle para aquisição e porte de armas de fogo no Brasil. A violência que já era grande por conta dos conflitos fundiários acabou se agravando ainda mais diante desse cenário. Segundo Naldo Lima (Rede Xingu+), isso se reflete também no aumento do número de pessoas ameaçadas de morte na região, além de ataques contra os movimentos sociais por seus posicionamentos em relação à pandemia.

A maioria das pessoas aqui, pecuaristas, comerciantes, foram esses grupos que apoiaram ele [Bolsonaro] e defendem a ideia dele, não acreditam na gravidade da doença, são contra as medidas de isolamento. Quando o movimento social foi convidado a fazer parte de um Comitê técnico convocado pela prefeitura que avalia o avanço da pandemia e decide sobre algumas medidas, como o movimento social trouxe dados e bateu muito forte nisso, propôs medidas mais restritivas, esses grupos de comerciantes que tiveram suas lojas fechadas [...] e os pecuaristas vieram pra cima com tudo. Começaram a fazer vários ataques nas redes sociais aos movimentos sociais, personalizadas em algumas pessoas, fazendo ataques diretos a algumas pessoas (Naldo Lima, Rede Xingu+. Entrevista concedida em 19/05/2021).

Esse relato revela a violência da base bolsonarista na região, que é diretamente ligada aos grupos que historicamente apoiam a ocupação das terras por garimpos, fazendas de gado e grandes projetos, e constituem justamente a parcela da população que se opõe às medidas

de restrição impostas pela pandemia. Por isso, Ney Xipaya também ressaltou que a violência contra os defensores e defensoras de direitos humanos e do meio-ambiente também dificulta o combate às atividades predatórias e à invasão dos territórios, já que contrariam frontalmente essa visão.

Essa afirmação é reforçada pela fala de Naldo Lima que analisa que, embora tenha havido um esforço de comunicação com as comunidades via rádio ou WhatsApp, a presença física das organizações nos territórios jamais poderá ser substituída, pois o alcance das atividades fica reduzido. Ele reflete: “[...] a pandemia, de uma certa forma, contribuiu pra isso por que ela nos obrigou a nos mantermos afastados das comunidades e foi um portal para entrada das atividades ilegais que tomou conta dos territórios” (Naldo Lima, Rede Xingu+. Entrevista concedida em 19/05/2021).

Outro impacto importante da pandemia sobre as organizações políticas da região que foi apontado por Rodrigo Faleiro é que houve uma **redução dos financiamentos** por parte das entidades parceiras que contribuíam com a realização de atividades junto a comunidades e grupos sociais. Isso afetou a sustentabilidade financeira e levou a um **enfraquecimento institucional das organizações locais**. De acordo com Rodrigo, as atividades que exigiam mobilizações mais amplas, regionais, também foram todas suspensas e as organizações acabaram ficando mais concentradas no desenvolvimento de ações de assistência social, saúde e informação sobre a pandemia de Covid-19, em nível local. Relacionado a isso, as organizações ampliaram seus espaços nas redes sociais e passaram a ser formuladoras de campanhas e denúncias, que abrangiam desde a arrecadação de recursos, alimentos, máscaras, álcool em gel e produtos de limpeza, até a situação de alguma comunidade frente à pandemia.

Ao mesmo tempo, as agendas presenciais tem sido aos poucos retomadas pelas organizações, a exemplo do STTR Placas e da Rede Xingu +, contudo, ainda não é possível realizar grandes mobilizações. Enquanto esse momento não chega, as organizações políticas tem se mobilizado pelos meios disponíveis, reunindo-se pela internet, que ainda não é distribuída de forma igualitária na região, o que também dificultou bastante a mobilização em tempos pandêmicos na região da Transamazônica e Xingu.

### **3.1.3 - Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios da Transamazônica/Xingu**

De acordo com a Irmã Marialva, Placas, um dos impactos mais fortes da pandemia na região foi o empobrecimento da população. Os agricultores estão entre os grupos mais afetados porque a paralisação das feiras e atividades escolares acabou dificultando a circulação da produção agrícola comunitária, reduzindo bastante a renda de muitas famílias. A Irmã Marialva dá como exemplo a agroindústria de popa de frutas do município de Placas, que ficou com a produção parada aguardando um destino e a prefeitura do município permaneceu absolutamente imóvel e negligente em relação à situação das pessoas e famílias que dependem dessa fonte de renda. A entrevistada afirma que isso é um exemplo, apenas, mas a verdade é que praticamente todos os produtores estão sofrendo com as

dificuldades para escoar seus produtos. Aqueles que moram nos sítios (área rural) continuaram trabalhando, mas sem conseguir fazer a geração de renda fluir, segundo a Irmã Marialva.

Cliciane, jovem agricultora de Medicilândia afirma que a situação financeira das famílias de sua comunidade, a Agrovila Tiradentes, é bastante crítica e que, inclusive, muitas pessoas estão em situação de fome, pois muitos ainda consomem alimentos adquiridos do comércio. Com a renda afetada, principalmente as famílias mais vulneráveis economicamente não tem conseguido adquirir o básico do dia-a-dia, conforme informa a jovem agricultora.

Ela afirmou que, diante do aumento dos preços de vários produtos, o auxílio emergencial não foi suficiente para garantir a boa sobrevivência das famílias, gerando uma situação de insegurança alimentar muito grande em sua comunidade e levando as famílias a uma dependência de doações. De acordo com Cliciane, a autoestima das pessoas foi muito afetada por isso, provocando tristeza e até quadros de depressão entre os comunitários.

Sobre a situação no município de Uruará, Maria Piloneto relata que as pessoas também produziram e não conseguiram vender por conta do fechamento de mercados e feiras, o que gerou muitas dificuldades financeiras às comunidades rurais. Maria explica que os impactos financeiros da pandemia afetaram demais as mulheres, o que significa que as famílias no geral sofreram muito, haja vista a centralidade da figura feminina na economia da casa. Também houve uma

quebra abrupta na autonomia financeira das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a uma série de violências. Nesse sentido, todas as mulheres entrevistadas destacaram essa questão, inclusive das demais regiões, o que mostra tratar-se de um problema de ordem estrutural da sociedade, que se evidenciou bastante com a pandemia.

Segundo o relato, o Movimento de Mulheres tem passado por momentos muito difíceis quanto às questões econômicas. Maria Lúcia Coelho, também do Movimento de Mulheres de Uruará, afirma que houve muita perda de produção por conta da paralisação das atividades comerciais em geral. onde isso ficou mais evidente, pois o que já estava produzido ficou parado e a quantidade de frutos perdidos foi muito grande por conta disso. Maria Piloneto informa que as mulheres também ficaram impedidas de vender sua produção via PNAE por conta do jogo político no município.

Ela relata ainda que a prefeitura do município de Uruará sofreu muitas pressões por parte de grupos bolsonaristas que defendiam a manutenção das atividades econômicas e se posicionavam contra as medidas de restrição de circulação e o fechamento do comércio. Ela ressalta que as pessoas que trabalhavam com a venda de alimentos, como os restaurantes, tem passado por muitas dificuldades e o resultado é que houve também um endividamento muito alto por parte das pessoas que trabalhavam nesses ramos, gerando uma crise econômica local.

Segundo Rodrigo, em contrapartida, houve atividades que foram favorecidas, como a

pecuária, que não viu retração. Pelo contrário, como tais atividades estão ligadas a setores econômicos mais poderosos, o que se notou foi um aumento da concentração de terras para produção de gado e um aumento do preço da carne, como ocorreu em todo o Brasil. Nesse sentido, a produção de leite também se manteve estável nesse período. Em relação à produção de cacau, uma das mais importantes da região, ele afirma que a média de preços se manteve boa, pois esta é uma atividade muito sólida, porém os pequenos produtores ainda tiveram muitas dificuldades de realizar o escoamento de sua produção. Rodrigo afirma que estes três setores, principalmente, ajudaram a segurar a econômica local, contudo, essa concentração beneficiou poucos produtores. Rodrigo menciona ainda que, nas áreas rurais, a alta dos preços dos combustíveis foi mais um fator de muito impacto, pois representou mais um empecilho para distribuição e dificultou ainda mais a vida das famílias e produtores que moram nessas áreas.

Em relação aos povos indígenas do Xingu, Ney Xipaya relata que a pandemia ressaltou as consequências da Hidrelétrica de Belo Monte, evidenciando todos os problemas e limitações quanto ao modelo implantado pelo PBA – Plano Básico Ambiental, que resultou em uma série de problemas aos indígenas da região, inclusive com sério impacto na segurança alimentar das comunidades “atendidas” pelo PBA e o aparecimento de doenças como obesidade, hipertensão e diabetes entre os indígenas que passaram a receber alimentação da Norte Energia (NESA). Antes de Belo Monte, estas doenças eram praticamente inexistente entre os povos indígenas da região por conta de sua cultura alimentar anterior, devastada pela implantação da hidrelétrica.

Quando evidencia-se a gravidade da pandemia e o isolamento social faz-se necessário para a proteção dos povos indígenas, Ney Xipaya relata que sentiu-se a necessidade de se fazer um movimento inverso ao que foi provocado pela hidrelétrica de Belo Monte e retomar a soberania alimentar como uma forma de garantir a própria sobrevivência dos povos. Neste sentido, fortaleceu-se a produção local por uma questão de segurança alimentar em primeiro lugar, para o fortalecimento dos indígenas diante da ameaça da pandemia e aos territórios. Os impactos econômicos da pandemia a partir de 2020 acabaram estimulando um movimento de busca de alternativas para o uso sustentável da floresta, potencializando também outras cadeias produtivas. Isso retorna também de forma positiva à conservação das matas e rios da região por meio do fortalecimento comunitário dos povos.

### **3.1.4 - Os impactos da pandemia na saúde das comunidades**

Uma das primeiras questões que merecem ser destacadas entre as entrevistas da Região da Transamazônica/Xingu em relação à saúde da população foi a dimensão emocional da pandemia na vida das pessoas. A eminência da morte, o luto, o confinamento e os problemas econômicos tiveram efeitos muito sérios nessa dimensão, conforme os relatos dos entrevistados. Segundo as observações da Irmã Marialva sobre a situação, além da doença em si, a pandemia tem deixado as pessoas “irritadas, nervosas, desanimadas, chorosas... o medo tá muito forte” (Irmã Marialva Vieira, Missionária, Comitê Gestor do Fundo Dema. Trecho de entrevista concedida em 03/05/2021). Cliciane, de Medicilância, também relatou que a crise econômica afetou seriamente a autoestima de muitos moradores de sua

comunidade, conforme destacamos no tópico anterior.

A Irmã Marialva também faz uma avaliação desse quadro nas crianças em razão da paralisação das atividades escolares que levou a um aumento do estresse e do nervosismo porque, segundo ela, as crianças não tem para onde “expandir” sem as escolas e mediante a nova realidade de confinamento. Como efeito em cadeia, conseqüentemente, essa tensão se estende aos demais membros da família, gerando um ambiente de conflito social. Nesse sentido, também é necessário destacar que o fator da alimentação impactou bastante na dimensão psicológica das crianças e dos pais, pois a merenda escolar, apesar de não ser ainda satisfatória, constituía a garantia mínima que muitas crianças tinham de comer. Isso gerou um aumento da situação de subnutrição, agravando as condições psicológicas destas crianças e impossibilitando qualquer rendimento escolar positivo nesse contexto, ainda mais com as dificuldades impostas pelo formato remoto. Apesar de ter havido um esforço coletivo para arrecadação de cestas básicas para doação às famílias, entre outras iniciativas, nem sempre foi possível suprir as necessidades de todas as famílias e amenizar o sofrimento das crianças durante a pandemia.

Sem dúvida, comum a todas as regiões, o negacionismo científico foi também apontado como um problema grave para a questão da saúde das populações durante a pandemia. Nesse sentido, a Irmã Marialva afirma que na região há muitas pessoas que dizem que a pandemia é “política”, que não é verdade que isto esteja acontecendo, mesmo com índices de morte tão elevados e as imagens dos hospitais lotados, a falta de oxigênio e outras tantas situações gritantes passando a cada minuto nas telas de TV e nos smartphones. Ela atribui a responsabilidade dessa conduta ao presidente Bolsonaro, haja vista a confusão que sua postura provoca nas pessoas: “então o Bolsonaro faz uma aglomeração lá em Brasília e a aglomeração chega aqui pra nós, né...”. A entrevistada relatou ainda como o negacionismo tem afetado o processo de vacinação e cita o exemplo de grupos religiosos que vem impedindo as pessoas de se vacinarem disseminando que a vacina é coisa “da besta fera” e fakenews de que “a China quer acabar com o Brasil”, entre tantas outras que se espalharam entre as comunidades da região.

Maria Piloneto, Uruará, vê o negacionismo como uma violência, pois leva as pessoas a não se cuidarem e nem cuidarem dos demais, e que muitos morreram por encampar o discurso do presidente de que se tratava de uma “gripezinha”. Segundo ela, ao incentivar que as pessoas não se cuidassem, Bolsonaro acabou provocando o adoecimento da população. Rodrigo, de Placas, reforça essa visão ao explicar que “a maioria das pessoas que morreram aqui no município eram pessoas que não quiseram se cuidar em casa, que não achava que precisava ir pro hospital... tem uma parcela de gente que poderia ter escapado” (Rodrigo Vandrê Faleiro, STTR/Placas. Trecho de entrevista concedida em 08/06/2021).

Os povos indígenas do Xingu também foram impactados pelo negacionismo, conforme relata Ney Xipaya. Fakenews como “quem tomar vacina vai virar jacaré”, que veio diretamente da boca do presidente da República, entre outras, levaram muitos indígenas a recusarem a vacinação.

Os povos indígenas do Xingu também foram impactados pelo negacionismo, conforme relata Ney Xipaya. Fakenews como “quem tomar vacina vai virar jacaré”, que veio diretamente da boca do presidente da República, entre outras, levaram muitos indígenas a recusarem a vacinação. A fakenews que mais surtiu efeito nesse sentido dizia que o governo estava priorizando os indígenas porque a vacina era um veneno para exterminar os povos indígenas. De fato, tal fakenews emplacou porque não se pode negar que o governo Bolsonaro tenha mesmo uma conduta de extermínio dos povos indígenas, como foi reforçado durante todo o seu governo. Ney afirma que a pressão em relação a isso foi muito forte e que a conscientização das populações em relação à importância da vacinação foi bastante difícil.



JORNAL NACIONAL  
Depoimento de Cid Nota fiscal para MEIs Acidente de Regis Danese  
**Bolsonaro ataca a vacinação e questiona a honestidade da Anvisa; comunidade médica repudia**

BBC NEWS  
Notícias Brasil Internacional Economia Saúde Ciência Tecnologia Vídeos

**CPI da Covid: executivo da Pfizer confirma que governo Bolsonaro ignorou ofertas de 70 milhões de doses de vacinas**

**PF conclui inquérito que aponta incitação ao crime, por parte de Bolsonaro, ao divulgar dados falsos sobre máscaras e vacina da Covid**



Naldo Lima afirma que a política negacionista do governo federal gerou muitos conflitos nas comunidades, impondo dificuldades ao isolamento social por parte principalmente de pessoas interessadas em explorar os recursos na região. Ele avalia que a situação de saúde das populações das Unidades de Conservação também foi bastante complicada, mas principalmente por conta do avanço das invasões por garimpeiros e madeireiros, que acabou sendo determinante para a disseminação da Covid-19 nas comunidades:

Principalmente no Riozinho do Anfrísio as comunidades ficaram muito vulneráveis, tanto que seis meses depois da primeira onda de Covid aqui na região, a gente fez uma expedição de saúde, foi quando a gente fez testagem em massa nas comunidades e, no Riozinho do Anfrísio 90% da população testou positivo pra Covid-19 (Naldo Lima, Rede Xingu+. Entrevista concedida em 19/05/2021).

Ele constata que, apesar da contaminação ser praticamente generalizada, não houve casos mais graves nem mortes. Naldo explica que uma das hipóteses para essa situação é que a Covid-19 tenha entrado pela frente de expansão advinda dos municípios de Trairão e Itaituba, com o objetivo de explorar madeira e minério na região da Resex Riozinho do Anfrísio. O problema repetiu-se no Iriri por conta dessa entrada descontrolada de pessoas relacionadas a essas atividades. Ele reflete:

Enquanto nós tivemos o cuidado de evitar de ir pra campo pra não levar esse risco para as comunidades, essas pessoas que trabalham com essas atividades entraram livremente, levaram a doença. As comunidades se contaminaram, mas graças a Deus, pelo menos, a gente não teve casos muito graves. Eu avalio que partindo desse ponto de vista, as comunidades ficaram, sim, muito vulneráveis. De fato, elas acabaram sendo contaminadas por conta disso (Naldo Lima, Rede Xingu+. Entrevista concedida em 19/05/2021).

Nesse contexto, a vacinação ainda se apresenta como um desafio grande, pois apesar de as comunidades tradicionais integrarem os grupos prioritários, até o momento em que a entrevista foi realizada, Naldo Lima informou que o governo não havia destinado a vacina a boa parte destes grupos na região.

O controle da Covid nas Terras Indígenas também enfrentou as mesmas dificuldades, sobretudo os povos Xikrin, Parakanã e Juruna que, pela dificuldade quanto ao controle da circulação e das invasões de terra, foram os que tiveram o maior número de casos confirmados. A Terra Indígena Kayapó, que foi a mais impactada pelo garimpo na bacia do Xingu, foi também a mais afetada pela Covid-19, com maior número de casos de contágio e mortes. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foram 10 mortes por Covid-19 confirmados na TI.

Ainda em relação aos povos indígenas, novamente retoma-se o que Ney Xipayá relatou em relação ao agravamento da insegurança alimentar bastante ressaltada pelas consequências provocadas pela Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse contexto, também é necessário destacar a situação da Terra Indígena Paquiçamba, Povo Juruna, na Volta Grande do Xingu, onde a pandemia também somou-se aos impactos de Belo Monte. Com a vazão do rio reduzida em 80% a vida dos Juruna foi bastante afetada, sobretudo sua segurança alimentar, situação

que se agrava ainda mais com a chegada da pandemia. Além disso, a TI Paquiçamba ainda sofre com a ameaça da possível instalação de uma mineração de ouro, da canadense Belo Sun, também na Volta Grande.

A demanda por atendimento à saúde em relação a casos mais graves ficou bastante concentrada nas cidades que dispunham de leitos de UTI, como Altamira, que atende mais de cinco municípios da região, o que, segundo o relato de Ney Xipaya, levou ao rápido colapso do sistema de saúde do município. Em Uruará, Maria Piloneto relatou que, no auge da pandemia, quase todos os dias morreu alguém na cidade, deixando as pessoas extremamente temerosas. Ela relata casos de famílias que chegaram a perder até duas pessoas em um intervalo de 15 dias. O impacto do luto tem afetado muito a vida das comunidades, conforme explica Rodrigo, Placas, sobre as mortes de pessoas queridas e reconhecidamente importantes para a história das cidades da região, incluindo os pioneiros, pessoas mais velhas que estiveram ligadas ao processo de formação social da região. As mortes de pessoas ligadas à área da saúde, educação e cultura e também aos movimentos sociais e grupos políticos da região, foram igualmente apontadas como perdas significativas da vida social das comunidades e municípios da região.

### **3.2 - Região Nordeste/Baixo Tocantins**

A Região Nordeste Paraense / Baixo Tocantins abrange as comunidades quilombolas dos municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu. A entrevista com a Representação dessa região no Comitê Gestor foi realizada com Jaqueline Alcântara, da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu) e do Fundo Quilombola. Outras duas entrevistas também foram realizadas com Magno Nascimento, quilombola do território de África e Laranjituba, Moju, coordenador de projetos da Malungu e membro comitê de enfrentamento à pandemia nos territórios quilombolas do Pará; e com Salomão Costa, quilombola da comunidade do médio Itacuruçá, Abaetetuba, do Conselho Diretor da Malungu, Regional Guajarina.

#### ***3.2.1 - Avaliação da situação geral da região Nordeste/Baixo Tocantins pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios***

Em se tratando dos povos quilombolas da Região Nordeste/Baixo Tocantins, pode-se observar que a pandemia realçou situações históricas de vulnerabilidade e precariedade das condições de vida que já vem muito marcadas pelo racismo e discriminação social que essas populações sofreram e ainda sofrem. Salomão Costa, da comunidade quilombola de Itacuruçá, Abaetetuba, e membro da Malungu, entende que a pandemia é mais um processo de sofrimento imposto que reitera a negligência com a vida, a saúde e as políticas públicas nos territórios quilombolas.

Vale lembrar que as principais ameaças que as populações dessa região sofrem estão ligadas a presença de grandes projetos de infraestrutura logística e mineração, que vem, ao longo dos anos, sendo instalados de forma a contemplar as necessidades das indústrias de beneficiamento de minério em Barcarena e suas minas fornecedoras em municípios da região como Ipixuna do Pará e Paragominas. Inclui-se aí a abertura de minerodutos e linhas de transmissão de energia que percorrem grande parte dos territórios quilombolas desta região.

Historicamente, destaca-se também o avanço das monoculturas de dendê, a grilagem de terras e a própria presença do agronegócio na região. Desde o início de 1980, com a chegada da empresa REASA – Reflorestamento Amazônia S.A (hoje Marborges) em Moju, o avanço do dendê tem se apossado de forma violenta de terras que estavam ocupadas por populações quilombolas. Santiago (2018, p. 26) relata que a REASA roubou as terras de vários trabalhadores rurais através de ameaças, invasões, queima de casas e barracos e destruição de roças, o que não é muito distinto dos métodos hoje utilizados na expansão do dendê na região. Mais recentemente, as lavouras de dendê vem avançando sobre as Terras Indígenas e Quilombolas das regiões do Acará e Tomé-Açu, nova frente de expansão da atividade no Nordeste paraense. Como no passado, essa frente se apropria ilegalmente de terras tradicionalmente ocupadas, provocando uma série de transformações ambientais, sociais, econômicas, políticas e geográficas (NAHUM; MALCHER, 2012), além de ser responsável por conflitos históricos naquela região.

Ao longo de décadas, a perda de terras para a expansão do dendê, além dos impactos do uso de agrotóxicos sobre a saúde do solo e dos cursos d'água, tem sido os principais problemas enfrentados pelas comunidades da região. Muitas áreas produtivas já foram perdidas (roubadas), prejudicando a segurança alimentar e a economia das populações quilombolas dessa região. A pandemia soma-se, portanto, a um cenário bastante preocupante de degradação ambiental na região.

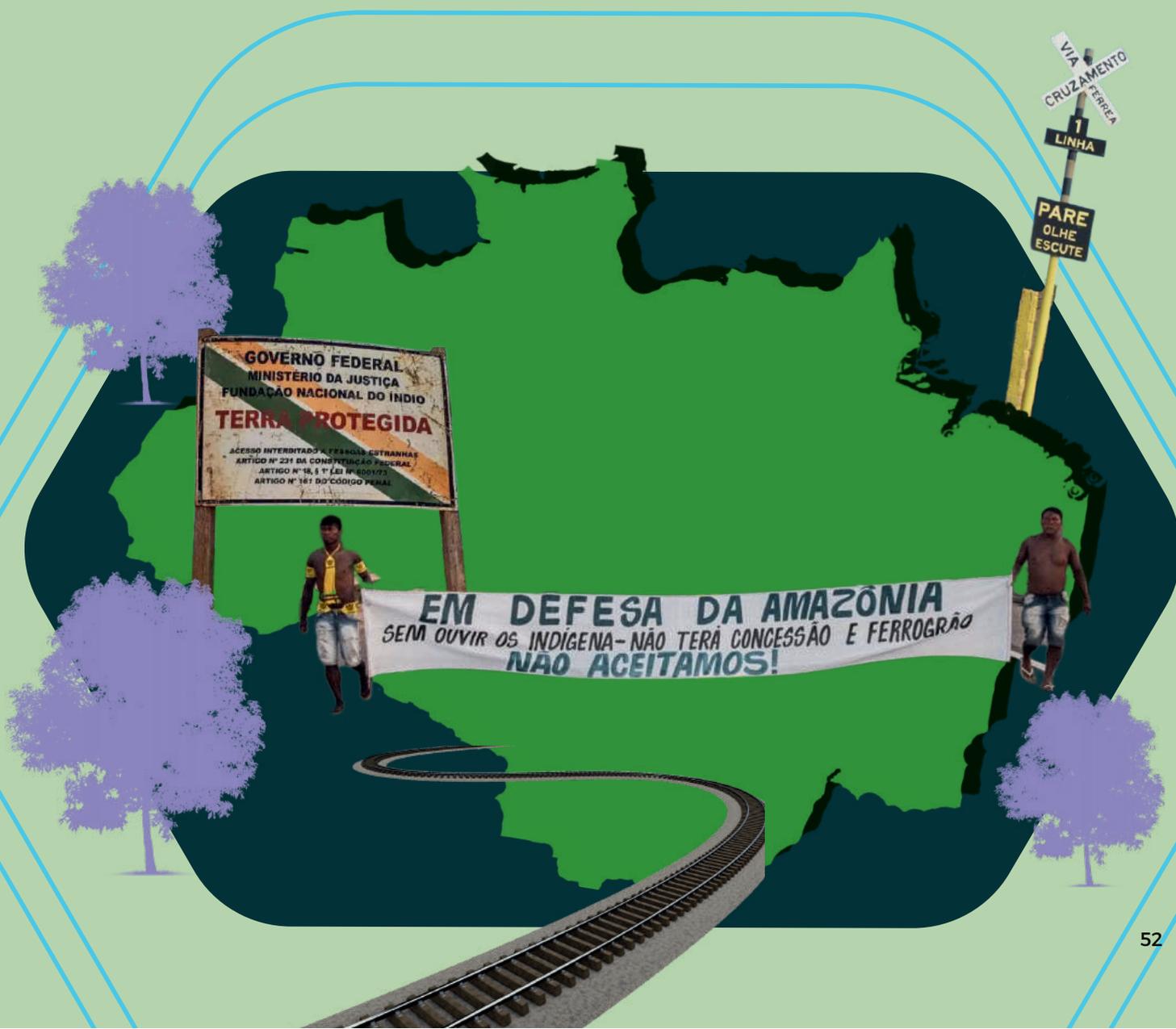
Atualmente, o avanço na construção de uma malha logística que envolve a instalação da Ferrovia Paraense (FEPASA) e de novos linhões de energia e minerodutos tem sido os principais fatores de conflitos e violação dos direitos os povos quilombolas e tradicionais da região.

Nesse sentido, o entrevistado Salomão Costa reflete que houve um agravamento da pressão nos territórios durante a pandemia, entre outros fatores, por conta dos grandes projetos de infraestrutura logística que avançam sem a realização das Consultas Prévia, Livres e Informadas, tal como preconiza a Convenção 169, da OIT.

Entre outros, ele destacou o exemplo dos linhões de transmissão de energia que vem sendo instalados à revelia das comunidades, como é o caso da LT 230 kV SE Vila do Conde – SE Tomé-Açu C2, que corta os municípios Barcarena, Abaetetuba, Acará, Tomé-Açu e Moju e atende aos interesses das empresas do pólo industrial de Barcarena e suas bases

produtivas. Segundo Salomão Costa, as obras já começaram a ser realizadas no município de Tomé Açu e em parte de Moju, onde a empresa ETEPA está trabalhando em territórios quilombolas sem ter realizado quaisquer consultas na região.

A Comunidade Quilombola de Nova Betel (Acará/Tomé-Açu) diz ter sido surpreendida com a marcação dos pontos desse novo linhão, cuja instalação foi iniciada em dezembro de 2020, também sem consultas prévias à comunidade. Durante o licenciamento ambiental, foi observado que nenhum dos órgãos responsáveis apresentou quaisquer manifestações a respeito da Comunidade Quilombola de Nova Betel ser diretamente impactada pela instalação da nova linha de transmissão, ainda que a mesma já seja certificada pela FCP desde 2016. Diante disso, a Associação de Moradores, Agricultores e Quilombolas da Comunidade Nova Betel (AMAQCNB) contestou junto do Ministério Público Federal (Ofício 011/2020) a instalação da LT em desacordo com a Convenção 169 da OIT. Por este mesmo linhão, a empresa ETEPA acumula conflitos também com as comunidades do Território Quilombola de Jambuaçu, Moju, que também não foi consultado à revelia do andamento do licenciamento ambiental da linha de transmissão mesmo com a pandemia.



Em Barcarena, no Quilombo Sítio Conceição, a prefeitura criou durante a pandemia um parque dentro do território quilombola e, em maio de 2020, avançaram as obras de construção de um muro no entorno da comunidade que comprometeu seriamente a saúde dos moradores do quilombo, violando o direito ao isolamento social e à consulta prévia, livre e informada. Além disso, destaca-se a pressão pela ameaça de abertura da FEPASA, cujo traçado de 1.342 km passa por 23 municípios desde o sudeste do Pará (Marabá e Parauapebas) e atinge diretamente a região nordeste do estado. O traçado inicial (Km 0) começa no município de Barcarena, de onde segue até atravessar a região de produção de palma direção sul-sudeste recortando os municípios de Paragominas, produtor de bauxita/alumina, e Rondon do Pará, produtor de soja. Mais ao Sul do Pará, segue de Marabá até Santana do Araguaia, município produtor de soja (Fonte: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, FEPASA, 2017).

Segundo Salomão, as comunidades quilombolas estão completamente afetadas, pois enquanto a população estava recolhida nos territórios, várias ações foram aprovadas em cumprimento ao discurso do Governo Bolsonaro:

Enquanto abriu a porteira, a boiada vai passando né... Então isso que é presente e recorrente. Porque enquanto a gente tá nas trincheiras guardando a vida, os processos estão passando por debaixo do tapete. Quando a gente tem a informação, a caneta já foi assinada. Então fica muito mais difícil fazer algo a respeito (Salomão Costa, Malungu. Trecho de entrevista concedida em 22/06/2021).

Ele reflete que, sem resguardar o direito garantido das consultas, o enfrentamento se torna muito mais árduo ainda.

Em relação à vulnerabilidade das populações quilombolas diante do avanço de grandes projetos e do agronegócio, esse quadro fica bastante agravado com a transferência do licenciamento ambiental de obras em territórios quilombolas da Fundação Cultural Palmares (FCP) para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), atualmente sob o comando da bancada ruralista, fato que tem deixado essas populações em estado de alerta.

Com a nova Instrução Normativa (IN 111/2021), os cerca de 600 processos de licenciamento que tramitavam pela Fundação Cultural Palmares foram transferidos para o Incra, que assumiu a competência de acompanhar e se manifestar nesse tipo de processo. Destaca-se ainda que a responsabilidade pela realização da consulta livre, prévia e informada junto às comunidades passa a ser atribuição do Incra com as mudanças estabelecidas. Sobre os casos da LT da ETEPA, porém, o Incra ainda não se pronunciou, mesmo com o avanço das obras em territórios quilombolas em plena pandemia. A fragilização da legislação ambiental e territorial e as mudanças na ordem administrativa dos processos que impactam terras tradicionalmente ocupadas realizadas pelo Governo Bolsonaro nitidamente avançaram bastante durante a pandemia e a continuidade das atividades de empresas dentro dos territórios quilombolas vulnerabilizaram ainda mais essas populações, além de significar riscos elevados no quadro epidemiológico, já que a disseminação do vírus é proporcional ao nível de intrusão dos territórios.

Na região do Nordeste Paraense e Baixo Tocantins também foi sinalizado para o agravamento no uso dos agrotóxicos para além das lavouras de dendê, conforme relata Jaqueline Alcântara, da Malungu. Segundo ela, é cada vez mais perceptível o quanto esse uso tem afetado as comunidades quilombolas com a contaminação das águas e do solo. A violência ocasionada pelo uso de veneno nas práticas do agronegócio vem pelo envenenamento das águas e pelo adoecimento das pessoas, que acaba por alterar o regime tradicional de uso e ocupação do território em razão da contaminação. O avanço do agronegócio também é responsável pelo aumento do desmatamento na região, bem como pela precarização do trabalho, pois o uso da mão-de-obra de famílias tradicionais acaba por resultar na perda de sua autonomia nas formas de trabalho.

O aumento dos dendezaís nos territórios quilombolas também são apontados como os responsáveis pela seca dos igarapés da região por “puxar” muita água. Ela afirma que o isolamento social fez as pessoas das comunidades discutirem e refletirem bastante sobre esses impactos: “[...] nesse momento, muitas comunidades começaram a perceber como esses grandes negócios eles afetam muito as comunidades... na pandemia a circulação [de pessoas] parou e acabamos percebendo muitas coisas” (Jaqueline Alcântara, Malungu, trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

Os relatos de Salomão e Jaqueline também destacaram que as invasões das terras quilombolas aceleraram-se durante a pandemia, mesmo problema relatado nas outras regiões pesquisadas.

Entre as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, a violação do direito ao isolamento social se deu por conta do aumento da frequência de pessoas externas que buscavam escapar das regras sanitárias mais rígidas dos centros urbanos e passaram a circular nas comunidades, fazendo escalonar a disseminação da Covid-19 entre as populações ribeirinhas daquela região. Como forma de se proteger, também estas comunidades passaram a seguir rigorosamente às normas de proteção, estabelecendo suas próprias regras de isolamento social para impedir a circulação de pessoas estranhas nas comunidades.

### **3.2.2 - Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios**

Segundo Jaqueline Alcântara, a pandemia foi um momento muito difícil para a organização política das comunidades haja vista que elas não são acostumadas com a separação e o distanciamento social, sendo este o aspecto mais difícil de enfrentar nesse cenário. Principalmente em se tratando de populações que são, historicamente, engajadas nas lutas por seus territórios.

Entendido como um elemento da identidade quilombola e, portanto, político, o trabalho coletivo de produção também ficou bastante comprometido nesse período de pandemia, o que teve um impacto significativo nas relações sociais e políticas das comunidades. A produção de farinha, que se destaca como uma das principais atividades praticadas pelas

famílias quilombolas do Nordeste paraense e Baixo Tocantins, foi uma das mais afetadas. A farinha compõe tanto a renda quanto a alimentação, sendo uma cultura de suma importância para a comunidade e um fazer tradicional, que se realiza de forma coletiva. Essa prática produtiva geralmente envolve as famílias, que se unem em várias etapas da produção, desde a limpeza dos locais a serem plantados, passando pela extração da mandioca nas roças, até o trabalho final que resulta na farinha. Os mutirões de trabalho coletivo podem ser considerados momentos fundamentais de coesão social das comunidades, e foram profundamente impactados durante a pandemia pela necessidade do isolamento social.

**Foto - Trabalho coletivo de produção de farinha e outros produtos da mandioca na comunidade quilombola do Poacê, Moju/PA. Registro feito antes da pandemia.**



**Fonte – Acervo pessoal da pesquisadora.**

Salomão Costa afirmou que a mobilização cotidiana das associações, o trabalho coletivo de produção e a unidade política das comunidades foram enfraquecidas por conta das impossibilidades de se reunir e pela necessidade de se manter o distanciamento e o isolamento.

Contudo, ele relata que houve um esforço das associações comunitárias para estabelecer uma comunicação mais sistemática entre as comunidades e a Malungu, de forma a ter um maior controle das informações sobre a pandemia e também para obter informações sobre as ameaças aos territórios e orientar as comunidades quanto a medidas de proteção contra a Covid-19 e a importância do isolamento social:

Quando a pandemia de Covid-19 chegou à Amazônia, em março de 2020, a Malungu formou diversas frentes de trabalho para auxiliar as comunidades quilombolas do Pará no enfrentamento dessa doença. Suas ações vão desde a arrecadação e distribuição de alimentos até a criação de protocolos comunitários em saúde, que incluem a implantação de barreiras sanitárias e o monitoramento dos casos de Covid-19 nos quilombos (MALUNGU, 2020).

Entre os resultados da parceria da Malungu com as comunidades cita-se o Boletim Covid-19 nos Quilombos do Pará, publicação periódica que também contou com a colaboração do Núcleo Sacaca da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e tinha como objetivo divulgar os números da pandemia nos territórios quilombolas.

**Imagem – Boletim Covid-19 nos quilombos do Pará. Abr/2021.**



**Fonte - Malungu**

Os dados eram fornecidos pelas próprias comunidades e suas lideranças, por telefone ou aplicativos de mensagens. Como o Estado não adotou mecanismos específicos para monitorar o avanço do coronavírus nos quilombos, o levantamento realizado pela Malungu foi a principal fonte de dados sobre a Covid-19 entre a população quilombola do Pará (MALUNGU, 2021). Como organização central dos povos quilombolas do Pará, a Malungu teve papel fundamental no auxílio às comunidades e no controle da pandemia nos territórios.

Jaqueline informa que as medidas de defesa dos territórios anteriores à pandemia também ficaram completamente paralisadas, possibilitando invasões para exploração de recursos dos territórios quilombolas, como é o caso do próprio avanço do dendê na região do Baixo Tocantins. Por conta disso, alguns territórios também organizaram medidas próprias no

sentido de se preservar diante da ameaça da Covid-19. O Território Quilombola de Jambuaçu, que abrange 15 comunidades, por exemplo, estabeleceu a obrigatoriedade de fechamento do território a pessoas externas a partir do Decreto do Território Quilombola de Jambuaçu - BAMBAE, nº 01/2020, de março de 2020, que decidia pela interdição da Rodovia dos Quilombolas, que dá acesso a PA-252 e à cidade de Moju, até que houvessem condições sanitárias seguras para permitir novamente a circulação de pessoas externas no território quilombola. Foram fechados dois pontos da rodovia, além do controle nos ramais internos, por meio da instalação de portões na entrada de algumas comunidades (Novaes et al, 2020).

Jaqueline também enfatiza que um dos principais entraves à mobilização política no contexto da pandemia foi a dificuldade que muitas comunidades enfrentaram para acessar a internet. Ela afirmou que muitas delas não tem sinal nem de internet e nem de telefone e que muitas só conseguem comunicação quando vão às sedes municipais. Ou seja, a comunicação e atividades remotas, que foi a tendência seguida no resto do mundo durante a pandemia, não se aplicava à realidade das comunidade do Baixo Tocantins. Não coincidentemente, estes são os territórios mais sensíveis e vulneráveis à atual onda de invasões e violência das atividades predatórias dos grandes projetos e do agronegócio.

### **3.2.3 - Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios do Nordeste/Baixo Tocantins**

As alterações dos regimes de trabalho coletivo, muito comum entre as comunidades quilombolas e ribeirinhas do Baixo Tocantins, conforme já foi dito anteriormente, é de onde partem também os principais danos econômicos notados na pandemia. O tipo de produção nestes territórios, que se organiza muito em torno destas relações coletivas, foi bastante afetada, com os danos sendo sentidos por várias famílias na mesma proporção, afetando, por vezes, comunidades inteiras, que sente pela impossibilidade de realizar os mutirões de produção. Além de econômico, há aí um impacto simbólico muito importante haja vista que os mutirões são momentos coletivos de troca e vivência, portanto, não se trata de um fator ligado apenas à produção em si, é também um importante elemento da sociabilidade quilombola e ribeirinha. O coordenador executivo da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) na Região Norte, José Carlos Galiza, da Comunidade Quilombola Guajará Miri, município de Acará, enfatiza:

Os Quilombolas na tentativa de prevenir contra a Covid-19, tiveram que deixar de produzir alimentos para sua subsistência, assim como para comercializar e adquirir outros produtos, não produzidos nas comunidades. Pois não foi possível mais a realizações dos tradicionais mutirões, causando um impacto muito grande na economia da referida população [...].<sup>7</sup>

Por serem processos coletivos, o preparo da terra para a roça, a roça em si e a coleta de produtos florestais, foram severamente impactados pela necessidade do isolamento social durante a pandemia. Nesse cenário, destaca-se que as produções de maior expressão econômica das comunidades quilombolas e ribeirinhas como a mandioca (farinha e outros derivados) e também o açaí foram as mais afetadas. Jaqueline detalha: “[...] a gente faz muito

farinha, tapioca, porque a gente usa muito, e também o milho... a gente teve muita perda de produção, a gente não teve como tirar a mandioca, o mamão, tivemos muitas perdas..." (Jaqueline Alcântara, Malungu, trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

A farinha, conforme já foi dito, foi uma das produções mais impactadas na região do Baixo Tocantins e foi também a primeira afetada, haja vista que a pandemia chegou ao Brasil justamente no período em que ocorreria o início do processo produtivo: o plantio da mandioca. Isso comprometeu um ano inteiro de produção e diminuiu drasticamente a renda das famílias envolvidas e das comunidades. Mas não só isso, pois a segurança alimentar das comunidades quilombolas também foi afetada pela escassez de alimentos que a paralisação das atividades ocasionou, muitos dos quais adquiridos com a renda gerada pela comercialização da farinha. Por parte dos poderes públicos, as medidas de incentivo e apoio técnico foram praticamente inexistentes para garantir algum auxílio para que as atividades agrícolas das comunidades pudessem se garantir durante a pandemia. Esse problema também atingiu as Casas Familiares Rurais, fator que também acaba afetando a defesa do território.

O resultado deste processo foi o comprometimento da renda e o agravamento das situações de insegurança alimentar entre as famílias quilombolas. Teles et al (2020) observa que:

A vida em quarentena aumentou ainda mais a situação de insegurança, face a ameaça da fome, por exemplo. De acordo com os relatos, antes da pandemia já havia no território, pessoas em situação de risco, o que se agravou a partir da pandemia, levando famílias a viverem da doação de cestas básicas. Por sua vez, as restrições impostas na sede do município também atingiram o sistema de troca e a aquisição de alimentos e produtos provenientes do quilombo e vice-versa (TELES ET AL, 2020, p. 694).

A quebra da rede de relações econômicas com as regiões urbanas também afetou as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, onde também foi apontado um aumento do quadro de insegurança alimentar e fome. Todo esse processo provocou o crescimento da vulnerabilidade social e econômica das famílias quilombolas e ribeirinhas da região do Baixo Tocantins, quadro que certamente afeta a defesa dos direitos sociais fundamentais das comunidades, bem como potencializa o assédio em torno das terras destas populações. Por isso, o papel das iniciativas comunitárias foi muito importante para arrefecer esses impactos, destacando-se o protagonismo das associações e outros movimentos junto a esse processo. No contexto quilombola destaca-se, ainda, a Malungu.

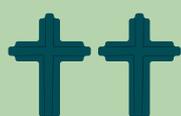
Como uma das alternativas desenvolvidas por algumas comunidades quilombolas, Jaqueline também destacou a adoção de um sistema de trocas de produtos entre vizinhos para compensar de alguma forma o que estava sendo perdido em termos de produção. Também teve papel fundamental nesse processo as campanhas empreendidas pelas associações das comunidades e pela Malungu para arrecadação de cestas básicas e acompanhamento da solicitação e recebimento do Auxílio Emergencial, que foi conquistado com muito empenho das comunidades por conta de seus problemas para acessar a internet, onde novamente destacam-se as associações.

Com o auxílio, foi possível garantir alguma renda básica às famílias quilombolas.

Ressalta-se também a importância de outros benefícios como as aposentadorias e o extinto Bolsa Família, programa social de grande repercussão positiva na redução da miséria da população brasileira que também foi eliminado pelo Governo Bolsonaro.

### **3.2.4 - Os impactos da pandemia na saúde das comunidades quilombolas e ribeirinhas**

De acordo com Salomão, as comunidades quilombolas da região Nordeste/Baixo Tocantins foram muito afetadas pela pandemia em termos de contaminação e mortes, assim como ocorreu em todo o estado. Essa avaliação é da Malungu, que constata que o estado do Pará foi aquele com o maior número de óbitos de quilombolas em todo o Brasil. O último boletim publicado pela Malungu aponta para 98 óbitos por Covid-19 confirmados desde o início da pandemia em 2020 (fora a subnotificação). Ao todo, foram 2736 casos confirmados em todos os territórios quilombolas do Pará, um número realmente impressionante.



**98 óbitos**



**27736  
casos  
confirmados**



Salomão explica que as ações para diminuir os impactos da pandemia na saúde dos quilombolas foram única e exclusivamente conquistadas a partir da pressão das entidades representativas das comunidades e da Malungu. Nesse sentido, todos os governos negligenciaram essas populações, desde o federal até os municipais.

Magno Nascimento, do Comitê de Enfrentamento à Pandemia da Malungu, relata que a situação geral das dificuldades enfrentadas pelas comunidades quilombolas reflete um tratamento histórico de negação de direitos, daquilo que, inclusive, está reconhecido constitucionalmente.

Ele reflete que, apesar das lutas de comunidades e representações, nenhum plano de contingência foi realizado para proteção dos territórios quilombolas contra a Covid-19, o que incide diretamente no quadro elevado de contaminações e óbitos (números acima).

Magno informa que, apesar de os quilombolas terem acionado o STF para denunciar o descumprimento de preceitos constitucionais fundamentais por parte dos governos, as ações de enfrentamento à pandemia permaneceram muito incipientes ou mesmo inexisteram em alguns casos. Ele afirma que “não houve um efetivo empenho do estado do Pará no sentido de fazer com que nossos quilombolas pelo menos fossem vacinados já que não houve efetivamente uma política de enfrentamento à pandemia”. Salomão Costa complementa a análise de Magno afirmando que há um descaso total com as comunidades quilombolas e que se alguma coisa aconteceu é porque os movimentos,

a Malungu, as associações filiadas e os parceiros fizeram o enfrentamento para que os governos pudessem garantir medidas destinadas à saúde das comunidades diante da pandemia, como as ações itinerantes para realização de atendimentos, já que é sabido que, no geral, as comunidades quilombolas tem uma carência muito grande nas estruturas públicas de saúde nos territórios, problema que se estende também às comunidades ribeirinhas da região.

É o caso, por exemplo, das 27 comunidades quilombolas de Moju, que hoje sofrem pela quase inexistência de Unidades Básicas de Saúde (UBS's) nos territórios,<sup>8</sup> o que isolou as pessoas do acesso à saúde, e foi completamente ignorado no plano de contingência apresentado pela prefeitura do município após o início da pandemia, que não incluiu as comunidades quilombolas, constituindo um grande processo de invisibilização e negação de direitos. Segundo a Malungu, mesmo sabendo que as áreas quilombolas não estão cobertas por uma estrutura mínima de saúde, outras ações previstas pela prefeitura para tentar conter o avanço da Covid-19 em Moju também não chegaram às comunidades. É o caso dos atendimentos itinerantes e das medidas preventivas de distribuição de kits de higiene e limpeza e materiais educativos.

Medidas para restringir o acesso de pessoas externas às comunidades também não foram implementadas pelos poderes públicos, negando a elas o direito ao isolamento social. Nesse sentido, Salomão registra que muitas comunidades realizaram a instalação de “barreiras”, que tinham como objetivo impedir a circulação de pessoas estranhas dentro das

8 Das 27 comunidades de Moju, apenas duas possuem postos de saúde: a UBS de Nossa Senhora das Graças e a UBS de São Manoel.

comunidades. Ele explica que, em comunidades com acesso por estradas foram instaladas porteiras, e em comunidades com acesso pelos rios foram atravessados miritizeiros no rio, de forma a coibir a entrada de pessoas de fora. Foram também determinadas restrições à própria população dos territórios, com saída permitida apenas aos jovens e mediante justificativa. Ele garante que essas ações tiveram bons efeitos na contenção da contaminação, mas que muitos conflitos também surgiram, principalmente com as pessoas de fora que insistiam em circular nas comunidades.

**Foto - Fechamento do acesso da comunidade quilombola de Santa Ana Axé do Baixo Jambuaçu (Moju) para garantir o direito ao isolamento social durante a quarentena do novo corona vírus, Abr/2020.**



**Fonte: Página da comunidade de Santa Ana do Baixo no facebook.**

Assim como nas demais regiões, Salomão explica que o negacionismo foi um dos maiores problemas enfrentados entre os quilombolas. Em relação à vacina, por exemplo, ele relata que houve pessoas dentro de seu território que não quiseram se vacinar por conta das várias fakenews que correram, como a de que as pessoas virariam jacarés ou que um chip seria implantado para disseminar outras doenças caso se vacinassem. Ele avalia que esse discurso também foi nefasto para a saúde das comunidades quilombolas e que as organizações tiveram que fazer um esforço no sentido desmentir as informações falsas que corriam sobre a Covid-19 e garantir a efetivação de um direito que é garantido por lei.

A mesma precariedade no acesso à saúde também foi constatada entre as comunidades ribeirinhas e quilombolas de Abaetetuba, pois não há postos de saúde em todos os territórios, o que obrigou os comunitários à busca por atendimento na cidade, aumentando os riscos de contaminação e disseminação da Covid-19.

### 3.3 - Região do Baixo Amazonas/Tapajós

A região do Baixo Amazonas/Tapajós abrange os municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Do Comitê Gestor do Fundo Dema, foram realizadas entrevistas com: Marilene Rocha, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares e Santarém (STTR-Santarém); Rosa Godinho, do Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária (CEAPAC); Marta Campos Rêgo, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém e do Fundo de Mulheres Dorothy Stang; e Selma Ferreira, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA).

Seguindo as indicações do Comitê Gestor, posteriormente, foram realizadas entrevistas com: Manuel Delfim Campos Rêgo, do Distrito de Arapixuna, professor e coordenador do conselho comunitário; Antônio Oliveira Andrade, da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande (FEAGLE); e com Marcos Vinicius Paulino da Silva, da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigranjeiros da Comunidade Morada Nova do Jarí (APROMOVA), Almeirim/PA.

#### 3.3.1 - Avaliação da situação geral da região do Baixo Amazonas pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios

Marilene Rocha, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (STTR) de Santarém, avalia que a pandemia reforçou um processo de degradação socioambiental que já vinha se agravando seriamente na região do Baixo Amazonas desde a chegada de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Dentre esses problemas, a entrevistada destacou primeiramente o desmatamento, a invasão de terras e a grilagem, como processos que se fortaleceram bastante com a pandemia. Ela destaca que especialmente a região dos assentamentos vem sentindo esse agravamento, com papel destacado aos grandes projetos, como o caso da Mineração Alcoa e do PAE Lago Grande, mas também os grandes projetos imobiliários que tem avançado bastante nesse momento com a tentativa de adquirir terras de forma ilegal em áreas de assentamentos da região. Segundo Marilene, esse processo não é restrito à Santarém e pode ser observado em outros municípios do Baixo Amazonas.

Em geral, os problemas que podem ser observados em diversas áreas do Baixo Amazonas afetam uma variedade de grupos e populações, incluindo povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Marilene menciona o conflito pela exploração de madeira na Reserva Extrativista RESEX Tapajós-Arapiuns, em área que compreende os municípios paraenses de Aveiro e Santarém. Com a pandemia, a disputa entre as populações tradicionais e cooperados da Cooprunã, Coopermaró e Cooperrios, que são favoráveis à exploração madeireira na RESEX, agravou-se bastante. A associação a essas cooperativas por uma parcela de moradores da RESEX deve-se também aos impactos da pandemia na vida econômica das comunidades.

Os cooperados defendem que é possível executar o manejo madeireiro sem a realização da consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, extrativistas e agricultores familiares que vivem na reserva. Segundo Marilene, os grupos ligados a grandes madeireiras oportunizaram-se desse momento de fragilidade financeira e social para envolver moradores e “legitimar” a exploração da madeira como um “desejo” das comunidades. Segundo Marilene, os atuais projetos de Manejo Florestal Comunitário estão eivados de vícios que visam apenas favorecer a exploração da RESEX por grandes madeireiros em detrimento de um plano de manejo verdadeiramente voltado ao desenvolvimento de atividades florestais diversificadas e sustentáveis nas comunidades. Ela explica:

O nome é Plano de Manejo Sustentável Comunitário, mas por trás disso tem uma articulação muito forte e foi trabalhado dentro de uma área de conservação de mais de 660 mil hectares, já foi destinada por um grupo de pessoas que trabalhavam em duas cooperativas, mas assim dentro de uma Unidade de Conservação e eu posso dizer que ela não é discutida com todos os moradores da UC. É um grupo muito fechado e a gente tinha confiança que esse projeto não ia ser dessa forma, mas aí com a vinda das articulações que tá aí na linha de frente do Estado, ela tá dominada. Uma das áreas mais atacadas é a Unidade de Conservação (Marilene Rocha, STTR/Santarém, trecho de entrevista concedida em 03/05/2021).

O questionamento do STTR em relação a isso resultou em uma Ação Civil Pública, movida em conjunto com o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA), onde as entidades pediram a suspensão dos procedimentos para a aprovação dos Planos de Manejo Florestal na RESEX até a realização das consultas a todas as 78 comunidades tradicionais e aldeias da Reserva.

A ACP provocou uma retaliação violenta por parte de cooperados madeireiros, que invadiram a sede do sindicato em maio de 2020 para exigir a retirada da Ação Civil Pública e a aprovação do plano de manejo sem a consulta às 78 comunidades e aldeias da Reserva (Foto). A invasão contou com cerca de 100 pessoas, entre eles os representantes das cooperativas.

**Foto – Invasão do STTR Santarém, maio/2020**



**Fonte – Amazônia Real**

Eventos como esse, ocorridos durante a pandemia, evidenciam o nível elevado de tensão vivenciado pelas lideranças e comunitários que se opõem à exploração predatória da floresta, sobretudo nessas áreas que, historicamente, abrigam muitos conflitos provocados pelas madeireiras. Atualmente, essa exploração predatória e ilegal ganhou dimensões jamais vistas. Em dezembro de 2020, a Polícia Federal (PF) realizou a maior apreensão de madeira nativa já vista na história, em operação que constatou a retirada ilegal de vários pontos desmatados ao longo dos rios Mamuru e Arapiuns. Ao todo, foram apreendidas 43,7 mil toras, o equivalente a 131 mil metros cúbicos de madeira, em Cachoeira do Aruã, região do Rio Arapiuns, Santarém-PA. Dentre as espécies mais roubadas das matas da região está o Ipê, madeira de alto valor agregado e muito cobiçada pelos mercados externos.

**Foto - Madeira apreendida pela Polícia Federal em Cachoeira do Aruã, Rio Arapiuns, Santarém/PA, Dez/2020.**

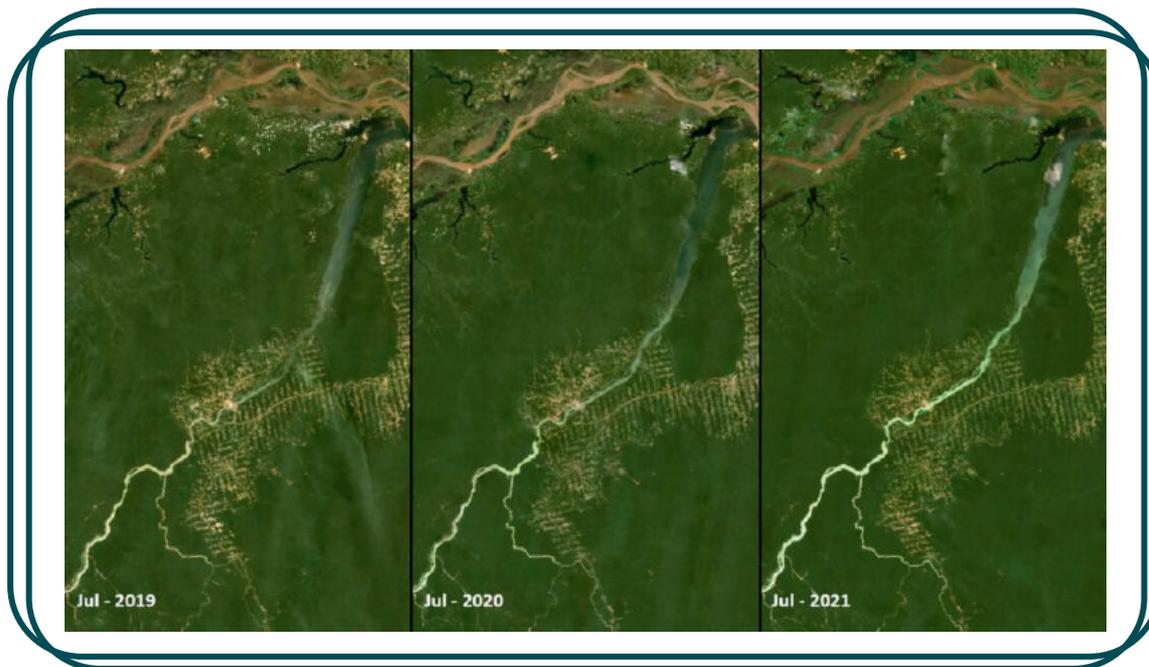


**Fonte – Divulgação Exército Brasileiro, 2020**

Marilene Rocha avalia que o desmatamento na região tem provocado um grande desequilíbrio ambiental, com impactos sobre as águas dos rios Tapajós, Amazonas e Arapiuns. Nesse sentido, ela destaca que também o garimpo de ouro é uma das atividades ilegais que mais vem avançando na região, provocando um aumento exponencial da contaminação das águas por mercúrio, sobretudo nos Rios Tapajós e Arapiuns.

Segundo dados da PF, os garimpeiros já despejaram mais de 7 milhões de toneladas de rejeitos nas águas dos rios da região que, junto aos resíduos produzidos pelo desmatamento, formaram uma pluma de sedimentos que vem se expandindo desde 2019, e é visível em todo o baixo curso do Tapajós, até a foz, conforme mostra pesquisa do MapBiomias (Imagem).

### **Imagem - Evolução da pluma de sedimentos no Tapajós em julho de 2019, 2020 e 2021.**



**Fonte – MapBiomias.**

Essa pluma de sedimentos foi apontada como a responsável pela alteração da coloração das águas verdes do Rio Tapajós, que ganharam aspecto de lama em algumas áreas da região, incluindo as praias de Alter-do-Chão, Santarém, conhecidas no mercado turístico e no setor imobiliário como o “Caribe amazônico”.

Rosa Godinho, do CEAPAC, avalia que o avanço do desmatamento, do garimpo ilegal e outros crimes ambientais na região não foi causado pelo início da pandemia, mas é um processo que já vinha se agravando desde o início do governo Bolsonaro e foi ainda mais aprofundado pela pandemia, que fortaleceu setores que historicamente exploram a Amazônia. O encorajamento do presidente à prática de crimes ambientais foi o impulso final à verdadeira invasão que se tem observado nestes últimos anos.

Segundo Rosa a pandemia só avançou na região porque as populações (rurais, extrativistas, agroextrativistas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas) e suas organizações foram fortemente afetadas pela falta de políticas públicas que as amparassem durante a crise e garantissem a segurança de seus territórios. Isso gerou uma situação de grande vulnerabilidade dessas populações na pandemia, agravado pela desestruturação criminosa das políticas ambientais, sociais e econômicas por parte do governo. Já o avanço de grupos madeireiros nas Unidades de Conservação da região relatado por Marilene Rocha e sua relação com o aliciamento de moradores das RESEX é, segundo Rosa Godinho, resultado direto da forma como o atual governo conduz a política e a própria pandemia, gerando conflitos socioambientais, econômicos e agrários de forma propositada.

As entrevistas realizadas na região do Baixo Amazonas/Tapajós também levantaram a preocupação com o avanço dos projetos de infraestrutura logística, com a expectativa de

instalação de ferrovias e novos portos privados para transporte de soja e outras commodities. As hidrovias e hidrelétricas também são projetos que podem ser favorecidos pelos desmontes que o governo Bolsonaro vem operando nas políticas ambientais e territoriais no Brasil, além das atividades minerárias realizadas por grandes empresas transnacionais, a exemplo da ALCOA World Alumina – Alcoa Alumínio S.A, que explora uma mina de bauxita no município de Juruti com pretensões de expandir seus negócios em direção às terras do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, localizado no município de Santarém. Segundo a Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, desde 2012 a mineradora tem se feito presente no território do PAE por meio da realização de ações que visam convencer as pessoas dos “benefícios” da expansão do negócio de bauxita na região, com promessas de empregos e melhorias em estradas e escolas do território. É o repetido modus operandi das mega empresas de mineração e dos grandes projetos.

A grilagem também tem se acentuado nos últimos anos, possibilitada pela demora do Incra em conceder os títulos coletivos dos projetos de reforma agrária, priorizando fazer a regularização fundiária das terras em lotes individuais através do Contrato de Concessão de Uso (CCU), o que tem potencializado o assédio de grandes proprietários e do mercado de terras em cima dos assentados para comercialização de lotes. Não custa lembrar que o PAE é uma categoria de assentamento que é caracterizado como ambientalmente diferenciado, o que significa que os títulos de terra devem ser coletivos e concedidos às famílias agroextrativistas que historicamente ocupam as terras [...] (Neepes/ENSP/Fiocruz, 2019), o que torna proibida a comercialização das terras por serem de uso coletivo. Delfim Rego, do Distrito de Arapixuna, que integra o PAE Lago Grande, informou em sua entrevista que não existe nenhum órgão governamental que esteja agindo contra essa prática ilegal, e destaca que as comunidades são as únicas responsáveis por sua própria segurança em relação aos avanços da grilagem, das invasões de terras e do desmatamento.

### **3.3.2 - Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios**

Marilene Rocha afirmou em sua entrevista que as pautas e lutas do STTR/Santarém e outros grupos e organizações políticas da região sofreram bastante com o impacto da paralisação das atividades durante a pandemia, que impossibilitou a realização de encontros e a definição de estratégias importantes que vinham sendo discutidas. A retração dos movimentos e organizações possibilitou um avanço dos ataques aos territórios vulnerabilizados pela pandemia, a ausência de grupos como o STTR, que atuam historicamente na defesa desses territórios, favoreceu os diversos ataques que puderam ser constatados na região, a exemplo das próprias madeireiras em Unidades de Conservação e do garimpo nas Terras Indígenas, que se oportunizaram bastante da paralisação de atividades políticas na região.

Marta Rêgo, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém e do Fundo de Mulheres Irmã Dorothy Stang, que participou ativamente de muitas ações de combate à

pandemia na região, afirma que o trabalho remoto não é capaz de substituir o “ao vivo” em se tratando de articulações políticas, porque há situações delicadas como a definição de estratégias que não podem ser realizadas no campo aberto da internet, principalmente tendo em vista que os movimentos e grupos comunitários tem sofrido com ameaças e atos de violência, como foi o caso da invasão do STTR/Santarém por cooperados favoráveis à exploração de madeira na reserva Tapajós-Arapiuns e a depredação da Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün, em Jacareacanga, por grupos que defendem o garimpo ilegal em Terras Indígenas. Marta relata que a Associação de Mulheres de Santarém estava com o planejamento todo encaminhado quando chegou a pandemia:

[...] a gente tinha uma proposta pra ser trabalhada logo no começo de 2020 pra dar esse fortalecimento na base, nas comunidades, mas tudo isso veio, aí acabou a gente não fazendo nada. Nós tentamos agora de novo pelo distrito fazer um planejamento, conversar com a agente distrital o que nós gostaríamos que fosse trabalhado pro desenvolvimento do nosso distrito, em termos de produção, saúde, educação, de comercialização do nosso produto, mas isso acabou porque a gente não pode reunir... (Marta Campos Rêgo, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém AMTR, trecho de entrevista concedida em 06/05/2021).

Marilene Rocha também reflete sobre a importância da mobilização e do trabalho coletivo em defesa do território, que deixaram de acontecer durante a pandemia, limitando-se à comunicação remota. Ela afirma, como outros entrevistados, que sem o contato direto é muito difícil fazer um acompanhamento mais aprofundado dos problemas que cada território enfrenta. Delfim Rego (PAE Lago Grande) ressalta que esse modelo de reunião também não pode ser amplamente aplicado por conta do acesso que não é igualmente distribuído na região. Ele menciona que sua comunidade, no Distrito de Arapixuna, por exemplo, tem o sinal de internet bastante precário, o que impossibilita a atuação dos grupos que antes se reuniam presencialmente para discutir suas pautas. Ele explica que, além dessa precariedade, é necessário destacar que muitas pessoas não dominam essas tecnologias. Marcos, da Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigranjeiros da Comunidade Morada Nova do Jarí (APROMOVA, Almerim/PA) afirma em sua avaliação que a impossibilidade de reunião foi um dos impactos mais sérios da pandemia, pois fragilizou a defesa dos territórios.

### **3.3.3 - Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios do Baixo Amazonas**

Para Marilene Rocha o principal impacto econômico que a pandemia produziu na região foi a paralisação da circulação de mercadorias por conta do isolamento social e do fechamento das feiras e mercados. Marta Rêgo informou em sua entrevista que nem mesmo a venda da produção para a merenda escolar pôde ser garantida haja vista que associações de direitos sociais não podem fazer a comercialização via política pública, apenas cooperativas, o que gera um entrave às comunidades cuja produção não se organiza segundo esse formato.

Delfim Rego afirma que a região do Distrito de Arapixuna, com suas 23 comunidades, também sofreu impactos econômicos em razão da falta de apoio do poder público em resposta ao fechamento das atividades comerciais. Segundo ele, o auxílio emergencial foi

super importante para garantir alguma renda às famílias, mas ele relata que o empobrecimento e o endividamento foram marcantes nesse período. Nesse sentido, Rosa avalia que a desigualdade aumentou muito entre diversos grupos sociais, como as mulheres, que, como nas demais regiões, foram bastante afetadas. Também a fome foi outro problema que aumentou muito nas comunidades, não só nas rurais, mas também nos bairros periféricos das cidades da região. Num contexto de extrema emergência, algumas organizações realizaram ações no sentido de conter os problemas causados pela crise econômica da pandemia e garantir ao menos a alimentação para as populações afetadas nas fases mais críticas da pandemia.

De acordo com Rosa Godinho, no contexto rural, os impactos econômicos pela baixa comercialização dos produtos implicaram também no aumento da violência doméstica, que afetou sobretudo mulheres e crianças, conforme observa-se também nas demais regiões. A presença mais frequente das famílias em casa, a quebra a autonomia financeira das mulheres e o estresse causado pela crise financeira aparecem como as principais justificativas para o aumento das ocorrências de violência. Como bem ressaltava a Irmã Marialva, da região da Transamazônica e Xingu, em concordância com a fala de Rosa Godinho: o empobrecimento afeta principalmente mulheres e crianças, que são submetidas à opressão e violência, além de sofrerem por subnutrição e depressão, doenças estas bastante associadas à crise econômica da pandemia durante as entrevistas.

### 3.3.4 - Os impactos da pandemia na saúde das comunidades

A partir do relato da própria experiência de contaminação pela Covid-19, Marilene Rocha afirma que a perda de própria saúde é marcante para ela. Antes, ela afirma que havia uma incerteza de como seria enfrentar uma contaminação por Covid-19 e, portanto, um temor. Mas só passar pela doença mostrou o quanto os malefícios do vírus podem ser imensuráveis para a saúde física e mental das pessoas. Ela conta que foi contaminada, assim como boa parte dos companheiros e companheiras de sindicato, e que sua recuperação foi lenta em razão das várias consequências posteriores que se apresentaram, sobretudo em seu quadro respiratório. Como é sabido, as pessoas que foram contaminadas pelo Coronavírus podem desenvolver uma série de mazelas e outras doenças após a doença. Marilene também relata que o índice de contaminação foi muito alto entre



os trabalhadores e trabalhadoras rurais, sobretudo no começo da pandemia, mas que há uma subnotificação desses casos já que a contagem na região só abrange as sedes municipais e não alcançam inúmeras comunidades e áreas rurais invisibilizadas nesse processo, o que tem reflexos também nos atendimentos e tratamentos de saúde. Por isso, Marta, da AMTR, destacou que o acesso ao sistema de saúde pelas populações rurais não possui a mesma estrutura oferecida nas cidades, mesmo problema notado nas comunidades quilombolas da região Nordeste Paraense/Baixo Tocantins. A distância dos pontos de atendimento aos doentes e a falta de uma cobertura itinerante impôs uma série de sofrimentos à população das comunidades mais distanciadas dos núcleos urbanos dessa região. Nesse contexto também foi destacada a dificuldade no acesso às vacinas, muito embora os povos tradicionais, indígenas e quilombolas estivessem entre os grupos prioritários no Plano Nacional de Vacinação contra Covid-19.

Marilene Rocha relata que algumas medidas foram tomadas durante o pico da primeira onda para combater os efeitos dos altos índices de contaminação nas áreas rurais e comunidades da região. Diante da inércia dos poderes públicos na condução das políticas de combate à pandemia, muitas comunidades passaram a produzir seus próprios remédios naturais pela necessidade de se buscar outras alternativas de tratamento para suprir, em certa medida, a falta de cobertura pelo sistema de saúde.

Corroborando a fala de Rosa Godinho sobre os efeitos do empobrecimento das famílias, a entrevista de Marta também destacou como a pandemia afetou seriamente a saúde física e mental das mulheres, que tem adoecido muito na região, muitas delas tendo sido contaminadas por Covid-19, incluindo ela, além de enfrentarem a tristeza com a situação socioeconômica em suas casas. Também diretamente ligado ao empobrecimento da população, os problemas da fome, insegurança alimentar e subnutrição destacam-se como mazelas consequentes da pandemia e da negligência dos governos. Rosa Godinho informa que a fome tem se alastrado tanto no campo quanto nas cidades da região, sendo muito evidente nos bairros periféricos.

Também cabe destacar que o aumento da exploração predatória das florestas e rios durante a pandemia também produziu a sua parcela de afetação na saúde das populações da região, sobretudo com a contaminação das águas pelo mercúrio do garimpo e pelos sedimentos do desmatamento. O aparecimento da doença da "urina preta", a síndrome de Haff, em peixes muito consumidos na região, como o Tambaqui, também pode ser apontado como um efeito diretamente associado ao aumento do nível de contaminação das águas durante a pandemia.

Em relação à contaminação pelo mercúrio advindo dos garimpos de ouro, mesmo as áreas urbanas, que são mais distantes das zonas de exploração ilegal, têm sido afetadas. De acordo com pesquisa realizada pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) em parceria com a Fiocruz e o WWF Brasil, mais da metade dos moradores da zona urbana de Santarém, a cerca de 300km dos garimpos ilegais do rio Tapajós, apresenta níveis de contaminação por mercúrio até quatro vezes superior ao limite recomendado pela OMS.

Ainda segundo esse estudo, entre os ribeirinhos, essa contaminação atinge 90% da população.<sup>10</sup>

Ainda entre os impactos da pandemia na saúde das comunidades do Baixo Amazonas/Tapajós, os entrevistados também destacaram o problema do negacionismo e das ondas de desinformação que interferiram diretamente nos níveis de exposição e contaminação das populações mais vulneráveis, como os povos indígenas, que sofreram profundamente com o avanço do vírus em suas comunidades. Nesse sentido, Rosa Godinho explicou que a contaminação de povos indígenas na região se deu, inclusive, por pessoas que deveriam proteger essas populações, como agentes de órgãos do governo que circularam em comunidades sem controle e acabaram disseminando o vírus. Isso teve consequências muito fortes para essas populações. Rosa afirma que o negacionismo levou as pessoas a não se importarem com a saúde de si e dos outros e que, ao agir como se “não fossem pegar”, muitas pessoas acabaram contraindo, levando o sistema de saúde ao completo estrangulamento na região.

### **3.4 - Região BR-163/Tapajós**

A região da BR-163/Tapajós abarca os seguintes municípios: Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. As duas organizações que atuam nessa região que compõe o Comitê Gestor do Fundo Dema são o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba (STTR/Itaituba) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT/Itaituba). No momento de aplicação das entrevistas, o STTR encontrava-se sem representação pois estava em processo de eleições, por isso a conversa foi realizada somente com a representante da CPT, Raione Lima, que ocorreu no dia 05 de maio de 2021, via google meets.

Na mesma região, também foram entrevistadas as lideranças: Kagroti Kore Kayapó, da Terra Indígena Baú; Ageu Lobo Pereira, Liderança no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Montanha e Mangabal; e Sandra, Agricultora da Associação da Batata (ASAFAB), em Trairão. Também consideramos na análise dessa região a entrevista realizada pelo Pe. José Boeing, advogado e assessor jurídico de causas agrárias e membro da REPAM - Rede Eclesial Pan-Amazônica, pois o mesmo atua em municípios/ áreas de mais de uma das regiões do Fundo Dema, a exemplo de Trairão, Rurópolis, Placas, Medicilândia, Itaituba, Santarém, Alenquer e Arapiuns.

#### **34.1 - Avaliação da situação geral da região da BR-163/Tapajós pós-chegada da Covid-19 e panorama do avanço das frentes de exploração predatórias e ameaças aos territórios**

Na entrevista do Comitê Gestor, Raione Lima explicou com quais grupos e comunidades a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desenvolve atividades e sobre as quais, portanto, poderia nos fornecer informações pertinentes sobre a situação geral dessas populações na região da BR-163/Tapajós em face da pandemia de Covid-19:

A CPT de Itaituba atua com comunidades que pertencem aquele município e atendemos até Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Então a gente trabalha com comunidades tradicionais ribeirinhas; extrativistas; indígenas que são os Munduruku que é única etnia que a gente trabalha no momento naquele território; que é formado pelo Território BR-163 que chama; e agricultores familiares né, que são os camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais; categorias de mulheres também; associação de mulheres do campo. Então nossa área de atuação é mais voltada pro campo, pra as comunidades do campo. Mas também com foco também nos problemas sociais e nas violações de direitos (Raione Lima, CPT/Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

Em sua avaliação geral sobre a situação da região da BR-13/Tapajós, Raione informou que a pandemia encontrou os territórios enfraquecidos em razão das ofensivas que vários territórios da região vêm sofrendo desde o início do governo Bolsonaro. A entrevistada cita o “Dia do Fogo” (10 de agosto de 2019) como o fato que marca a posição do governo em relação à Amazônia:

A gente percebe que de 2019 pra cá a coisa foi se agravando do ponto de vista dos conflitos. Isso porque, e ai eu falo 2019 porque é quando também o governo Bolsonaro já mostra suas garras no governo... O dia do fogo, aquela coisa toda que aconteceu em Novo Progresso, eu estava lá. Nesse tempo, junto com as comunidades, pude presenciar tudo isso, essa pressão toda sobre a floresta, mas consequentemente sobre os povos da floresta né... (Raione Lima, CPT/Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

O “Dia do Fogo” foi uma ação de queimadas coordenada por fazendeiros e empresários do entorno da BR-163 que atingiu vários trechos de mata preservada em áreas de proteção daquela região, como a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim e a Reserva Biológica (Rebio) Nascentes Serra do Cachimbo. Segundo investigação da Repórter Brasil e do Guardian, foram registrados 197 focos de incêndio, o que representou um aumento de 300% entre os dias 10 e 11 de agosto de 2019, em Novo Progresso. Posteriormente, as áreas queimadas foram transformadas em campos de soja e pasto, que são irregulares por conta da finalidade da terra, de interesse social e ecológico. Não foram aplicadas multas e ninguém foi responsabilizado pelas queimadas criminosas do dia do fogo, o que fortaleceu ainda mais a atuação de grupos criminosos também durante a pandemia, a partir de 2020.

Raione enfatiza que essa pressão se deu por conta do aumento da grilagem de terras e do avanço dos garimpeiros, fazendeiros e madeireiros ávidos pela exploração de áreas ricas em recursos naturais. Ela explica:

Nós temos o mosaico de Unidades de Conservação ambiental que o Oeste do Pará tem, Baixo Amazonas tem, mas aquela região ali também é Parque Nacional da Amazônia, Flona Diamantina.... E ai essa pressão já existia antes né, pra reduzir essas áreas pra poder explorar pecuária, a tirada das madeiras e explorar a mineração também que é a mineração de ouro. E ai com chegada do governo isso ficou muito forte, muito visível porque os poderosos, os criminosos, os grupos se organizaram pra poder ir pra cima do governo pra poder reduzir essas áreas de conservação ambiental. E intensificando seus processos de exploração predatória. E isso gera o que? Conflito. Porque quem tá nessas áreas são as populações tradicionais né, são as comunidades, são os agricultores... (Raione Lima, CPT/Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

Além das Unidade de Conservação Ambiental, as queimadas criminosas do Dia do Fogo atingiram comunidades e assentamentos em torno dessa área, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, um dos mais afetados pelas queimadas, onde foi constatado pela Repórter Brasil (2021) que há lotes repletos de plantações de soja. Assim como nas Unidades de Conservação, o plantio da soja contraria a finalidade dessa modalidade de projeto de reforma agrária. O PDS Terra Nossa também teve um aumento no roubo de madeira e na grilagem de terras, além de ter cerca de 131 fazendas irregulares sobrepostas à sua área.

**Foto - Campo semeado de soja dentro do PDS Terra Nossa**



**Fonte – Repórter Brasil, 2021. Autoria: Fernando Martinho.**

Segundo Raione, as queimadas atingiram também áreas de agricultores e de produção agroecológica.

Sobre a invasão dos territórios, a entrevistada afirma que as Terras Indígenas e comunidades tradicionais estão entre as mais ameaçadas, pois houve um aumento do garimpo e da extração ilegal de madeira em diversas áreas dessa região. No Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Montanha e Mangabal, margem esquerda do rio Tapajós, município de Itaituba/PA, por exemplo, ela destaca a venda ilegal de terras por parte de moradores a pessoas interessadas em garimpar ouro ou extrair madeira. De acordo com o Ministério Público Federal (2021), há indícios de que as vendas ilegais são cometidas por pessoas que não se enquadram como beneficiários do programa federal de reforma agrária, pois não são comunitários tradicionais residentes na área.

Um dos grupos criminosos mais beneficiados pelo governo Bolsonaro, o garimpo tem

aumentado vertiginosamente na região sobretudo nas Terras Indígenas, a exemplo do que vem ocorrendo nas TIs Munduruku e Sai-Cinza, dos Povos Munduruku e Apiaká, em jacareacanga e Itaituba, região do Médio Tapajós que é o epicentro do ouro ilegal no Brasil.

De acordo com pesquisa realizada pelo Greenpeace Brasil,<sup>11</sup> a área desmatada para exploração ilegal de ouro na TI soma quase 4 km<sup>2</sup>, o equivalente a duas vezes a área do Parque Ibirapuera, em São Paulo. Juntas, só em 2020, as TIs Munduruku e Sai Cinza perderam o equivalente a 2 mil campos de futebol em áreas desmatadas. De acordo com dados do INPE, a TI Munduruku perdeu a incrível extensão de 2.052 ha de floresta em 2020, índice que superou o volume já alarmante de 2019, quando 1.835 hectares de florestas foram desmatados na TI. Quanto à TI Sai Cinza, houve uma verdadeira explosão do desmatamento, passando de 16 hectares em 2019 para 304 hectares em 2020.

A pesquisa mostra ainda que há rios que correm dentro do território Munduruku que tiveram cerca de 14 km de área destruída pelo garimpo ilegal apenas em 2020. O Greenpeace constatou que os corpos d'água mais afetados pela atividade garimpeira são os rios Marupá, das Tropas, Cabitutu e os igarapés Mutum e Joari. Ainda segundo a Organização, foram identificadas pelo menos 12 pistas de pouso ilegais usadas por garimpeiros ao longo das áreas exploradas. De acordo com Rocha e Loures (2020):

Hoje o garimpo ilegal – tanto em Montanha e Mangabal quanto nos territórios Munduruku – procede de forma descontrolada com o uso de maquinários industriais como dragas escariantes que perfuram o leito do rio e retroescavadeiras (PCs), causando impactos irreversíveis ao solo, à qualidade das águas dos rios e igarapés, gerando paisagens degradadas e focos de desmatamento (ROCHA; LOURES, 2020, p. 345-346).

Abaixo, algumas imagens dos garimpos ilegais nas Terras Indígenas Munduruku realizadas pelo Greenpeace:

### **Fotos – Destruição dos garimpos nas Terras Indígenas Munduruku e Sai Cinza, 2021.**



**Fonte - Observatório da mineração, 2021. Autoria - Chico Batata, Greenpeace**

Os níveis de violência do garimpo ilegal contra os povos indígenas da região também foram bastante elevados e precisam ser destacados nesse contexto. Nos últimos anos, sobretudo durante a pandemia e o governo Bolsonaro, os atentados e ameaças se intensificaram, incluindo a invasão e depredação da casa da liderança Munduruku Alessandra Korap, em Santarém, que ocorreu duas vezes, a primeira em novembro 2019, quando documentos e relatórios pessoais e de trabalho foram furtados; e a segunda em novembro de 2021, também com o roubo de documentos pessoais, além de uma pasta com R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em espécie, dinheiro que seria utilizado na realização de uma assembleia do povo Munduruku. São investigados os crimes de furto e invasão de domicílio, danos ao patrimônio, ameaças e intimidação por motivação política. Ambas as ocorrências tem em comum o fato de terem acontecido logo após a participação de Alessandra Korap em grandes mobilizações nacionais e internacionais contra o garimpo em Terras Indígenas, caracterizando retaliação à atuação da liderança.

Também é importante mencionar a destruição da sede da Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün, em Jacareacanga, ocorrida no mês de março de 2021, quando garimpeiros ilegais depredaram a fachada e os móveis do prédio, e colocaram fogo em documentos e outros materiais da associação.<sup>12</sup> Por conta das crescentes ameaças, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou à Justiça Federal em 2020 que forças federais fossem obrigadas a atuar com urgência para impedir ataques violentos dos garimpeiros ilegais aos indígenas (MPF, 2020).<sup>13</sup>

Raione destacou também que houve um avanço significativo em relação à frente dos grandes projetos de estrutura logística, como estradas, portos graneleiros, hidrovias, ferrovias, e hidrelétricas, muitos dos quais avançam significativamente no campo político com o afrouxamento das medidas legais para instalação desses empreendimentos pelo governo Bolsonaro. Também estão no lastro dos grandes projetos as Terras Indígenas, os Projetos de Reforma Agrária, as Unidades de Conservação e os territórios protegidos de povos e comunidades tradicionais da região. Em sua avaliação sobre a atuação dos governos diante desse quadro, a representante da CPT afirmou que a ausência do Estado na região é proposital, e também é causada pelo desmonte dos órgãos de proteção ambiental e territorial no Brasil e atende aos interesses dos que querem explorar os territórios, a região e a Amazônia.

Padre José Boeing, advogado e assessor jurídico de causas agrárias, membro da REPAM - Rede Eclesial Pan-Amazônica, que atua em mais de uma das regiões que o Fundo Dema apoia, afirma que é necessário responsabilizar o governo Bolsonaro pela atual situação na Amazônia. Ele defende que, desde o começo, o governo já sinalizava quem seria favorecido na região e afirma que a ganância dos garimpos, madeireiros, e grileiros de terras públicas "é uma postura do governo Bolsonaro, com pandemia ou sem pandemia, ele ia fazer isso". De fato, como bem enfatizou Raione Lima, o "dia do fogo", em 2019, já marcava a posição do governo em relação à Amazônia.

Como muitos outros entrevistados durante a pesquisa, Padre José também ponderou em

12 Infos: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/25/garimpeiros-atacam-associacao-de-mulheres-indigenas-munduruku-no-para>

13 Infos: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-pede-que-justica-obrigue-combate-a-mineracao-ilegal-em-terras-indigenas-do-sudoeste-do-para>

fala que o agravamento que a pandemia acarretou se deve ao fato de que o capitalismo não parou e encontrou a Amazônia e suas populações bastante vulnerabilizadas pela necessidade do isolamento social:

[...] as mineradoras, os madeireiros, os grileiros de terras públicas não pararam. A pandemia pra eles não existe. Existe para os pobres, o isolamento social, os indígenas afetados, as comunidades ribeirinhas sofrendo isolamento, mas o capital, a empresa, a exploração, eles, inclusive, estão se aproveitando disso (Padre José Boeing, advogado de causas agrárias, na região da BR-163/Tapajós atua nos municípios de Trairão e Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 21/05/2021).

A fala do Pe. Boeing é reafirmada por Raione Lima, que complementa que a situação se agravou porque a intenção do governo é essa mesma, não há nenhum interesse em proteger os territórios e muito menos em garantir que Constituição seja aplicada em defesa dos direitos dos povos. Os níveis de violência das frentes predatórias mostram isso de forma incontestável.

### **3.4.2 - Os impactos da pandemia na organização política de grupos e comunidades e na defesa dos territórios**

A chegada da pandemia deu-se no momento em que os grupos estavam articulando suas resistências ao avanço de atividades predatórias e crimes ambientais na região da BR-163. De acordo com Raione Lima, em 2020 as comunidades começaram a se organizar para reagir às ofensivas que passaram a se agravar ainda no início do governo Bolsonaro, em 2019. Segundo ela, foram realizados seminários para discutir o momento e traçar estratégias de enfrentamento: “Aí veio a pandemia e nós tivemos que recuar com todo mundo, mas esse outro lado não recuou. Pelo contrário, avançou ainda mais”, afirmou a liderança durante a entrevista.

O impacto da pandemia sobre a organização e mobilização política de grupos e comunidades foi um dos problemas mais mencionados pelas pessoas entrevistadas. Em relação à atuação da CPT na região da BR-163/Tapajós, Raione explica que os trabalhos que seriam iniciados em 2020 visavam ampliar as alianças entre povos indígenas, comunidades ribeirinhas e agricultores familiares na defesa dos territórios, porém a pandemia impactou esse planejamento, em razão das impossibilidades de realizar reuniões para ampliar o debate, pois, segundo ela, não é possível promover a unificação das lutas e o fortalecimento de alianças pelo método virtual e com o isolamento social imposto pela pandemia. Além disso, o próprio “campo da internet” não é suficientemente seguro para se discutir estratégias de luta de comunidades que vivem a maior parte do tempo ameaçadas pela violência das frentes de exploração predatória. O resultado disso foi o fracionamento dos grupos, cada um tentando defender seu território de forma isolada.

O quadro socioambiental e territorial da região se agravou bastante em razão disso, porque a pandemia favoreceu o contexto para a invasão dos territórios, grilagem de terras, exploração de madeira e ouro. Com a completa ausência do Estado para contenção desses

crimes (ou pior, com sua anuência), a região passa por uma explosão de conflitos agrários e pelo aumento das ameaças de morte a defensores e defensoras da floresta e dos Direitos Humanos, como as lideranças Munduruku, que vem se opondo à exploração do garimpo em Terras Indígenas e tem sido alvos de diversas ameaças, conforme já foi relatado no tópico anterior. No geral, o contexto de violência e intimidação contra as comunidades e suas organizações tem sido bem amplo, atingindo comunidades de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Assentamentos de Reforma Agrária (PAE, PDS).

Essa generalização da violência na Amazônia tem um crescimento espantoso durante o governo Bolsonaro, como fica bem evidente nos dados dos conflitos socioambientais no Brasil, CPT (2021), que constatou o aumento dos registros de assassinatos, massacres no campo, pistolagem, trabalho escravo, invasões de terra, entre outros conflitos. Em 2021, a CPT registrou que 97% das áreas em conflito no Brasil concentram-se na Amazônia, com um total de 68.849.402 de hectares afetados por esses conflitos. Segundo a Organização, a maior parte dessas áreas é de territórios indígenas e populações extrativistas. A Amazônia Legal também detém a liderança do número de assassinatos no campo, com 29 ocorrências de um total de 35 pessoas em todo o Brasil, o que representa 80% das mortes. Sobre o ano de 2021, a CPT também informa que:

Na Amazônia ocorreram, ainda, 64,5% das ameaças de expulsão, 63% das contaminações por agrotóxico, 78% dos desmatamentos ilegais, 87% das expulsões, 81% das grilagens, 82% das invasões, 69% das pistolagens, 73% das omissões/conivências do Estado e 70% das violações nas condições de existência (CPT, 2021, p. 3).

Ageu Lobo Pereira, liderança do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Montanha e Mangabal, a 70 quilômetros da margem esquerda do Rio Tapajós, no município de Itaituba (PA), analisa o agravamento da violência mediante a impossibilidade de mobilização das comunidades e das organizações políticas:

O conflito se intensificou bastante depois da pandemia, eu penso que é por conta das pessoas não conseguir mais se aglomerar... e acabou que os invasores se aproveitaram desse momento pra adentrar nos territórios. A comunidade teve uma dificuldade enorme pra conseguir se organizar internamente, em base, sempre todo com aquele cuidado de não passar o vírus pra alguém, contrair, principalmente depois que algumas pessoas contraíram o vírus e aí o cuidado foi maior, evitar aglomeração e nisso ficou difícil pra organizar a comunidade pra enfrentar como vinha enfrentando antes... (Ageu Lobo, Comunidade de Montanha e Mangabal, Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 20/05/2021).<sup>14</sup>

Dentre as ações que ficaram paralisadas pela pandemia, destaca-se a questão da autodermarcação de territórios indígenas e tradicionais na região, iniciada na região em 2014, pelo Povo Munduruku da Terra Indígena (TI) Sawre Muybu, que abrange os municípios de Itaituba e Trairão, em parceria com os beiradeiros da região de Montanha e Mangabal, que também tiveram seu processo de autodermarcação realizado em conjunto com os Munduruku.

14 CPT, 2021. RELEASE Aumenta tentativa de destruição das condições de existência dos povos do campo. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/downloads/category/89-espaco-para-imprensa-releases-analiticos>>



A autodemarcação é uma das mais importantes ações de defesa do território na região e está ligada a uma série de ameaças contra os territórios indígenas enfrentadas pelos Povos Munduruku e Apiaká, como o complexo hidrelétrico do Tapajós (com 7 barragens), e também os garimpeiros, madeireiros, grileiros e fazendeiros. No ano de 2019, após o início do governo Bolsonaro, a autodemarcação da Terra Indígena Sawre Muybu deflagrou uma série de invasões ao território, com abertura de ramais para a logística do roubo de madeira e para instalação de garimpos. Durante a última expedição antes da pandemia, dois grupos de madeireiros ilegais foram encontrados e expulsos pelos indígenas que trabalhavam na autodemarcação. Após a chegada da pandemia, foram dois anos sem realizar ações como essa, o que certamente contribuiu ainda mais com o atual estágio de invasões às Terras Indígenas da região.

Também o acompanhamento das famílias assentadas e a fiscalização das atividades de exploração nos Projetos de Reforma Agrária ficaram impossibilitados de serem realizados pelas organizações. Esses fatores, junto ao isolamento social das comunidades e às dificuldades financeiras provocados pela pandemia, foi o que levou a um descontrole da venda ilegal de terras no PDS Terra Nossa e no PAE Montanha-Mangabal.

Ageu Pereira entende esse quadro trágico na região como uma consequência gravíssima da impossibilidade de mobilização política provocada pela pandemia, que fica ainda mais agravado pela ausência total de órgãos públicos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o próprio IBAMA, que deveriam acompanhar e fiscalizar a ocorrência de todos estes crimes e violações de direitos que tem acontecido na região, assessorando diretamente as comunidades vítimas dessa série de investidas. Segundo Ageu, se ao menos houvesse essa garantia de proteção por parte do Estado, talvez a situação não estivesse tão grave.

Raione Lima também enfatizou que as comunidades tiveram sua autoestima abalada por ver os territórios sendo invadidos sem possibilidade de juntar gente para fazer resistência.

O Pe. José Boeing afirmou que a impossibilidade de fazer um trabalho de organização política corpo-a-corpo com as pessoas diretamente afetadas nos territórios é um acontecimento sério da pandemia, pois o momento é crucial já que está em curso um grande desmonte de direitos socioambientais e territoriais no Brasil. O Padre também considera que o aumento dos crimes ambientais tem relação direta com esse processo, mas afirma que os governos também se oportunizaram da pandemia para paralisar as atividades de instituições importantes. Ele dá o exemplo do INCRA, que está sem nenhuma capacidade de trabalhar, então a política de Reforma Agrária da região está paralisada e não há recursos para os assentamentos, o que também contribuiu bastante para a venda ilegal de lotes em projetos de reforma agrária.

O Ibama também encontra-se sucateado e vive o “pior cenário de fiscalização” do órgão desde a sua criação, em 1989. Hoje, o quadro de fiscais é 55% inferior ao que o Instituto tinha há 10 anos<sup>15</sup> e a quantidade de multas aplicadas por crimes ambientais tiveram uma queda de 93% na Amazônia durante o governo Bolsonaro. De acordo com estudo da UFMG, a média de infrações quitadas caiu de 688 ao ano, de 2014 a 2018, para apenas 44 em 2019 e 2020. Com o desmonte da estrutura do órgão, a fiscalização ambiental sofreu desde os gabinetes até o trabalho de campo dos fiscais, com a paralisação dos processos administrativos das multas, o corte de recursos e o consequente sucateamento do sistema de fiscalização.

Isso, certamente, beneficiou o avanço de grileiros, madeireiros e garimpeiros ilegais em todas as regiões do Pará, e na Amazônia como um todo. A Associação Nacional dos Servidores Ambientais (ASCEMA) afirma que frouxidão no combate às infrações no campo atraiu investimentos do crime organizado na grilagem e no garimpo, com a montagem de um grande aparato de destruição de florestas e rios e de enfrentamento à fiscalização. As poucas ações que o Ibama ainda consegue realizar tem se mostrado cada vez mais perigosas uma vez que os criminosos não acatam as ações, como a apreensão e destruição de maquinários usados em crimes ambientais, e tem enfrentado a atuação do órgão de forma muito violenta.

Ageu Pereira conclui que, sem essa presença mais contundente desses órgãos e a completa

imobilidade das comunidades e suas organizações provocada pela pandemia, as florestas e territórios ficaram muito fragilizados frente ao rápido avanço das atividades predatórias e ilegais na região da BR-163.

Outro fator destacado por Ageu como entrave à organização política dos territórios da BR-163 durante a pandemia é a falta de acesso à internet e a impossibilidade de comunicação que isso causa. O entrevistado destaca que a mobilização em tempos pandêmicos ficou ainda mais prejudicada por este fator, pois a precariedade do acesso à internet também tem dificultado as articulações políticas nesse momento. Segundo ele, o sinal de internet de Montanha e Mangabal tem sido distribuído com parte dos territórios do Povo Munduruku, mas isso ainda é insuficiente diante das dimensões e demandas dos territórios. Raione Lima avalia que, enquanto o estado das coisas for este, dificilmente as comunidades e organizações conseguirão resolver suas pautas. E ela conclui, afirmando que é necessário procurar outras formas e alternativas de autoproteção e de organização sem a presença do Estado.

### **3.4.3 - Os impactos econômicos da pandemia sobre os territórios da BR-13/Tapajós**

Sandra, agricultora da Comunidade São Miguel, Vicinal da Batata, Associação dos Agricultores Familiares da Batata (ASAFAB), município de Trairão, afirma que as atividades das comunidades foram todas paralisadas por conta da pandemia, tendo efeito em cadeia de impactos à economia local. Ela afirmou que muitas pessoas perderam seus empregos no município de Trairão e o fechamento das escolas também teve um peso grande, pois atingiu vários setores da economia como o alimentício e as malharias. Segundo a entrevistada, a situação chegou a um ponto bastante crítico de famílias passarem necessidades por conta dos impactos econômicos/financeiros da pandemia na região.

Regionalmente falando, o Pe. José Boeing avalia que o setor de comércio no geral foi bastante afetado pela pandemia, com impacto mais forte sobre os pequenos empreendimentos com o fechamento de vários estabelecimentos. Houve grande desemprego também do setor de costura na região, atingindo especialmente às mulheres e suas organizações, o que comprometeu bastante a renda das famílias e a autonomia financeira das mulheres. Os efeitos a partir dessa quebra são múltiplos como também podemos ver também em todas as regiões investigadas pela pesquisa. O aumento da violência doméstica e o aparecimento de doenças de cunho psicológico como a depressão e a ansiedade são consequências diretas do desemprego e do empobrecimento das mulheres provocados pela pandemia.

Os entrevistados da região também destacaram que a ausência do Estado no incentivo às políticas públicas nos territórios agravaram as dificuldades econômicas vividas pelas famílias e comunidades. De acordo com Ageu Pereira, a economia de PAE Montanha e Mangabal tem como base as diversas atividades extrativistas desenvolvidas pelas comunidades, são famílias que vivem da pesca, da coleta de produtos da floresta, da entre outras atividades que geram pouco impacto ambiental, contudo, há uma grande dificuldade

no acesso a recursos e subsídios de apoio às produções comunitárias sustentáveis dos assentamentos. Entre outros, Ageu destaca o problema da burocracia que dificulta o acesso ao recurso, ainda mais quando se trata de atividades voltadas à renda comunitária coletiva e sustentável. Evidencia um desequilíbrio, pois, em contrapartida, os grupos criminosos que atuam na região possuem estruturas milionárias instaladas nas florestas para exploração ilegal dos recursos.

Ele afirma que as pessoas que vivem do extrativismo foram muito afetadas por isso, mas também a impossibilidade de realizar as atividades coletivamente trouxe impactos bastante negativos às comunidades. Isso, nas palavras dele, “dificultou articular, fazer os trabalhos”, comprometendo, conseqüentemente, a renda das famílias e a própria coesão social das comunidades, levando às conseqüências já mencionadas. Raione Lima explica que a crise financeira e a ausência do Estado em não resolve-la gerou esse problema:

Quando o Estado não dar condições para que as famílias se mantenham firme lá, o que acontece? Os madeireiros vão no ponto mais fraco que é outras pessoas que vai ganhar o meio de vida, dinheiro mais fácil porque não tem política pública, não tem incentivo à produção, não tem incentivo ao manejo, aí o madeireiro vai usar aquilo, assim que funciona também com os indígenas garimpeiros, ne? Que eles vão aliciar aquela liderança, aquelas pessoas ali pra garantir um movimento econômico pra eles, aí mostra pra eles que é possível explorar, que é possível conviver, ganhar dinheiro, quando na verdade eles estão sendo enganados e usados pra poder desmobilizar o grupo e isso racha mesmo, racha com os Munduruku, isso racha com os grupos de agricultores, então não tem jeito (Raione Lima, CPT/Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 05/05/2021).

Ageu reflete que o resultado dessa fragilização econômica facilita a ação de criminosos que oportunizam-se disso para alimentar uma cadeia econômica paralela baseada em atividades ilegais que exploram as necessidades financeiras impostas pela pandemia a muitas famílias. Nos assentamentos de reforma agrária, sem apoio e com dificuldades financeiras, muitas famílias cederam ao assédio de grupos criminosos para a venda de lotes no interior dos projetos de reforma agrária para exploração ilegal de madeira e minério. O próprio garimpo de ouro é outro exemplo disso. Controlado por organizações criminosas, a pandemia foi o momento propício para a cooptação de indígenas Munduruku mediante a promessa de riqueza fácil. No caso do garimpo, a cooptação também serve para reforçar o falso argumento de que os indígenas concordam com a exploração de minério em Terras Indígenas e gerar divisões internas nas comunidades.<sup>16</sup>

Sobre o auxílio emergencial, Ageu informa ainda que algumas pessoas dos assentamentos receberam, mas o recebimento desse recurso exigiu que as pessoas se submetessem a uma grande exposição e ao risco de contaminação pela Covid-19 nos centros urbanos da região.

O grande caos econômico gerado pela pandemia levou os movimentos sociais e organizações da região a realizarem uma série de ações de apoio às comunidades mais vulneráveis. São mencionadas as ações do Projeto Saúde & Alegria que apoiou a aquisição

<sup>16</sup> Infos <<https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku/>>

de cestas básicas que foram distribuídas durante seis meses, e a CPT que também fez uma ação conjunta para adquirir mais três meses de cestas para o PAE Montanha e Mangabal, por exemplo. De acordo com Vianna Jr. (2020), as ações de ajuda mútua emergencial frente à pandemia evidenciam o desamparo de dezenas de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, além de ser uma demonstração de como as organizações locais formais ou informais seguem à margem do acesso a recursos públicos ou privados.

#### **3.4.4 - Os impactos da pandemia na saúde das comunidades**

Ageu Pereira informou em sua entrevista que os territórios da região tiveram pouca ou nenhuma assistência de saúde conduzida pelos poderes públicos em Itaituba durante a pandemia. Dentre outros, não foram realizadas ações itinerantes mais frequentes para o acompanhamento da população das áreas mais distantes dos centros urbanos, nem tampouco testagens ou campanhas informativas indicando os cuidados com a Covid-19. Os beiradeiros de Montanha e Mangabal contaram apenas com algumas poucas visitas de agentes de saúde da prefeitura de Itaituba.

Segundo ele, a falta da informação gerou uma série de situações problemáticas que comprometeram a proteção das pessoas e famílias dos territórios da região. Em primeiro lugar, Ageu relata que, mesmo após o avanço significativo da doença no Brasil, muitas pessoas permaneceram em estado de completa inocência em relação à gravidade da pandemia e sobre o que fazer para se proteger da Covid-19. Como foi também muito recorrente em outras regiões, houve aqueles que desacreditavam da existência de uma pandemia e os que boicotaram as medidas de segurança recusando-se a paralisar atividades e cumprir o isolamento social, recomendação fundamental da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o controle da contaminação por Covid-19. É importante recordar que o presidente Bolsonaro foi um dos principais disseminadores dessa conduta no Brasil, provocando inúmeras vezes grandes aglomerações e se pronunciando contra as medidas sanitárias e o isolamento social. Além disso, foi responsável por propagar uma série de informações falsas sobre a Covid-19 que provocaram grandes equívocos na população e dificultaram o controle do vírus, impactando no alto índice de óbitos no Brasil.

A desinformação sobre a pandemia foi um dos principais problemas apontados pelos entrevistados durante a pesquisa em todas as regiões. Ageu Pereira afirma que as *fakenews* disseminadas sobre a Covid-19 alimentaram um forte comportamento negacionista em relação às informações científicas e até uma certa revolta pela obrigação de acatar o simples uso de máscaras e o isolamento social. Além disso, a insistência do presidente Bolsonaro pelo “tratamento precoce”, com hidroxicloroquina e outras medicações que não possuem qualquer eficácia comprovada contra o vírus da Covid, também acarretaram sérios problemas no combate à pandemia.

Ageu Pereira informa que as notícias falsas também alimentaram o negacionismo sobre as vacinas, prejudicando o processo de imunização da população. Segundo ele, além do que circula nos grupos de WhatsApp em geral, há também grupos ligados a igrejas evangélicas que ajudaram a disseminar *fakenews* sobre o vírus e a vacina. A desinformação também

chegou diretamente às comunidades por meio de pastores evangélicos durante a realização de cultos. O resultado disso é que muitas pessoas ficaram com medo de se vacinar porque “não confiam na vacina”. A conduta negacionista sobre a pandemia de Covid-19 também levou à ocorrência de aglomerações em cultos evangélicos onde as pessoas têm contato direto e sem o uso de máscaras:

A relação entre diferentes igrejas evangélicas com interesses econômicos que são contrários à autonomia e integridade territorial Munduruku, como o garimpo industrial, vem sendo observado e causa grande preocupação. Em semanas recentes, um pastor evangélico baseado na Vila de Pimental (localizada rio abaixo, na margem direita do rio) tem realizado cultos em Montanha e Mangabal, na comunidade da Vilinha. Além de gerar uma aglomeração na hora do culto, há uma chance do próprio pastor ser um agente transmissor de SARS-CoV-2 já que a Vila de Pimental é consideravelmente maior, com trânsito frequente de pessoas para Itaituba e Trairão (ROCHA; LOURES, 2020, p. 348-349).

Além de serem foco de disseminação do vírus, os cultos também foram espaços que contribuíram bastante com a desinformação a respeito da pandemia e da vacinação, com relatos de pastores evangélicos que recomendavam o uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19, mostrando as capilaridades do discurso do presidente Bolsonaro nos territórios amazônicos. Entre os Munduruku há também relatos de pastores evangélicos que tentaram proibir os indígenas de se tratarem com pajés de suas aldeias (ROCHA; LOURES, 2020).

Kagroti Kore Kayapó, do Fundo Indígena do Xingu, mas residente em Novo Progresso, na TI Baú, região da BR-163, reflete que as fakenews tiveram um grande impacto sobre a vacinação na Terra Indígena Baú, onde, segundo ele, houve casos de aldeias em que nem 50% da população chegou a ser vacinada em razão de mentiras que foram disseminadas sobre as vacinas.<sup>17</sup> Por conta disso, foi realizado um trabalho de sensibilização com as lideranças para que elas tomassem a vacina e incentivassem os demais que permaneciam em recusa. Em relação à saúde indígena na região, ele afirmou que a situação é de uma precariedade muito grande, a sensação é de abandono completo. Ele cita a própria Aldeia Baú, que é a mais próxima de Novo Progresso, e que mesmo assim não conseguiu garantir assistência de saúde satisfatória durante a pandemia. Em relação aos casos graves de contaminação, ele destacou as dificuldades de realizar a remoção dos doentes, por conta dos acessos precários à Terra Indígena. Este problema também foi observado nos territórios Munduruku e no PAE Montanha e Mangabal, cuja dificuldade financeira e de acesso dificultou bastante o deslocamento de doentes graves para tratamento em Itaituba e Jacareacanga.

Kagroti Kore também destacou que os crimes ambientais se proliferaram na Terra Indígena Baú, assim como nas aldeias ao longo dos territórios Munduruku. As invasões, a destruição das florestas e a contaminação das águas pelo garimpo tem relação direta com a disseminação mais rápida e ampla da Covid-19 nas TIS e em outros territórios tradicionais, e também provoca outras mazelas na saúde das populações, como a malária, que teve um pico de proliferação em 1999, e após ser controlada na década seguinte, teve um novo salto de mais de 50% nos anos de 2020 e 2021, em plena pandemia (COLÓN; BOAVENTURA;

17 As informações correspondem ao momento em que a pesquisa foi realizada

JENNINGS, 2020. ROCHA; LOURES, 2020). Somente entre 2018 e 2020, quando se observa o aumento dos garimpos e as invasões de terras, os casos de malária entre os indígenas passaram de 645 para 3.264 notificações.<sup>18</sup> As autoras Bruna Rocha e Rosamaria Loures fazem importantes considerações nesse sentido:

No atual cenário de pandemia, a falta de controle sobre a circulação de pessoas envolvidas com o garimpo apresenta gravíssimo risco para a disseminação do SARS-CoV-2, algo que é piorado pelo aumento da disseminação de malária e dengue (favorecidas pelas paisagens degradadas, como grandes poços de água parada), da violência associada e pela destruição e poluição dos rios e fontes de alimentação aquáticas e pelo acúmulo de mercúrio na cadeia alimentar (ROCHA; LOURES, 2020, p. 346).

De acordo com dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória dos Povos Indígenas, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), dos 107 indígenas mortos pela Covid-19 no estado do Pará, o povo Munduruku foi o mais atingido, com 15 mortes no total, entre homens e mulheres. Para os indígenas, o aumento expressivo das invasões garimpeiras nas TIs Munduruku e Sai Cinza está diretamente ligada a esse quadro, quando intensificaram-se o trânsito de não-indígenas nas TIs e o aliciamento de homens e mulheres Munduruku para a garimpagem, o que aumentou consideravelmente a exposição desses indígenas ao vírus, tanto nos garimpos como nas cidades de Jacareacanga e Itaituba.

Além da Covid-19 e dos surtos de malária nas aldeias, vale destacar aumento da contaminação por mercúrio entre os indígenas. Uma pesquisa da Fiocruz em parceria com a World Wide Found for Nature (WWF) revelou uma contaminação de 100% pelo mercúrio usado no garimpo de ouro entre os Munduruku. No levantamento realizado, seis em cada dez participantes apresentaram níveis de mercúrio acima do limite considerado seguro pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em Montanha e Mangabal, Ageu Pereira informou que houve muitos registros de casos graves de Covid-19 e destacou que, entre os mortos, encontra-se seu pai, que era indígena Apiaká e morou em Mangabal até os últimos dias de vida. Ele reflete sobre a dimensão da memória histórica e a perda de conhecimentos tradicionais como consequências da morte de figuras como o pai dele:

[...] ele tinha os conhecimentos tradicionais, era uma pessoa que sabia, conhecia bem de pescaria e sabia as espécies, entendia bem também das coisas do mato, tinha um conhecimento muito grande, isso aí tudo ele tinha, um conhecimento tradicional muito grande, sobreviveu à época da seringa, à exploração da seringa e da borracha, a época da caça da pele de gato que chamam, ele passou tudo por esse processo aí, ele tinha um conhecimento muito grande do rio e da floresta (Ageu Pereira, PAE Montanha e Mangabal, Itaituba. Trecho de entrevista concedida em 20/05/2021).

Esta dimensão da perda ainda é pouco trazida para o debate, mas é super importante destaca-la como um dos impactos mais marcantes em relação aos povos tradicionais da região. Entre os Munduruku, por exemplo, dos 15 mortos pela Covid-19, 9 eram anciãos, perda pela qual os indígenas expressaram bastante receio: "Também nos preocupamos com

<sup>18</sup> Fonte: OESP - <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral> - 15/05/2021

a perda da nossa história, guardada e transmitida por nossos velhos, sábios e pajés, para quem o vírus é muito mais perigoso” (Carta das Associações Wakoborün, Pariri, Dace e Wuyxaximã, 2020).

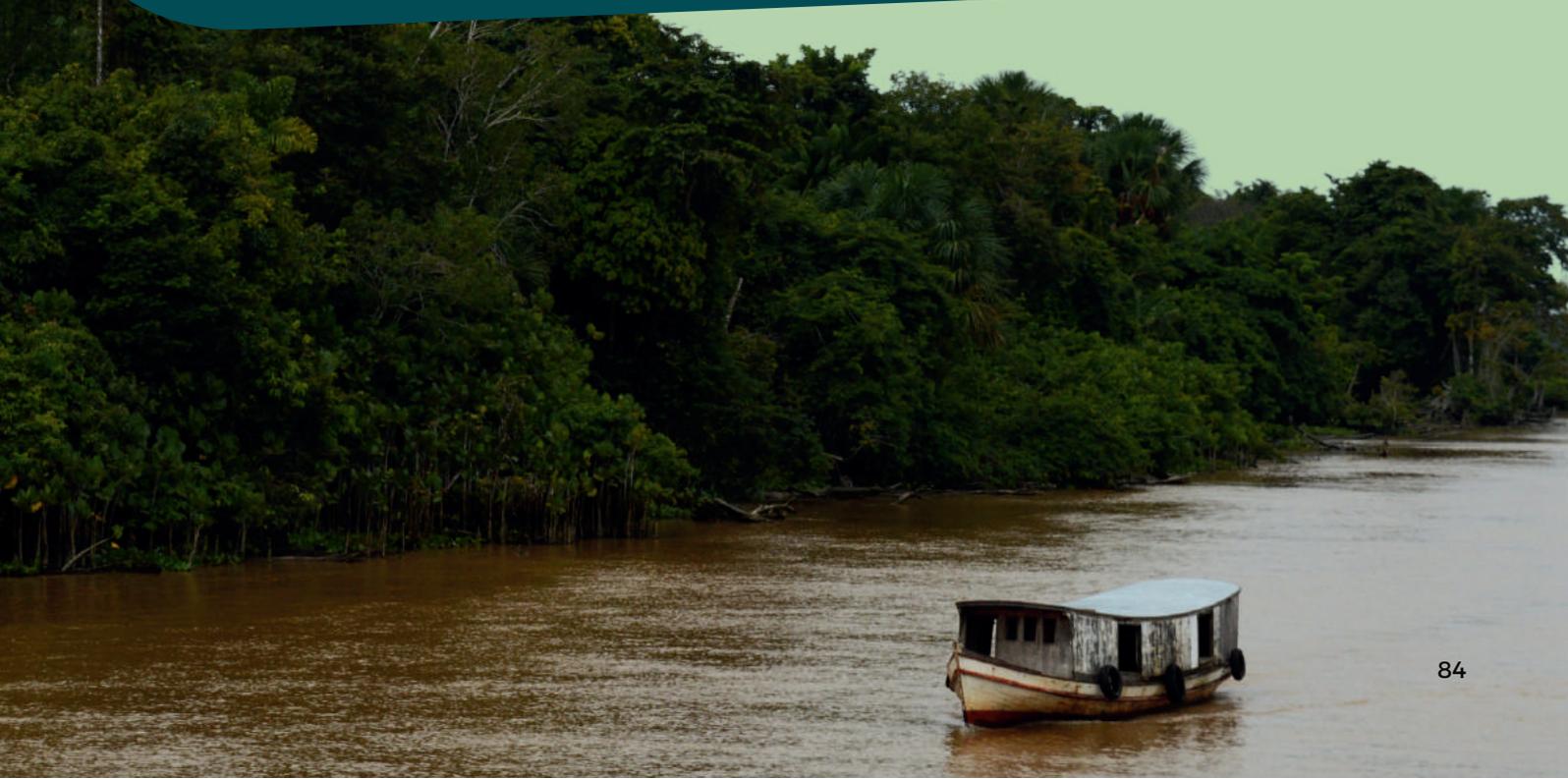
Tanto o povo Munduruku quanto os beiradeiros de Montanha e Mangabal são grupos sociais que transmitem sua história e conhecimento oralmente, tendo em seus anciãos suas “bibliotecas” [...] Os anciãos dessas comunidades representam seus repositórios de conhecimento sobre o território, a história do grupo, a fabricação de objetos e alimentos específicos, dentre outros (ROCHA; LOURES, 2020, p. 356).

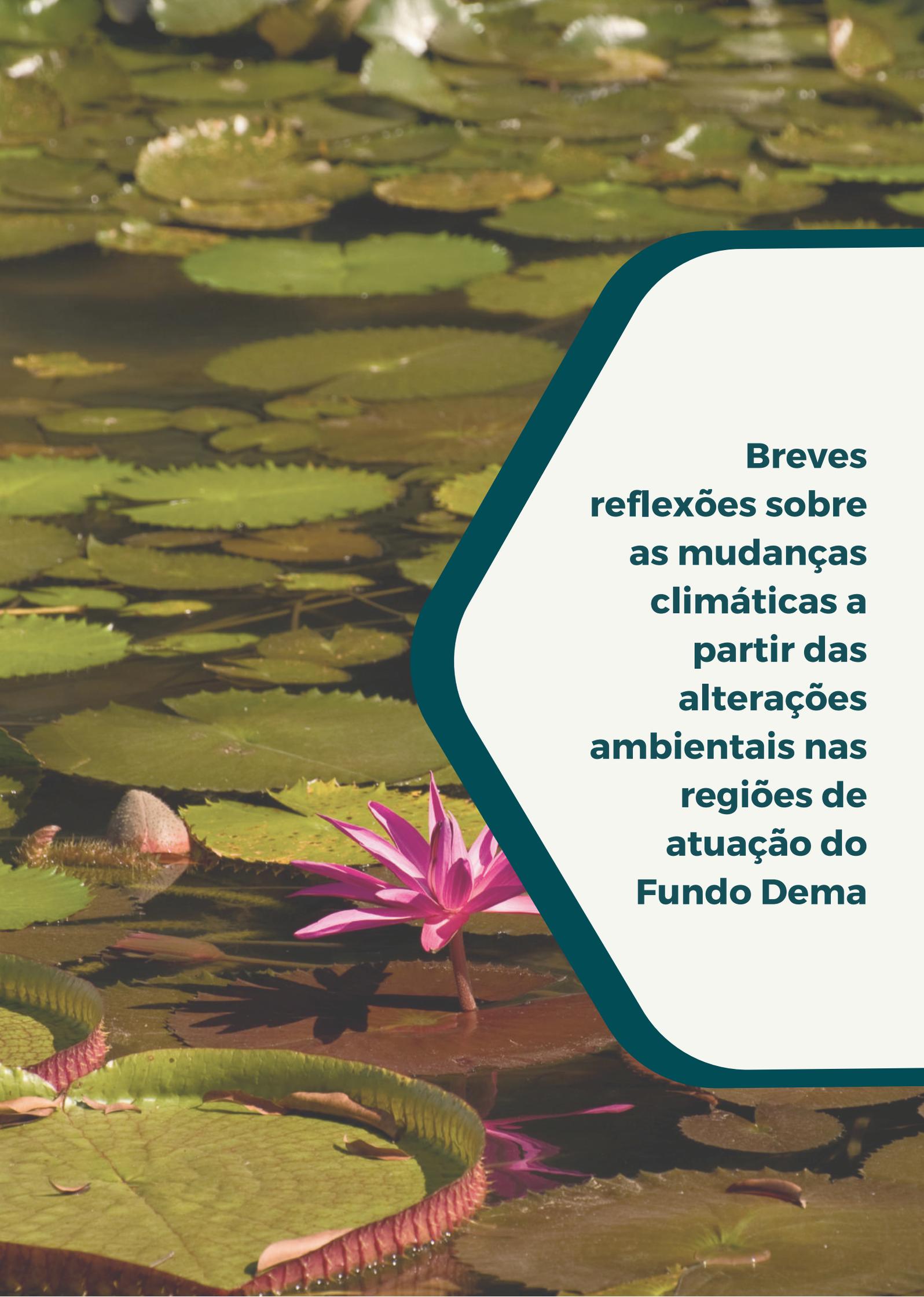
Trata-se de uma perda irreparável, uma vez que a morte dos anciãos destes territórios pode significar a desestruturação completa dessas sociedades (Rocha; Loures, 2020).

Também da maior importância é a dimensão dos efeitos da pandemia na saúde mental das pessoas trazida na fala do Pe. José Boeing associada à dimensão econômica. Segundo ele, as pessoas estão com problemas econômicos muito sérios, o que resulta no aumento do estresse e de outros problemas emocionais, como depressão e ansiedade. A isso, somam-se os efeitos do confinamento e do isolamento social, que, segundo o Padre tem provocado também um aumento da violência doméstica:

[...] o conflito tem se acirrado porque está muito tenso... As pessoas têm medo da morte por causa da pandemia, tem medo de ficar desempregado, tem medo de pegar o vírus. Então existe na população e, em nós, um medo, um receio “ah eu posso pegar isso e, se eu pegar, eu vou morrer” “não sei se vou pro hospital e sair de lá vivo” (Pe. José Boeing, REPAM. Trecho de entrevista concedida em 21/05/2021).

Mas o Padre afirma que o que assola as mais pessoas não é só o medo da morte, mas também o medo de ficar sozinho e de ser enterrado sem ter o direito a um velório digno. O Pe. resume: “tudo isso é uma dor muito profunda”. Ele destaca, portanto, que é necessário observar as dimensões emocionais, pois todo esse processo de medo e desamparo econômico da pandemia tem gerado o aumento da ansiedade, angústia, estresse e depressão nas pessoas.



A photograph of a pond filled with large, green lily pads. In the foreground, a single pink lotus flower is in full bloom, its petals radiating outwards. The water is dark and reflects the surrounding greenery. The overall scene is peaceful and natural.

**Breves  
reflexões sobre  
as mudanças  
climáticas a  
partir das  
alterações  
ambientais nas  
regiões de  
atuação do  
Fundo Dema**

A atual emergência climática planetária, vista como um processo que resulta diretamente da ação humana predatória sobre a Terra, exige que os problemas que hoje se apresentam na Amazônia sejam colocados na primeira ordem do debate. Trata-se, afinal, da maior floresta tropical do mundo, que possui a maior bacia hidrográfica, a maior concentração de água doce, a maior biodiversidade, e, não por acaso, o maior número de povos indígenas de todo o planeta, o que os conecta diretamente à existência desse lugar. Mas há mais. Há povos quilombolas, populações ribeirinhas e extrativistas, camponeses, seringueiros e tantos outros povos tradicionais, que, não por acaso, são os primeiros na linha de tiro dos invasores. Porque são os que trabalham na terra sem degradá-la e, portanto, opõem-se diretamente a este modelo predatório que vem consumindo a Amazônia atualmente.

Também não é por acaso que tenham sido profundamente afetados pela pandemia, acontecimento consequente desse modelo, instrumentalizado pelo presidente Bolsonaro em favor dos grupos criminosos que vem tomando a terra e destruindo florestas e rios em busca de ouro e madeira, instalando fazendas de gado e plantações de soja, portos e hidrelétricas. Como nas primeiras epidemias da colonização, a Covid-19 arrastou os povos da Amazônia para um processo de genocídio, essencial à atual invasão, pois acelera o processo já que as terras ficaram desprotegidas.

Os resultados da pesquisa evidenciam bem o papel do governo Bolsonaro na ampla destruição da Amazônia e tudo o que isso significa diante da situação climática crítica pela qual estamos passando neste momento. Os grandes desastres estão em curso no mundo, na Amazônia são diários com o avanço dos garimpos e com as queimadas e desmatamentos, processos que produzem o aquecimento global e se colocam de inúmeras maneiras na vida das sociedades. Os efeitos se acumulam, mas também extrapolam de forma simultânea à devastação da Amazônia, sobretudo com a quebra abrupta do ciclo de umidade, os rios voadores, que altera todo o regime de chuvas na América do Sul, produzindo escassez de água e seca em muitos lugares do Brasil, conforme foi possível observar nestes últimos anos. O fenômeno dos rios voadores, que são imensas massas de ar úmido que são transportadas da Amazônia direto para o restante do país, está sofrendo uma transformação sem precedentes com o atual quadro de desmatamento da região. Alternam-se a isso as grandes tempestades que tem devastado cidades nas mais diversas regiões do país, que também reverbera como um resultado das mudanças climáticas em curso.

Essa relação causa muita preocupação quando se constata que os índices de desmatamento do governo Bolsonaro são os mais altos já vistos. Entre agosto de 2019 e julho de 2020, a área desmatada na Amazônia foi de 11.088 km<sup>2</sup>, aumento de 9,5% em relação a 2018, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As queimadas na Amazônia, processo geralmente posterior ao desmatamento, também sofreu um aumento durante o governo Bolsonaro e a pandemia. Só no ano de 2021, foram detectados ao todo 73 mil focos de incêndio. Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2020) 50% dos focos de calor do 1º semestre de 2020 foram registrados em **imóveis rurais**

**médios e grandes com atividades agropecuárias.** A relação é direta, mas tem a ver também com a ocorrência do garimpo ilegal, outro importante vetor de pressão que pode resultar em desmatamento, fogo e destruição (IPAM, 2021, p. 10). As Terras Indígenas tem sido as mais atingidas por todo esse esbulho, conforme observamos também neste relatório.

Sabendo das implicações que a destruição da Amazônia tem sobre as questões climáticas, o Brasil do governo Bolsonaro tem se posicionado na contramão do combate a esta crise, negligenciando e atacando todas as políticas que se voltaram ao controle das emissões de gases de efeito estufa, incluindo aí também o combate ao desmatamento e outras atividades ilegais que colaboram diretamente com as alterações climáticas na Terra.

O Brasil, ao contrário de uma tendência mundial de diminuição das emissões durante a pandemia, teve um aumento assustador das emissões, conforme mostram os dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima (OC), que informa que, no ano de 2020, em plena pandemia, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa subiram 9,5%, sendo o maior montante de emissões desde o ano de 2006. O aumento do desmatamento e das queimadas comandam as emissões brutas brasileiras, com 46% do total. O setor da agropecuária, que se expande com o desmatamento da Amazônia, vem em seguida e é responsável sozinho por cerca de 27% das emissões. De acordo com o OC, a produção de bovinos domina as emissões do agro: a criação de bois e vacas responde por nada menos que 75% das 577 milhões de toneladas emitidas pelo setor (OC, 2021, p. 14). Somadas, as emissões por desmatamento e agropecuária responderam juntas por 73% do total emissões no Brasil em 2020. Ou seja, as mudanças no uso da terra e a destruição das florestas, com a expulsão de povos tradicionais, impacta diretamente na questão climática global hoje, tornando Bolsonaro em uma ameaça planetária.

#### **4.1 - Como os efeitos da crise climática são sentidos nos territórios?**

Além dos efeitos imediatos sentidos no ato da destruição do bioma Amazônia que se mostram a partir de todas as questões levantadas pelos entrevistados durante a pesquisa, há as transformações que se produzem a partir desse processo e são sentidas ao longo do cotidiano dos povos da região. Kore Kayapó, da Aldeia Baú (Terra Indígena Baú), região da BR-163/Tapajós reflete que as mudanças climáticas são decorrência direta do desmatamento, da poluição do ar e das águas. Segundo ele, a pandemia agravou ainda mais a situação porque fez avançar justamente a destruição do meio-ambiente na região num momento de importância crucial para o planeta.

A Irmã Marialva Vieira aponta que a crise climática revela-se de várias formas, destacando as recentes alterações observadas nos regimes de chuva na região da Transamazônica/Xingu. As mudanças no uso da terra, com o desmatamento, o garimpo e o avanço do agronegócio, afeta em primeira instância o ciclo das águas, que entre outros pode resultar no aumento do calor, do assoreamento dos rios e, conseqüentemente resulta no aumento das secas. A entrevistada afirma que, no período que deveria chover, não chove



mais com a mesma intensidade “de antigamente”, que os igarapés já não enchem como antes e os poços de água tem ficado secos ou abaixo da “normalidade”. Ela nota também que o desmatamento na região é muito forte e que sempre foi quente na região, porém, ela afirma que é notável que o calor está mais intenso a cada ano que passa. No contexto mais amplo, isso pode significar, inclusive, o desaparecimento de algumas espécies de plantas e animais do bioma, com prejuízos imensuráveis a toda uma cadeia de existências presentes na Amazônia.

Isso se mostra também com a perda das plantações e produções comunitárias, pois, de acordo com a Irmã Marialva, “o sol está mais intenso e diminuíram as chuvas”, não sendo possível manter os mesmos ciclos de cultivo desenvolvidos anteriormente pelas comunidades. O mesmo é notado por Maria Piloneto, de Uruará, que pontuou as mesmas transformações levantadas pela Irmã Marialva e ressaltou que a perda da produção tem sido bastante generalizada, atingindo múltiplos cultivos e o manejo das áreas de floresta que vem sendo acometidas pelo desmatamento.

As percepções sobre as mudanças climáticas das pessoas entrevistadas revelam que há uma associação direta e proporcional ao quadro de destruição ambiental que se agrava ano a ano na Amazônia. Rodrigo Faleiro, de Placas, afirma que o desmatamento intenso vivido na região da Transamazônica altera todo o regime climático, com interferências muito fortes na produção familiar. Por isso, torna-se urgente interromper esse ciclo sob pena de ele se tornar irreversível. Essa reflexão de fato é muito importante. Recentemente, foi publicado um estudo na Revista *Nature Climate Change*,<sup>19</sup> que mostra que Amazônia está chegando ao ponto de não-retorno, que significa que a floresta está perdendo sua capacidade de recuperação/regeneração aos processos de degradação. Segundo a pesquisa, trata-se de um ponto de inflexão em que ocorre uma transição brusca: a floresta úmida e densa se transformaria em um cenário com menos biodiversidade e com vegetação degradada, dominada por arbustos e gramíneas. Esse ponto de não retorno pode levar a Amazônia a um processo chamado de “savanização” da Amazônia, que pode ter consequências imprevisíveis para a crise climática global.

De acordo com o Pe. José Boeing, o agronegócio da monocultura e a pecuária são as produções que se apresentam como as mais problemáticas em sua opinião acerca das mudanças climáticas, e isso de fato se confirma com os índices de emissões de GEE desses setores. Segundo o relato dele, isso já vem mostrando um efeito enorme para o meio ambiente porque substitui grandes áreas de floresta por pasto e soja. Por isso, o Padre José afirma que os efeitos climáticos serão proporcionais ao aumento do negócio da carne no mundo e das commodities como um todo. Para ele, é necessário combater urgentemente este sistema de produção.

Outra questão destacada pelo entrevistado é a pobreza: “[...] a fome é um problema sério de equilíbrio ecológico e ambiental” pois coloca em evidência justamente sistemas de produção de “alimento” que não prezam pela preservação das florestas. Em sua fala, o Pe. conclui que os desequilíbrios atuais nos ecossistemas devem ser observados como uma soma de fatores que está levando ao aquecimento, com destaque ao papel do modelo capitalista de exploração da Amazônia. E que seria necessário observar como os povos indígenas nos ensinam a cuidar da Terra e como os agricultores que hoje desenvolvem a agroecologia conseguiram orientar a mentalidade para produzir sem deixar de cuidar da terra e das águas.

Nesse sentido, os povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, vem-se confrontados com a necessidade de conservação dos patrimônios naturais e culturais locais ameaçados pelo avanço da exploração capitalista, onde as relações entre seres humanos e natureza são elos fundamentais de conservação do Bioma Amazônia face à emergência climática atual.

19 Infos <<https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku/>>

An aerial photograph of a river with a complex, meandering path through a dense green forest. The river's path is highlighted in a light tan color, creating a series of loops and curves. The sky is filled with white, fluffy clouds. A large, light blue callout box with a dark blue border is positioned on the right side of the image, containing the text.

**Indicação  
de ações e  
projetos**

Com base nos relatos dos entrevistados descritos e analisados ao longo deste relatório, o agravamento das situações de exploração e violência com a chegada da pandemia impôs às comunidades e suas organizações uma série de limitações que geraram uma multiplicidade de problemas extremos, todos com grave ameaça à vida. No sentido de reagir de alguma forma a estas diversas ameaças que foram descritas ao longo do relatório, algumas frentes de ação foram propostas e executadas pelos grupos sociais e comunidades, de acordo com suas principais demandas durante a pandemia.

Nesse contexto, foi possível observar que as organizações políticas se desdobraram entre as ações de defesa do território, seriamente comprometidas pela pandemia e pelo avanço das frentes de exploração predatória, e as medidas de filantropia, que procuraram atender as necessidades mais urgentes das comunidades através do desenvolvimento de campanhas e ações de doações de cestas básicas, remédios e materiais de higiene e proteção, como máscaras e álcool em gel. Estes movimentos foram observados em todas as regiões pesquisadas, contudo, apesar de haver um esforço coletivo muito grande para arrecadação de cestas básicas para doação às famílias, entre outras iniciativas, nem sempre foi possível suprir as necessidades de todos, como pudemos observar nos diversos relatos coletados. Em grande parte, as medidas de combate à Covid-19 nos territórios foram realizadas de forma absolutamente autônoma e sem nenhum tipo de amparo do Estado.

Percebendo a insuficiência destas medidas, grupos como os povos indígenas procuraram desenvolver ações que contemplavam tanto a defesa dos territórios quanto a garantia à segurança alimentar, que estão diretamente relacionados à capacidade de resistência de povos e comunidades. Nesse sentido, destaca-se o processo de fortalecimento das produções locais mediante os impactos econômicos da pandemia e a possível potencialização de novas cadeias produtivas baseadas no uso sustentável das florestas, que se opõe frontalmente ao modelo predatório e retorna de forma positiva à conservação das matas e rios por meio do fortalecimento comunitário dos povos.

A quebra da rede de relações econômicas que afetou a renda das famílias nas 4 regiões do Fundo Dema e que levou a um aumento do quadro de insegurança alimentar e fome nas comunidades também levou os grupos a adotar sistemas de trocas de produtos entre vizinhos como forma de não perder toda a produção local que não foi vendida.

A forte intrusão durante a pandemia por conta das invasões por garimpeiros, madeireiros, grileiros, sojeiros e pecuaristas, que acabou sendo determinante para a disseminação da Covid-19 nas comunidades, foi facilitada pela paralisação das atividades políticas durante a pandemia. A retração dos movimentos e organizações possibilitou um avanço dos ataques aos territórios vulnerabilizados pela pandemia e a ausência de grupos que atuam historicamente na defesa desses territórios favoreceu os diversos ataques que puderam ser constatados em cada região, o que enfatizou ainda mais a importância da mobilização e do trabalho coletivo a forma mais efetiva de defesa do território. GGG

O formato remoto para realização de reuniões, contudo, apresentou diversos entraves à continuidade de ações políticas uma vez que muitas comunidades não dispõem de sinal de internet e telefone. Por conta disso, houve muitos casos em que foram potencializadas as ações de fechamento total das comunidades, com a instalação de portões, como forma de garantir o direito ao isolamento social durante a pandemia, a exemplo do que fizeram os quilombolas do território de Jambuaçu. Como forma de se proteger, muitas comunidades passaram a exigir rigorosamente o cumprimento às normas de proteção, estabelecendo também regras próprias de isolamento social para impedir a circulação de pessoas estranhas nas comunidades.

Outro esforço das associações comunitárias que vale destacar foi o estabelecimento de uma comunicação mais sistemática entre as comunidades e as organizações de apoio no sentido de ampliar as denúncias sobre as situações sofridas nos territórios, bem como promover ações de apoio às famílias e situação de vulnerabilidade, como campanhas para arrecadação de distribuição de cestas básicas e kits de higiene.

O enfrentamento às fakenews sobre a pandemia também levou muitos grupos sociais a criar conteúdos para desmentir as notícias falsas e estimular as comunidades a manterem o isolamento social e seguirem os protocolos de prevenção ao coronavírus e, principalmente, para incentivar a vacinação entre as comunidades. A Associação de Mulheres Munduruku Wakoborün, por exemplo, criou seus próprios informativos em língua Munduruku para distribuição na forma impressa e pelo WhatsApp. Também destaca-se o Boletim Covid-19 nos Quilombos do Pará, publicação periódica da Malungu em parceria com o Núcleo Sacaca, da UFOPA, que tinha como objetivo divulgar os números da pandemia nos territórios quilombolas. Como o Estado não adotou mecanismos específicos informar a população e monitorar o avanço do coronavírus nos territórios, ações como estas tiveram um papel fundamental no auxílio às comunidades e no controle da pandemia nos territórios. No que tange aos problemas de acesso à saúde das comunidades, em territórios e comunidades abandonadas pelo descaso dos poderes públicos, as organizações procuraram cobrir essa deficiência de alguma forma, com a realização de atendimentos itinerantes e distribuição de kits de higiene e limpeza, além de materiais educativos. Muitas comunidades também passaram a produzir seus próprios remédios naturais pela necessidade de se buscar outras alternativas de tratamento para suprir, em certa medida, a falta de cobertura pelo sistema de saúde.

Como forma de fortalecer as ações que foram iniciadas pelas comunidades e suas organizações, os entrevistados indicaram uma série de necessidades que deveriam ser supridas como forma de garantir o fortalecimento dos territórios e seus mecanismos de defesa, que foram organizados a partir de três eixos fundamentais: 1) Fortalecimento Institucional; 2) Defesa do Território; e 3) Recuperação econômica. Em cada um deles, indicam-se medidas capazes de contribuir com as ações já desenvolvidas a partir da percepção das organizações que foram entrevistadas e estiveram no front do combate à pandemia e das ameaças aos territórios descritos neste relatório.

**Quadro 11 – Possíveis medidas para contribuir com as ações desenvolvidas pelas comunidades durante a pandemia**

<b>Fortalecimento Institucional</b>	<b>Defesa do Território</b>	<b>Recuperação Econômica</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a estrutura de funcionamento das organizações;</li> <li>- Ampliação das redes de comunicação dos territórios e organizações;</li> <li>- Melhorar a segurança das lideranças baseados em princípios de autoproteção;</li> <li>- Formação de base;</li> <li>- Aceleração da vacinação;</li> <li>- Sustentabilidade financeira;</li> <li>- Ampliar parcerias das organizações com as instituições de pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação das alianças entre os povos dos territórios ameaçados;</li> <li>- Incidência política e jurídica;</li> <li>- Fortalecimento das bases e do trabalho coletivo;</li> <li>- Incentivo à permanência dos povos em seus territórios;</li> <li>- Desenvolvimento de projetos econômicos sustentáveis;</li> <li>- Monitoramento e vigilância dos territórios;</li> <li>- Programas de gestão do território;</li> <li>- Garantir a segurança alimentar das comunidades;</li> <li>- Garantir financiamentos públicos às produções locais;</li> <li>- Fortalecer as ações de fiscalização e monitoramento autônomo dos territórios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de auxílio ou crédito para agricultura familiar</li> <li>- Desenvolver formas de fazer circular a produção</li> <li>- Fortalecimento da produção agroecológica</li> <li>- Fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis;</li> <li>- Estímulo à recuperação financeira das mulheres das comunidades;</li> </ul>

**Relatório de pesquisa, 2021**

As combinações entre as medidas propostas dependem da situação específica de cada território. A diversidade de temas também permitem a abertura de outras perspectivas de atuação, com base inclusive nas frentes de atuação que o Fundo Dema já desenvolve.

# Considerações Finais

O início da pandemia representou para os povos da Amazônia um aprofundamento do quadro geral de degradação ambiental da região e espoliação. Foi o que o presente relatório procurou demonstrar através de pesquisa realizada nas quatro regiões de atuação do Fundo Dema. Identificar as principais mazelas associadas à pandemia possibilitou acompanhar como esse quadro de degradação avançou nesse período e como a pandemia impactou e foi enfrentada nas comunidades e territórios das referidas regiões.

De fato, o que a pesquisa demonstra é que há um quadro muito crítico em curso na Amazônia agravado severamente pela pandemia e pelos consecutivos desmontes que os órgãos e políticas de proteção ambiental e territorial vem sofrendo no Brasil, pelas mãos do governo Bolsonaro. A partir de 2020, com o efeito da ideia de “pandemia como oportunidade” para “passar a boiada”, houve um aumento sem precedentes de crimes ambientais e da violência contra os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais na Amazônia. Nesse sentido, os ataques tem sido sistemáticos, provocando o aumento das invasões e exploração ilegal de madeira de áreas protegidas, o crescimento do garimpo em Terras Indígenas, o avanço da pecuária e do agronegócio em terras tradicionalmente ocupadas, e facilitando ações como as queimadas e o desmatamento, entre tantos outros problemas, conforme foi descrito ao longo do relatório.

Reflete-se que, em um contexto internacional de combate à crise climática, todos esses eventos posicionaram o Brasil na contramão de todos os acordos internacionais do clima, deixando o país cada vez mais distante de uma agenda de desenvolvimento socioambiental que contemple a conservação ambiental. A postura negacionista do governo e sua condução criminosa da pandemia serviram diretamente aos interesses dos que querem explorar a terra sem limites, agravando o peso da injustiça socioambiental e climática aos povos e seus territórios. No relatório, indicamos como essa postura impactou a saúde das populações e a defesa dos territórios resultando no atual quadro de vulnerabilidade social e ambiental. Espera-se que este diagnóstico possa indicar formas de fortalecer ações para enfrentamento dos problemas aqui descritos.

# Referências

ALENCAR, Ane; RODRIGUES, Lucas; CASTRO, Isabel. **Nota Técnica Amazônia em chamas: o que queima e onde**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2020. Disponível em < <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/08/NT5-pt-final.pdf> >

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). **Panorama Geral da Covid-19 entre os povos indígenas**. Disponível em < [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados\\_covid19](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19) >

COSTA, Gustavo. Prefácio Pandemia e Território. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; MARIN, Rosa Acevedo; MELO, Eriki. **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020. 1226 p.:il. Disponível em <[http://www.aba.abant.org.br/files/20200901\\_5f4e9a9024e0f.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20200901_5f4e9a9024e0f.pdf)>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT, 2022. Disponível em < <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14271-conflitos-no-campo-brasil-2021>>

----- **RELEASE CPT:** Aumenta tentativa de destruição das condições de existência dos povos do campo. Comissão Pastoral da Terra, Secretaria Nacional, Assessoria de Comunicação, 2022. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/89-espaco-para-imprensa-releases-analiticos/14247-release-aumenta-tentativa-de-destruic-a-o-das-condic-o-es-de-existe-ncia-dos-povos-do-campo-cpt-assessoria-de-comunicac-a-o>>

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS ASSOCIAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO PARÁ (MALUNGU). **Boletim da Covid-19 nos Quilombos do Pará**. Disponível em < <https://malungupara.wordpress.com/boletim-da-covid-19-no-quilombo/> >

ESTADÃO. **Ibama faz 33 anos com ameaça de greve [...]**. Disponível em <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,ibama-greve-meio-ambiente-fiscais,70003987020> >

FELLOWS, Martha et al. **Nota Técnica Amazônia em Chamas: desmatamento e fogo em Terras Indígenas**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2021. Disponível em < <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Amazo%CC%82nia-em-Chamas-6-TIs-na-Amazo%CC%82nia.pdf> >

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Taxas de desmatamento Amazônia Legal (2021)**. Disponível em < [http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates) >

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA); REDE XINGU +. **Dossiê Garimpos no Xingu**. ISA; Rede Xingu +, 2020. Disponível em < <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/epidemia-de-garimpo-ilegal-ameaca-o-xingu> >

MAPBIOMAS. **Nota Técnica sobre os sedimentos em Suspensão na Bacia do Tapajós (2022)**. Disponível em <[https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Nota%20T%C3%A9cnica/Nota\\_T%C3%A9cnica\\_-\\_Sedimentos\\_Rio\\_Tapaj%C3%B3s-5.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Nota%20T%C3%A9cnica/Nota_T%C3%A9cnica_-_Sedimentos_Rio_Tapaj%C3%B3s-5.pdf)>

MENESES, Heloisa et al. **Mercury Contamination: A Growing Threat to Riverine and Urban Communities in the Brazilian Amazon**. Int. J. Environ. Res. Public Health 2022, 19(5), 2816. Disponível em <<https://doi.org/10.3390/ijerph19052816>>

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago. **Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA)**. Confins [online], 16, 2012. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/7947>>

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). **Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para a metas climáticas do Brasil (1970-2021)**. OC, 2023. Disponível em <<https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>>

OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO. **Garimpo ilegal destrói mais de 600km de rios dentro das terras Munduruku no Pará em 5 anos**. Disponível em <<https://observatoriodamineracao.com.br/garimpo-ilegal-destroi-mais-de-600km-de-rios-dentro-das-terras-munduruku-no-para-em-5-anos>>

PORTAL G1. **Terra indígena no Pará que teve agentes federais cercados é a mais desmatada do Brasil no último ano**. Disponível em <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/11/19/terra-indigena-no-para-que-teve-agentes-federais-cercados-e-a-mais-desmatada-do-brasil-no-ultimo-ano.ghtml>>

REPÓRTER BRASIL. **Quem está por trás do lobby pelo garimpo ilegal de ouro nas terras dos Munduruku**. Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku>>

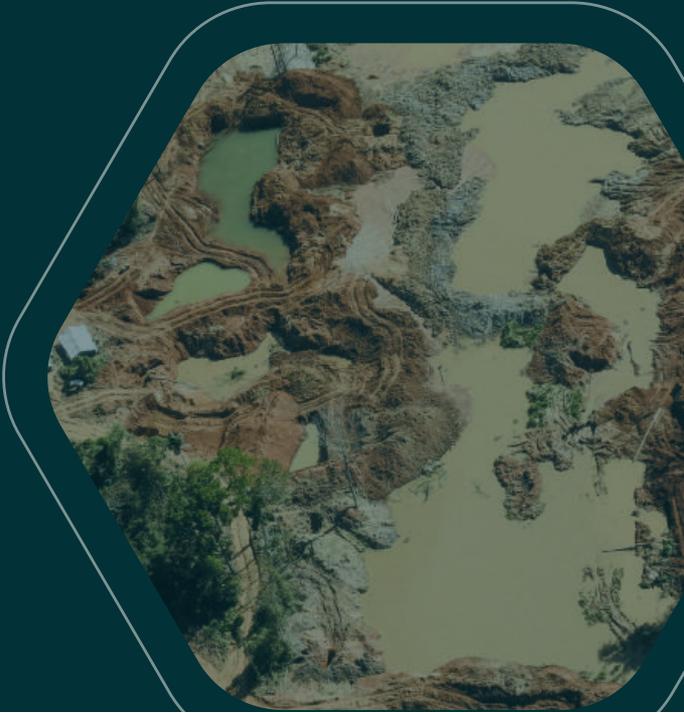
ROCHA, Bruna; LOURES, Rosamaria. A expropriação territorial e o Covid-19 no Alto Tapajós, PA. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; MARIN, Rosa Acevedo; MELO, Eriki. **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020. 1226 p.:il. Disponível em <[http://www.aba.abant.org.br/files/20200901\\_5f4e9a9024e0f.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20200901_5f4e9a9024e0f.pdf)>

SANTIAGO, John Cleber Sarmiento. **Comunidades quilombolas de Jambuaçu, Moju-PA, contra as agroestratégias do capital: juventude e territorios de R-existências**. 2018. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TELES, Eliana et al. Narrativas da Pandemia: situações sociais e territorialidades específicas no Baixo Tocantins. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; MARIN, Rosa Acevedo; MELO, Eriki. **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020. 1226 p.:il. Disponível em <[http://www.aba.abant.org.br/files/20200901\\_5f4e9a9024e0f.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20200901_5f4e9a9024e0f.pdf)>

WWFBR/FIOCRUZ. **Nota Técnica** Impacto do mercúrio na saúde do povo indígena Munduruku, na Bacia do Tapajós. WWFBR/FIOCRUZ, nov. 2020. Disponível em <[https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3749/1/CP8\\_18020.pdf](https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3749/1/CP8_18020.pdf)>





Realização:



Apoio:



Climate and  
Land Use Alliance